

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LUCAS LIMA DE PODESTÀ

**OS USOS DO CONCEITO DE TRANSFOBIA E AS ABORDAGENS DAS FORMAS
ESPECÍFICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS POR
ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL**

Goiânia

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

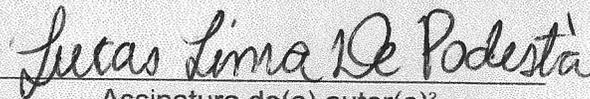
Nome completo do autor: Lucas Lima de Podestà

Título do trabalho: Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil

3. Informações de acesso ao documento:

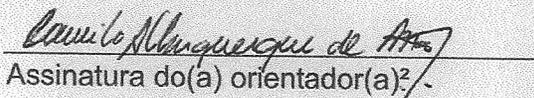
Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)².

Data: 15 / 10 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

LUCAS LIMA DE PODESTÀ

OS USOS DO CONCEITO DE TRANSFOBIA E AS ABORDAGENS DAS FORMAS
ESPECÍFICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS POR ORGANIZAÇÕES DO
MOVIMENTO TRANS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz.

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lima de Podestà, Lucas

Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil [manuscrito] / Lucas Lima de Podestà. - 2018.

CXXXI, 131 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. Transfobia. 2. Violência. 3. Brasil. 4. Gênero. 5. Corpo. I. Albuquerque de Braz, Camilo, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

LUCAS LIMA DE PODESTÀ

Aos quatro dias do mês de setembro de 2018, às 14 horas, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de dissertação do mestrando **LUCAS LIMA DE PODESTÀ**, intitulado *Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil*. A Banca Examinadora foi composta pelos/a seguintes: Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz (UFG-presidente), Professora Doutora Eliane Gonçalves (UFG) e Professor Doutor Rezende Bruno de Avelar (UEG). O candidato apresentou o trabalho, os/a examinadores/a o arguíram e ele respondeu às arguições. Às 16 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao mestrando os seguintes resultados:

Aprovado () Reprovado

Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz Camilo Albuquerque de Braz

Aprovado () Reprovado

Profa. Dra. Eliane Gonçalves Eliane Gonçalves

Aprovado () Reprovado

Prof. Dr. Rezende Bruno de Avelar Rezende Bruno de Avelar

Resultado Final Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Leticia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Leticia Ferreira Angélica Leticia Ferreira Angélica

Leticia Ferreira Angélica
Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula Siape n. 2071790

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer profundamente à minha família, minha mãe, meu pai e minha irmã, que estiveram próximos a mim no percurso de toda a pesquisa, sempre me ajudando e suportando e, em algum grau, sofreram junto comigo a dor da escrita e puderam observar meu crescimento.

Também gostaria de agradecer especialmente a meus amigos e minhas amigas, que a todo instante estiveram ao meu lado, entregando presença, alento, apoio e boas energias, em especial à Gabrielle Andrade da Silva, companheira e grande amiga da pós, e ao Lucas Sena. Nossas trocas foram imensamente construtivas.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Camilo Braz, que persistiu comigo durante o longo caminho da pesquisa e na pessoa dele ao Programa de Pós-Graduação, que apostou nessa pesquisa. Igualmente manifesto minha gratidão às professoras Eliane Gonçalves e Marcela Amaral, por quem nutro admiração.

*“escrever | escrever como quem se arrisca | as pontas
dos dedos flamejantes | a dura semente que explode em
verde tenro e vivo e sangrante | como o desenho de um
corpo amado | os olhos abertos | os olhos fechados |
escrever | escrever | escrever | escrever | escrever como
quem desatina | um outro ciclo | uma outra lua | uma
outra língua | e voltar para o mesmo sempre início |
precipício | escrever como quem constrói um labirinto”*

(Micheline Verunsch)

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade estudar sociologicamente algumas discussões e tensões teóricas dentro do novo campo que são os estudos transgêneros. Meus objetivos se circunscrevem a dois tipos de mapeamentos: o principal, dos usos do conceito de transfobia, ou outro conceito analítico a respeito da violência contra pessoas trans, em relatórios de violência produzidos por organizações do movimento trans brasileiro no Brasil contemporâneo (nomeadamente a partir da década de 2010), utilizando-me da análise do discurso. Figurando como objetivos secundários, porém caminhos necessários, o trabalho também alcança outros mapeamentos, a exemplo da apropriação crescente da categoria trans (através de ou referindo-se a transgênero ou transgeneridade), bem como categorias acadêmicas importantes no nosso campo de estudos como gênero e corpo. Considero importante igualmente a elaboração das chaves conceituais relacionando transgeneridade, estigma, abjeção e transfobia. Da mesma forma, estudo também de que forma a precipitação e interesse no uso dessas novas categorias (transfobia e trans) tem relação com a consolidação e amadurecimento do movimento trans brasileiro, após a fragmentação do movimento homossexual brasileiro uma ou duas décadas atrás e num contexto de novas formas de ativismo, como o ativismo via rede mundial de computadores (ou ciberativismo).

Palavras-chave: Transfobia; Violência; Brasil; Gênero; Corpo.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por finalidad estudiar sociológicamente algunas discusiones y tensiones teóricas dentro del nuevo campo que son los estudios transgéneros. Mis objetivos se circunscriben a dos tipos de análisis: el principal, el de los usos del concepto de transfobia, u otro concepto analítico respecto a la violencia contra personas trans, en informes de violencia producidos por organizaciones del movimiento trans brasileño en el Brasil contemporáneo (especialmente desde la década de 2010), utilizando el análisis del discurso. El trabajo también alcanza otros análisis, a ejemplo de la apropiación creciente de la categoría trans (a través de o refiriéndose a transgénero o transgeneridad), así como categorías académicas importantes en nuestro campo de estudios como género y cuerpo. Considero importante también la elaboración de las claves conceptuales relacionando transgeneridad, estigma, abyección y transfobia. De la misma forma, estudio también de qué forma la precipitación e interés en el uso de esas nuevas categorías (transfobia y trans) tiene relación con la consolidación y maduración del movimiento trans brasileño, tras la fragmentación del movimiento homosexual de hace una o dos décadas y en un contexto de nuevas formas de activismo, como el activismo vía red mundial de computadoras (o ciberactivismo).

Palabras clave: Transfobia; Violencia; Brasil, Género; Cuerpo.

ABSTRACT

The present work aims to study sociologically some discussions and theoretical tensions within the new field that are transgender studies. My objectives are limited to two types of mapping: the main one, on the uses of the concept of transphobia, or another analytical concept regarding violence against trans people, in reports of violence produced by organizations of the Brazilian trans movement in the Contemporary Brazil (especially since the decade of 2010), using discourse analysis. The work additionally reaches other mappings, such as the increasing appropriation of the category trans (through or referring to transgender(ness) or transgenderism), as well as important academic categories in our field of studies such as gender and body. I also consider important the formulation of the conceptual keys relating transgenerness, stigma, abjection and transphobia. Likewise, I study how the precipitation and interest in the use of these new categories (transfobia and trans) is related to the consolidation and maturation of the Brazilian trans social movement, succeeding the fragmentation of the homosexual movement a decade or two ago, and in the context of new forms of activism, such as activism via the global computer network (or cyberactivism).

Keywords: Transphobia; Violence; Brazil; Gender; Body.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Apresentação da página web da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)	102
FIGURA 2 - Campanhas da ANTRA	104
FIGURA 3 - Relação dos mapas de assassinatos da ANTRA	105
FIGURA 4 - Visualização dos assassinatos no mapa até 31/12/2017	106
FIGURA 5 - Apresentação do site do Instituto Brasileiro Trans de Educação	113
FIGURA 6 - Apresentação da aba de denúncias “Plataforma I”	113
FIGURA 7 - Apresentação da aba “Observatório de Violência” no site do IBTE	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 01	11
1.1 CORPO	11
1.2 GÊNERO	18
1.3 TRANSGENERALIDADES	28
1.4 CISGENERIDADE	35
CAPÍTULO 02	40
2.1 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AO MOVIMENTO TRANS	41
2.2 MOVIMENTO TRANS	50
2.3 FORMAS/REGIMES DE VISIBILIDADE E CIBERATIVISMO TRANS	57
2.4 UMA DEMANDA DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT EM FACE DO ESTADO: SEGURANÇA PÚBLICA	67
2.5 IDENTIDADES TRANS	72
CAPÍTULO 03	85
3.1 PERSPECTIVAS SOBRE VIOLÊNCIA	85
3.2 HOMOFOBIA VS. TRANSFOBIA	91
3.3 TRANSFOBIA	95
3.4 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS PRODUZIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

A partir da década de 2000, vem se conhecendo um aumento explosivo no interesse de falar sobre as questões trans, que envolvem todas as especificidades das pessoas trans, quanto a suas transições, seus prazeres e dissabores na vida. A vivência trans ganhou um novo olhar com distinto agasalho conceitual com o florescimento dos estudos queer, dos estudos transgêneros e do transfeminismo. Apesar disso, na nossa grande área de pesquisa das ciências sociais, trabalhos inseridos nos estudos transgêneros permanecem bem pouco numerosos, em virtude de sua recentíssima elaboração teórica, bem como de pesquisas que tentam interseccionar esse assunto com outros, como aqueles relacionados à violência, ao trabalho ou à saúde.

Muito se fala no movimento social e nas redes de pesquisadoras e pesquisadores trans e cis-aliados¹ sobre o altíssimo grau de mortandade trans no nosso país. Segundo o levantamento *“Transrespeto versus Transfobia en el Mundo: un estudio Comparativo de la situación de los derechos humanos de las personas Trans”*, versão em espanhol, desenvolvido pela ONG Transgender Europe (TGEU) em todo o mundo, entre 2008 e 2011, dentre as quais as Américas Central e do Sul são as mais bem documentadas, o Brasil é apontado como país que mais mata pessoas trans, em números absolutos (325), de um universo de 644 casos registrados nesta região. Esse é o primeiro estudo global desse porte, confirmando o que pesquisas e denúncias do movimento de travestis e transexuais no Brasil já há décadas vinham agitando.

Meu interesse se evidencia em novas formas de falar sobre as violências contra pessoas trans, nesta década de 2010. A presente pesquisa pretende indagar sobre as maneiras como organizações do movimento trans brasileiro, a partir de uma análise dos documentos por ele produzidos, se apropriaram de elaborações teóricas sobre as violências contra pessoas trans, especialmente se veiculadas no conceito de transfobia.

As organizações do movimento trans vêm percebendo que é estratégico o uso de mídias e meios de comunicação virtuais para fazer circular os mapeamentos de violência, deliberações coletivas e os discursos em defesa das questões trans. Com apoio de mecanismos eletrônicos para comunicações em massa, surge um novo tipo de ativismo. É nesse contexto

¹ Trans é a pessoa que resiste ao julgamento e à imposição do gênero a partir do sexo genital e cis, aquela que aceita tal imposição.

que se torna cada vez mais mobilizado o conceito de transfobia, como um recurso discursivo e epistemológico.

Portanto, meu esforço se concentrou em diversos mapeamentos. Primeiramente, o mapeamento de relatórios de violência produzidos pelo movimento trans, que veio se apropriando de um formato já conhecido dentro do movimento LGBT², o relatório de violência com base em dados hemerográficos (dados com a característica de serem formulados cronologicamente, a exemplo de notícias jornalísticas e relatos de ativistas). Para seleção dos textos, me ative ao caráter acessível, público e disseminável pelas redes eletrônicas; fato de ser texto escrito sobre casos concretos de violência contra pessoas trans; fato de ser um relatório de violência; fato de ser produzido por uma organização do movimento trans brasileiro. Para a leitura, utilizo-me, como método, a análise de discurso para captar o contexto de produção, reprodução e uso estratégico do conceito de transfobia, percebendo as nuances das ausências e das obviedades.

Outros mapeamentos de apoio, porém, cruciais, foram o da produção acadêmica do conceito de transfobia, como categoria analítica, buscando uma elaboração teórica do conceito abrangendo, inclusive, a produção estrangeira. Igualmente, busquei mapear a produção acadêmica sobre o movimento trans no Brasil para contextualizar a discussão a respeito da mobilização do conceito de transfobia; para perceber os objetivos e consequências dos usos desse conceito e de que maneira essa mobilização tem serventia para os objetivos do próprio movimento social, na medida em que uma epistemologia trans passa diretamente pela reflexão sobre os processos de violência que as pessoas trans ativistas desejam entender e combater.

No capítulo 01, rememoro a importância dos estudos sobre o corpo e como ele se converte, na contemporaneidade, em um lugar de tensão entre norma e agência, bem como igualmente de intersecção entre diversas relações sociais, como gênero e raça, para além de

2 A sigla para representar o movimento social brasileiro foi consensuada como LGBT em 2008, após a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Brasília (fonte: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2008/06/docfinal_LGBT, acesso em 06/08/2018). Contudo, sabemos que há algumas considerações sobre a extensão e a representatividade das identidades na sigla. Há ativistas que defendem a inteligibilidade e economicidade da sigla, de modo que seja mais facilmente popularizada; outros entendem que ela deve representar a todas as identidades de orientação sexual e identidade de gênero divergentes das majoritárias. Há alguma disputa quanto a ordenação das letras e quanto a significação de cada letra (por exemplo, a letra T, por trans, poderia englobar as pessoas intersexuais, travestis e todas as pessoas que vivenciam qualquer nível de transgeneridade). Na atual sigla LGBT, não figuram literalmente, porém entende-se que estejam contempladas, as pessoas assexuais (aquelas para quem a atração erótica não é fundamental), intersexuais (pessoas apresentando alguma ambiguidade genital), pansexuais (aquelas cuja atração erótica ou afetivas é por múltiplos gêneros), pangêneros (aqueles que manifestam mais de um gênero), queer (palavra polissêmica para designar pessoas que divergem dos modelos majoritários de sexualidade e identidade de gênero), pessoas não binárias (aquelas que não se identificam com masculinidades ou feminilidade polarizadas). Existe ainda discussão sobre se simpatizantes, curiosos ou expressões transgêneras não ocidentais estariam representadas na sigla.

uma entidade biológica. Entender as hierarquias modernas, privilegiando a mente/alma em oposição ao corpo (e a cultura face à natureza), é fundamental para compreender o estabelecimento do modelo de dois sexos incomensuráveis pelo conhecimento médico moderno. Nossos esforços para um conceito de gênero compatível com os estudos transgêneros estão em desnaturalizar, desbiologizar o sexo, dizendo: existe muito mais do social no sexo do que normalmente estamos acostumados a ver.

A concepção de gênero aqui adotada tende a captar a ambivalência do gênero em seus mecanismos como norma social (naturalizando o feminino e o masculino) e em suas possibilidades de fissuras e rupturas através da agência (questionando o que faz o homem, quem é o homem e o que faz a mulher, quem é a mulher). A nova epistemologia trans pretende revisar os termos da narrativa médica reservando a patologia e a loucura às pessoas que alteram seus corpos em busca de adequá-lo à sua identidade de gênero.

No capítulo 02, procuro explorar as relações entre interesses, alianças e conflitos de identidades coletivas politizadas dentro do movimento social. Primeiramente, tenho em conta que o movimento LGBT, a princípio um movimento de homossexuais, tem uma história de luta por reconhecimento com base na identidade, no enfrentamento de violências específicas e na luta contra o HIV/AIDS. No Brasil, da década de 1980, já se vê a iniciativa de um grupo de militância gay (o Grupo Gay da Bahia) em documentar a violência sistemática contra pessoas LGBT.

A partir da década de 1990, grupos de lésbicas e travestis passam a divergir dos grupos majoritários de homossexuais, e o movimento homossexual vai se segmentando e especificando em movimento LGBT. A emergência do movimento trans brasileiro já pode ser notada com o movimento de travestis na luta contra a violência policial contra as trabalhadoras sexuais e contra o HIV/AIDS, na década de 1990. Assim, no novo milênio, observa-se sua autonomização com o acréscimo de novas identidades (mulheres transexuais e homens trans), pautas e formas de atuação ainda mais específicas. Os relatórios, notas e denúncias de mortes são uma estratégia antiga e duradoura do movimento social, e representam uma documentação importantíssima para instigar a elaboração de políticas de segurança pública.

O panorama da institucionalidade das questões LGBT e mais especificamente trans é desalentador porque existem apenas iniciativas legislativas pontuais e marcos normativos do executivo (criando conselhos LGBT em pastas diversas ou coibindo discriminações) e porque as leis existentes não fornecem dotações orçamentárias nem criam órgãos permanentes.

Alguns avanços foram obtidos de modo provocado e contencioso no judiciário em 2011 e 2018, respectivamente, com o reconhecimento das uniões entre pessoas de mesmo gênero e com a permissão da retificação de nome e gênero em cartório para pessoas trans.

No capítulo 03, trato mais de perto o assunto das violências e, finalmente, parto para a análise do corpus propriamente dita. A violência contra pessoas trans constitui uma violência específica dentre as de gênero. Nesse capítulo optei por trabalhar com uma cadeia de chaves conceituais, partindo do fenômeno da transgeneridade, atraindo, por sua vez, uma determinada conotação ou marcação negativa sobre o corpo desviado da norma de gênero, o estigma, de modo que a emoção de estranhamento sobre essa avaliação se constituiria em abjeção. Daí, compareceria a violência (transfobia) como forma de sanção ao desvio.

Como já antecipei acima, busco as elaborações teóricas sobre o conceito de transfobia, visando o contexto de seu uso, seu conteúdo, como é mobilizado e quais sentidos tornam-se mais ou menos prevalentes nos textos acadêmicos e do movimento social. O conceito de transfobia ou as abordagens das violências específicas contra pessoas trans se relacionam com outros conceitos importantes em nosso campo de estudo, como “transfeminicídio”, “genocídio”, “violência de gênero”, “homofobia”, entre outros. Por fim, trago alguns argumentos breves sobre os limites do conceito de transfobia.

Na parte final, faço a leitura do corpus, a pesquisa propriamente dita, com suporte da análise do discurso, buscando os textos escritos sob formato de relatório de violências contra pessoas trans. Lá estabeleço critérios, colaciono printagens (mecanismo de captura de tela) e aponto sobre quais entidades do movimento trans me interessei mais. Além da análise dos usos de transfobia no contexto desses relatórios e seus entrelaçamentos com outros conceitos, procuro analisar também de que forma acontece a mobilização de “trans” (por “transgênero” ou “transgeneridade”).

Por fim, considero importante relatar um pouco de minha trajetória como pesquisador. Minha educação inicial não foi formal ou acadêmica, mas foi através da instigação de pessoas trans ativistas ou não, escrevendo em redes sociais virtuais como Facebook, e me recordo que umas das primeiras que conheci foi Daniela Andrade, em 2014, conhecida ativista paulista, formada em letras e tecnologia da informação, com suas postagens frequentes sobre as mais variadas formas de transfobia. A partir de então, meu interesse pelo assunto aumentou e passei a seguir postagens e perfis de diversas outras pessoas trans, como Jaqueline Gomes de Jesus, Amara Moira, Letícia Lanz, Luciano Palhano, Beth Fernandes, Amanda Palha, entre muitas outras intelectuais, acadêmicas e/ou artistas, além do jornalista cis-aliado Neto Lucon. Em

2016, tive a oportunidade de colaborar, como educador de sociologia e direitos humanos na construção do cursinho popular Prepara Trans, à época direcionado somente para pessoas trans e com o objetivo básico de inserção delas no ensino superior via exames de ensino médio. Também considero fundamentais minha participação em eventos de pesquisas em gênero nos anos de 2015 a 2017, entre os quais destaco o Fazendo Gênero (na Universidade Federal de Santa Catarina) e o Desfazendo Gênero (na Universidade Estadual da Paraíba). Toda essa leitura, presença, provocação, contribuíram de modo decisivo para a minha formação epistêmica e para, enfim, a existência deste trabalho.

CAPÍTULO 01

1.1 CORPO

Para iniciar o trabalho de discussão teórica, penso ser necessário buscar noções que, dentro das ciências sociais, deem validade ao corpo e às experiências que procuram expandir as possibilidades de vida, indagando sobre corpo e subjetividade na contemporaneidade. Pensar as experiências transgêneras requer uma atenção especial ao corpo, haja vista que uma premissa dessa experiência é a problematização dos sentidos do corpo. O corpo é um dos lugares de materialização dos significados de masculino e feminino, (re)produzindo também tais significados. É um texto, é matéria e também é discurso. O corpo carrega símbolos, descreve trajetórias com suas marcas e as práticas corporais (re)produzem símbolos também. O coração da experiência trans é o deslocamento transgressor, no corpo, de elementos do masculino e do feminino.

A pesquisa em gênero sempre deu atenção ao corpo. De um dado, um pressuposto, como um elemento desprezado e invisível, ele passou a ser problematizado e desnaturalizado. Ao corpo fazemos as mais diversas perguntas, com uma postura que de um lado é filosófica e de outro tem fundamentos epistemológicos. Depois de tornar o corpo algo digno de reflexão científica, algo pesquisável, perguntamos: O que é o corpo? De que é feito o corpo? De onde vem o corpo? Para onde vai o corpo? Falar sobre corpo é falar sobre um artefato e um artifício moderno, sobre o qual incidem dogmas e pressupostos.

Segundo Mari Luz Esteban, em seu livro *Antropologia dos corpos*, a teoria social do corpo é um “enfoque teórico-metodológico relativamente nuevo” (2013, p. 23), que toma o corpo “como un objeto de estudio priorizado” (2013, p. 28).

O corpo vai sendo tomado como um encontro de relações sociais diversas, “un nudo de estructura y acción” (ESTEBAN, 2013, p.23). Todas as relações sociais como, por exemplo, aquelas implicadas em questões de gênero e raça, dentre outros marcadores sociais de diferença e desigualdade, se inscrevem de uma forma ou de outra no corpo e nele se entrecruzam e interceptam. Para a autora, o corpo é um lugar privilegiado de intersecção entre o individual/psicológico e o social; para além de uma entidade biológica apenas, o corpo também deve ser encarado como “una entidad consciente, experiencial, actuante e interpretadora” (ESTEBAN, 2013, p. 25).

Segundo esta autora, a busca por se debater e se pensar o corpo como um elemento ativo, relacional, produtivo, potencial está na base da “ruptura de las principales dualidades del pensamiento occidental” (ESTEBAN, 2013, p. 25).

A reabilitação dos corpos e de suas emoções, como fonte de conhecimento válido e confiável, é um movimento epistemológico recente, de meados do século XX. Para Wilshire (1997), esse movimento transgressor enfrenta os preconceitos contra o debate sobre o corpo, as emoções e a natureza (como forma ativa e produtiva de conhecimento científico), que se tornaram na modernidade o centro da tradição epistemológica no pensamento ocidental. Para ela, os obstáculos são a impregnação de imagens altamente estereotipadas do masculino e do feminino em nosso pensamento. Como integrantes de uma cultura ocidental, o masculino representaria o conhecimento e o feminino, a ignorância. A crítica feminista do conhecimento, conforme explica Wilshire (1997), deve romper o padrão dualista tradicional e, ao invés de realizar as operações de oposição e hierarquia entre, por exemplo, a mente e o corpo, o masculino e o feminino, o escrito e o oral, o racional e o emocional, etc., deve explorar essas qualidades e atributos de maneira concomitante, procurando a cooperação entre ambas.

Trata-se de novas ideias sobre o corpo, para colocá-lo no centro das discussões sobre práticas, instituições, estruturas, política e discursos, assim como para entender o lugar do corpo nos contextos de resistência e transformação social.

Uma tal noção do corpo como esse lugar de tensão – “uno de los espacios principales de contradicción social” (ESTEBAN, 2013, p. 27) – é importante porque a transgeneridade (como uma transgressão do gênero enquanto norma, explorada mais adiante), se constrói no corpo a partir de um conflito oriundo da subjetividade da pessoa trans, reivindicando algo da norma de gênero, que é dependente da cisgeneridade. A transgeneridade se inscreve no corpo.

Entender que “nuestra educación tiende a modelar nuestro cuerpo y a adecuarlo a las exigencias y normativas de la sociedad en que vivimos” (ESTEBAN, 2013, p. 71), para o meu trabalho, é entender que nossa sociedade privilegia em larguíssima medida o corpo cisgênero, aquele que faz uma ligação considerada coerente, legítima, inteligível entre o sexo genital e a expressão de gênero, dentro de linhas estritas. A educação, a disciplina cisgênera é o esforço violento, cotidiano de sempre pretender adequar os corpos à cisgeneridade. Entretanto, alguns corpos se deslocam em relação à norma, como é o caso dos corpos trans.

Por muito tempo na história da ciência ocidental, apenas alguns tipos e fontes de conhecimento permaneceram como válidas, prestigiadas e autorizadas através de mais de dois milênios. O pensamento ocidental, cuja fundação remonta ao pensamento grego antigo,

sempre privilegiou as formas reflexivas e racionais de conhecimento do mundo, da vida e das coisas humanas. Em oposição à forma mental e elevada de conhecimento, estavam as formas ligadas ao corpo, às emoções, à natureza. O oposto do conhecimento objetivo, considerado superior, iluminado, frequentemente ligado a sentidos religiosos, significava a ignorância, a mentira, o desvario, a loucura, a animalidade, o que é oculto, o que é pagão, a emoção, a escuridão. A essas oposições também se vinculavam o masculino, entendido como superior ao feminino. Não coincidentemente, a Razão era masculina. É importante notar, como nos lembra Donna Wilshire no livro “Gênero, Corpo, Conhecimento” que essa oposição é expressa, até hoje, sob a forma de um par binário hierárquico e hierarquizante, complementar, excludente, em que a razão, que é masculina, prevalece sob o corpo e suas emoções, ambas tomadas em nossa língua como femininas (WILSHIRE, 1997).

Para os gregos e para pensadores medievais, a razão estava vinculada a valores, porque ela era um instrumento para alcançar a realidade, esta até então revestida de moralidade. Conforme Jaggar (1997), nesse mesmo livro, a partir do desenvolvimento da ciência moderna, a natureza tornou-se um objeto amoral e os valores passaram a ser localizados dentro do humano, de suas emoções. Se a racionalidade passava a significar habilidade de inferência abstrata, as emoções humanas, integralmente associadas ao corpo, deveriam por sua vez se configurar como ondas não racionais, ou mesmo irracionais que abatiam o homem.

Assim, de uma maneira relativamente persistente na história do conhecimento ocidental, essa era a posição de dominação e superioridade da alma e da mente em relação ao corpo e às emoções, muito embora fossem admitidas algumas derrogações ao poder do conhecimento mental, frente às percepções corporais, a exemplo do empirismo. Ao fim e ao cabo, porém, para a definição de ciência do positivismo moderno, o conhecimento só poderia ser produzido autorizadamente com a neutralização e o afastamento das emoções dos indivíduos pesquisadores.

A modernidade reservou ao corpo uma nova configuração, uma nova concepção, refletindo seu contexto social e histórico, que rompia com o modelo anterior. Conforme Thomas Laqueur, em seu livro “Inventando o sexo” (2001), a partir do século XVIII, o isomorfismo (modelo de sexo único), presente na medicina galênica, foi substituído pelo modelo de dimorfismo (modelo de dois sexos incomensuráveis), que marca a biomedicina moderna. Conforme argumentarei a seguir, esse modelo moderno é fundamental para a busca biomédica para se definir o que é a cisgeneridade e a transgeneridade.

A binaridade é uma importante característica do gênero na modernidade, representada no modelo de dois sexos incomensuráveis, seguindo este autor. Conforme veremos, essa noção é crucial para entender a cisgeneridade, que é o regime de corporalidade em que a identidade de gênero está conforme a imposição de gênero a partir do sexo genital ou biológico, na gestação ou nascimento (essa imposição forçada é chamada por mim de generalização); a transgeneridade, por sua vez, representa um conflito entre identidade e a generalização. A cisgeneridade não pode ser compreendida fora do marco do modelo de dois sexos rigidamente separados. A binaridade também contribui para o aspecto de coerência e inteligibilidade do gênero, segundo ideia que convocarei ao texto a partir de Judith Butler: somente os corpos inscritos em um e somente um dos polos do binário (homem/masculino ou mulher/feminino) são considerados coerentes, inteligíveis e humanos.

No isomorfismo, modelo que remonta à Grécia antiga e atravessa a idade média europeia, o corpo era concebido como ligado a um sentido cósmico ou transcendental e a costumes imemoriais; a mulher era um homem invertido (o órgão que depois passou a ser classificado como útero era o escroto feminino, a vagina era o pênis, os ovários eram os testículos), menor, menos desenvolvido, mais frio. Na base do dimorfismo está o que conhecemos como diferença sexual. Segundo argumento de Laqueur (2001), o novo modelo não apenas visava a diferença radical entre pênis e vagina como uma marca da diferença sexual, mas sim a sua razão de ser.

No novo modelo aparecem uma série de distinções linguísticas para nomear e delimitar órgãos, estruturas, fluidos, processos exclusivos de cada sexo moderno e o abandono das velhas metáforas sobre o corpo. Sêmen passa a se referir apenas ao fluido do corpo masculino, as pedras da mulher se chamaram ovários, classificou-se o óvulo e o beneficium passa a se chamar clitóris.

O autor ressalta que esse processo de transição de uma noção abstrata de corpo para a outra foi não linear, descontínua, em lugares e momentos da história europeia.

Segundo Laqueur (2001), os sexos modernos foram inventados por duas razões: uma epistemológica e outra política.

A razão epistemológica tem a ver com as cisões operadas na modernidade para a formação da ciência moderna e o deslocamento do sentido da natureza. As distinções entre fato e fé, possível/provável e impossível, ciência e magia, racional e irracional, espírito e corpo se tornaram muito marcadas. O cosmo deixou de ser fundamento da ordem das coisas e o corpo, desassociando-se dele, perdendo sua sintonia com o cosmo, reduziu-se à natureza,

ocupando o lugar mais baixo na hierarquia que então estava sendo pensada. A razão política consistia em que o modelo de sexo único, um espelho da ordem cósmica ou transcendental, não mais refletia as novas relações sociais na modernidade, tornando-se assim o corpo um lugar disputado. Assim, “a anatomia e a natureza [é] uma rica construção complexa baseada não só na observação e em uma variedade de restrições sociais e culturais sobre a prática da ciência, como também na estética da representação” (LAQUEUR, 2001, p. 202).

O autor reconhece que a produção de um novo modelo foi um esforço de cientistas indo muito além de uma suposta leitura neutra de resultados de experiências empíricas. Esse esforço era contraditório, por exemplo, no sentido de que coexistia a tentativa de mostrar a incomensurabilidade dos dois genitais ao passo que permanecia uma descrição com a linguagem do velho modelo. Com o tempo, a nova nomenclatura foi sendo criada e difundida, até se tornar nosso lugar-comum. Por outro lado, as representações visuais, baseadas nas mais novas descobertas anatômicas à época, ressaltavam alguns elementos em prejuízo de outros, para frisar as diferenças entre o homem/corpo masculino e a mulher/corpo feminino.

Laqueur (2001) narra a elaboração de um modelo de esqueleto feminino pelo anatomista alemão Samuel Soemmerring que, longe de guardar apenas um estreito e frio interesse científico, envolveu a busca de um esqueleto de uma jovem de vinte anos que havia dado à luz (a gravidez representando um marco de feminilidade), com o crânio de outra mulher, o pedido de conselhos de artistas e especialistas nessa representação para um apropriado julgamento estético e, por fim, a comparação de seu molde com a Vênus de Médici e a Vênus de Dresden.

Mais adiante, Laqueur se espanta (e nos espanta também) com o tom de linguagem emocional de um livro padrão de medicina de 1977 ao tratar da menstruação e do útero usando metáforas sentimentais, como a de que “a menstruação é o útero chorando pela falta de um bebê” (LAQUEUR, 2001, p. 270-271). Assim, longe do suposto ideal neutro e objetivo.

Na biologia da incomensurabilidade, “o sexo social projetou-se no sexo biológico” (LAQUEUR, 2001, p. 210). Processos fisiológicos conhecidos tiveram seus significados alterados e os novos, recém-descobertos, reproduziram de alguma forma os conhecimentos que estavam sendo criados: ovulação, fertilização, orgasmo, ejaculação, gestação, etc., agora representando em um nível microscópico ou biológico o modo como a sexualidade dos homens é ativa e a das mulheres, passiva; como os homens são menos passionais que as mulheres, etc.

Por outro lado, o status social de determinados órgãos e processos variava amplamente dependendo do sexo: era debatida a necessidade do prazer feminino para a ovulação e a concepção; os ovários não eram considerados importantes como eram os testículos. Isso não inibia contradições nesse caminho científico da construção e manutenção do modelo binário, por exemplo, à vista de um resultado comum da castração feminina como a masculinização das mulheres e a cessação da menstruação. Era notável, assim, o esforço para relocalizar a anatomia (com respaldo em achados médicos mais atuais) como o centro de gravidade da incomensurabilidade, ou binaridade, ou diferença dos sexos.

Nessa nova ciência da fisiologia humana, importam pouco as sensações emocionais, subjetivas, os prazeres, as paixões, os sentimentos afetivos. As discussões a respeito do prazer (em especial do feminino) durante a relação somente vão até a conclusão de que o orgasmo era prescindível se as outras finalidades fisiológicas tivessem sido atingidas (como a ovulação ou a fertilização); o que é realmente merecedor de atenção é o estado dos órgãos e do corpo, suas alterações, suas características na vida e na morte. A fisiologia humana moderna, nascida no século XVIII, desprezava ou ignorava os achados sobre o prazer humano. Até o século XX, os médicos não gastaram tempo coletando dados reais do prazer humano na relação sexual, apesar de que pacientes homens e mulheres relatassem o assunto. O prazer não era digno dos superiores propósitos científicos (LAQUEUR, 2001).

Para este autor, a história do corpo humano na modernidade é a escrita das marcas da civilização no corpo da mulher, um corpo que por excelência deve ser estudado, domesticado, entendido e controlado. O lugar da mulher na sociedade, inclusive os espaços públicos ocupados na prática da política no seu sentido mais estrito, passa a ser entendido como mais determinado pelo seu corpo, ou melhor, pelos efeitos das diferenças entre o corpo biológico do homem e da mulher.

Paradoxalmente, na teoria engajada no contexto das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, o cidadão era uma entidade mais abstrata, com sexo, porém, sem gênero; individualizado, sem mais consequências políticas ou culturais; entretanto, a nova ordem só poderia começar com uma aliança entre homens, para a fundação da sociedade civil. A esfera doméstica/privada ficaria então reservada à mulher, que era de tudo diferente do homem, tanto moral quanto fisicamente (LAQUEUR, 2001).

As diferenças afirmadas uma primeira vez no nível biológico, às vezes em conhecimentos hoje cientificamente desautorizados como a frenologia (uma espécie de determinismo biológico moderno), se espalhariam para todos os terrenos da vida social. Daí

porque as mulheres não poderiam falar por si, nem viver seus desejos e sofrimentos sozinhas; elas seriam incapazes de expressar ideias sofisticadas na educação, na religião ou na política; ou seriam incapazes de expressar emoções ou prazeres independentemente de uma relação romântica com um homem.

Segundo o argumento de Laqueur (2001), a redução da mulher ao órgão de reprodução por si só não originou uma posição ou status social para ela porém, de fato, permaneceu como uma noção móvel, cujo significado deveria ser apreendido no contexto social e histórico e nas relações de poder: a mulher, imobilizada por sua condição de mulher – afligida pelos ciclos menstruais, as gestações e o cuidado dos filhos – era alijada das atividades públicas e confinada ao ambiente doméstico; por outro lado, era reconhecida como um ser forte, resistente à dor, transcendendo essa condição.

Por fim, para finalizar a lembrança da lição de Laqueur, a crítica direta do autor a um dos maiores pensadores da modernidade ocidental – Sigmund Freud.

Freud é reconhecidamente um pensador moderno, médico com especialidade na neurologia, herdeiro das teorias da diferença sexual ou do modelo de sexos incomensuráveis, em uma ordem burguesa que privilegia a família mononuclear heterossexual formada a partir de contrato. Para ele, seguindo Laqueur, anatomia significa destino. Freud se filiava ao biologismo e ao evolucionismo do século XIX.

A reinterpretação de Freud para a relação do clitóris com a vagina é, para Laqueur, “intrigante” porque ela contraria conhecimentos médicos do estado da arte à época em que Freud estudava. Segundo Freud, ocorreria um deslocamento ou transmissão da zona de prazer do clitóris para a vagina na passagem da criança menina à mulher, não condizendo com farta literatura que reconhecia ao clitóris sua homologia com o pênis e, igualmente, suas incontáveis terminações erógenas, mais potentes que as da vagina.

Ao situar o centro do prazer da sexualidade feminina na vagina, Freud colocava lado a lado pênis e vagina, nesse contexto compreendidos como órgãos complementares e binários. Essas representações operadas por Freud, pontua Laqueur (2001), iam ao encontro de um ideal de organização social, de civilização (o patriarcado) e fizeram de Freud um teórico da paridade e da antítese sexual.

A arbitrariedade da formulação de Freud estava em deslocar de um ponto “natural” de prazer na mulher para outro que seria “culturalmente necessário” (LAQUEUR, 2001, p. 286). Portanto, a crítica deste autor está sobre a nova relação operada por Freud entre a vagina e o

clitóris, que impacta a noção do que seria a sexualidade feminina e dá contornos para a própria noção de diferença sexual.

Para a fabricação da diferença sexual nos moldes como nós nos reconhecemos no moderno Ocidente, segundo toda a argumentação que estamos vendo acima, foram construídas rígidas separações e foi necessário se não impedir, pelo menos policiar a transição ou flexibilidade de gênero, o que é um fenômeno amplo, de longa data histórica, o trânsito. A ciência se engajou diretamente no desfazimento de ambiguidades, enganos e disfarces, mobilizando diversos mecanismos de asseguramento da diferença sexual contra possíveis violações ou transgressões.

1.2 GÊNERO

A seguir, penso ser necessário fazer uma breve exposição sobre a teoria feminista que dá suporte ao conceito de gênero que adoto no presente trabalho. No decorrer da minha leitura, ficará mais claro porque algumas correntes de pensamento podem aparentemente dificultar e outras facilitar uma compreensão sociológica da experiência da transgeneridade.

Conforme diz Amelia Valcárcel (1991), a dualidade natureza e cultura, um par binário ilustre na lista infinita de pares binários da modernidade ocidental, desenhou quase completamente os caminhos das discussões feministas: ora a natureza era a origem fundamental da opressão feminina, ora era a cultura que “impunha pautas interessadas sobre uma desigualdade natural pouco dramática” (VALCÁRCEL, 1991, p. 43, tradução livre).

Segundo Linda Nicholson (2000), o gênero sob uma perspectiva feminista está dividido em duas noções concorrentes. Em uma concepção mais antiga, gênero se opõe a sexo, no sentido de que sexo é biologicamente dado e gênero é tudo aquilo que é socialmente construído; na concepção que ganha cada vez mais espaço academicamente, gênero se aproxima de sexo para torná-lo seu conteúdo, significando qualquer construção social relativa à distinção de masculino/feminino. Gayle Rubin (2000), em suas formulações mais antigas, filiava-se ao primeiro sentido dos conceitos de gênero e sexo. Por outro lado, segundo Nicholson, a pensadora feminista Joan Scott oferece uma interessante definição desse segundo sentido de gênero e sexo: gênero é a organização social da diferença sexual, no sentido de que ele produz variados sentidos para determinados fatos biológicos (as diferenças corporais, em especial, as sexuais) e, assim sendo, ele também pode ser compreendido como uma forma de conhecimento do mundo, da realidade (SCOTT, 2008). Contudo, Nicholson

ressalta que o sentido sobrevivente de sexo continua presente na teoria feminista, reproduzindo a divisão binária de cultura versus natureza.

Conforme o argumento de Nicholson (2000), o esforço de desnaturalização da biologia para os fins do feminismo como teoria e política encontra diversos obstáculos conceituais, tais como as noções subjacentes do antigo “determinismo biológico” e daquilo que ela chama de “fundacionalismo biológico”, noções de que o feminismo deve, segundo ela, se livrar. Se em um extremo do espectro está o determinismo biológico, noção que tem sido mais desprestigiada quanto mais se insere a interpretação do sexo/corpo/diferença sexual/gênero dentro de uma leitura de relação social, o fundacionalismo biológico apresenta-se como uma amálgama de posicionamentos teóricos em que convivem *dados* biológicos com comportamento e personalidade – estes dois últimos mais influídos de construção social. Quanto mais radicais (e equivocadas) aparentam ser as noções biologizantes dentro da leitura “social”, mais camuflada e aceitável torna-se a concepção fundacionalista biológica, para a autora.

A metáfora que imagina essa concepção fundacionalista biológica é que corpo seria uma constante, um “porta-casacos”, sobre o qual os produtos culturais são lançados, como chapéus, lenços, sobretudos, etc.: por exemplo, a capacidade reprodutiva da mulher seria uma condição comum que geraria reações masculinas em muitas culturas, caracterizadas por algum sexismo, em vários contextos (NICHOLSON, 2000). Essa resistência das feministas em problematizar a instância da natureza ou da biologia recebeu uma observação interessante de outra importante autora:

Ao invés de marcar um polo categorialmente determinado, ‘natureza’ ou ‘corpo feminino’ significam (...) o centro saudável da realidade, distinguível das imposições sociais do patriarcado, imperialismo, do capitalismo, do racismo, da história, da linguagem (HARAWAY, 2004, p. 218 – 219).

Segundo Nicholson, as dificuldades teóricas que surgem com o fundacionalismo biológico são derivadas de duas ordens. Uma primeira ordem é a ênfase ginecocêntrica nesses estudos. Essa perspectiva é bastante biologizante: a existência de uma genitália feminina gera determinadas reações diferentes das que haveria se há uma genitália masculina; a presença de determinada genitália impede, por dessemelhança, que a pessoa reivindique outro gênero (NICHOLSON, 2000). É esse justamente o caso das pessoas trans.

Uma segunda ordem compreende as generalizações indevidas produzidas na fixação de alguma constante, característica comum. Feministas negras, lésbicas, anticoloniais e das

classes trabalhadoras, que “não viam suas experiências refletidas nas histórias contadas” (NICHOLSON, 2000, p. 28), apontaram as generalizações que surgiam a partir de um feminismo branco, heterocentrado, de classe média, majoritariamente euroamericano e ocidental.

O fundacionalismo biológico, dentre outras limitações, não consegue explicar a existência de mulheres feministas, que contradizem diretamente a relação entre biologia e socialização, nem o fenômeno da transexualidade³, em especial quando se trata de uma análise mais profunda em relação à ideologia, identidade e consciência, nem a existência de mulheres masculinizadas (NICHOLSON, 2000). Por isso, torna-se necessária a superação das noções do determinismo biológico e do fundacionalismo biológico.

O feminismo enquanto movimento teórico (embora não seja possível dissociá-lo da prática política) deve ser visto como um conjunto relativamente global de teorias e noções diversificadas, múltiplas e que estão em permanente diálogo, muito embora afastadas no tempo e no espaço. É por esse motivo que as feministas negras depois da década 1950 atualizaram, releeram falas importantes de Sojourner Truth, ou que feministas constantemente recuperem, mesmo na terceira onda⁴, argumentos de Simone de Beauvoir ou Monique Wittig. A diferença sexual, o sexo, a distinção masculino/feminino e as distinções de corpo são assuntos que atravessam os escritos e falas feministas com muita força a partir da segunda onda, mas que, entretanto, sempre estiveram rondando os debates. Não é possível fechar a discussão⁵.

Judith Butler deseja questionar o sentido que damos ao gênero e à divisão entre gênero e sexo, em que está colocada boa parte da teoria feminista ocidental. Existe ainda uma grande tensão entre gênero, sexo e sexualidade; ainda é atual a distinção entre sexo e gênero. Para

3 A autora se referiu textualmente à “transexualidade”, porém eu vejo como pesquisador da área aí a transgeneridade, que é mais ampla.

4 A recuperação a que me refiro é aquela que feministas filiadas por exemplo aos estudos queer, raciais, pós-coloniais, etc., fazem especialmente de feministas da segunda onda, problematizando as categorias de “mulher” e “sexo”, além de inúmeros outros marcadores, como idade, geração, origem geográfica, estilo de vida, classe, etc., e suas relações com o conceito relativamente novo de gênero, que hoje tornou-se presente na teoria social.

5 Embora a discussão sobre as ondas do feminismo contemple o próprio conteúdo (até onde vai a movimentação da segunda e terceira ondas feministas) e a existência de determinada onda (quarta onda, ou mesmo quinta onda), podemos indicar algum consenso a respeito de três delas. A primeira onda do feminismo tem por finalidade a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, a exemplo da educação, voto e trabalho, levantando por primeira vez as questões da opressão masculina sobre as mulheres, frequentemente periodizada do século XIX até o início do século XX. A segunda onda feminista se situa na época das efervescências da revolução sexual da década de 1960, colocando em questão a sexualidade, reprodução, casamento e família, a oposição entre público e privado, a domesticidade e a política. Na segunda onda do feminismo é que se torna bastante consistente a epistemologia feminista e é desenvolvido o conceito de gênero, tornando-se patente a preocupação com a produção de conhecimento. Por outro lado, valoriza-se cada vez mais a experiência da mulher como um campo importante para a luta e, igualmente, inicia-se a discussão baseada no paradoxo da igualdade (em relação ao poder

explorar as formulações teóricas de Butler, tenho em vista duas de suas obras: “Problemas de Gênero” (1990) e “Desfazendo Gênero” (2004).

A crítica a categorias e epistemologias feministas fundamentais pode provocar ansiedade e angústia, pela aparente insegurança que gera. Entretanto, a autora afirma que criticar um conceito não é desfazer-se dele, mas sim problematizá-lo, interrogá-lo. A crise pela qual atravessa o feminismo pode ser entendida também como uma crise sobre a usabilidade dos conceitos forjados na modernidade. Como a modernidade foi fundada em uma perspectiva excludente (exclusão das mulheres e negros, implicando divisões de classes e importando interesses coloniais), a resignificação desses termos resulta na transformação dos parâmetros da modernidade, e não sua inutilização (BUTLER, 2006).

Afinal, o que é a diferença sexual? Segundo esta autora, dentro da tensão entre gênero, sexo/diferença sexual e sexualidade, há um problema subjacente – o problema que afirma a diferença sexual: a permanente dificuldade de precisar onde começa e termina o biológico, o psíquico, o discursivo e o social (BUTLER, 2006). Na análise da diferença sexual e do gênero, houve uma busca por uma análise sociológica das relações sociais, com predominância de um ou outro enfoque, como, por exemplo, o materialista-histórico (a exemplo do feminismo materialista) ou discursivo (a exemplo do feminismo que se apropria das formulações pós- estruturalistas).

Butler (2006) menciona – via Rosi Braidotti – que a diferença sexual é irredutível à biologia, à cultura, ou à construção social, e que nunca vem totalmente dada ou construída. Assim, esta autora “propõe uma aproximação filosófica à origem da vida na diferença sexual, já que (...) esta tem implicações éticas concretas para as intervenções tecnológicas na vida corporal e reprodutiva” (BUTLER, 2006, p. 273, tradução minha).

A pergunta sobre a diferença sexual tem diversos aspectos. É reconhecido que um desejo de extinção desse conceito somente pode evidenciar sua eficácia e força atuais, diz Butler (2006). O esforço teórico dos estudos queer pretende uma separação radical entre a sexualidade e o gênero/sexo, como uma dissensão metodológica com o feminismo, em uma tensão mutuamente excludente na qual as sexualidades *queer* deslocam e excedem o gênero/sexo (2006). Essa posição já foi rejeitada por Butler (2007), em seu segundo prefácio à

masculino, ao patriarcado) e diferença (produzindo desigualdades em níveis acadêmicos, jurídicos, econômicos, etc.). A terceira onda do feminismo se inicia nos anos de 1980 e se torna expressiva na década de 1990, marcada por estudos dentro do grande campo do pós-estruturalismo, com suas ênfases na psicanálise, no discurso, na desconstrução e análise de paradigmas. Nessa onda, o estudo das diferenças e da constituição de subjetividades passa a incluir também as masculinidades e os estudos transgêneros. É importante notar que as ondas do feminismo superpõem-se umas sobre as outras, sem que se excluam, sendo importante lembrar que essa espécie de “narrativa” sobre o feminismo está mais localizada no Ocidente moderno e branco.

obra *Problemas de Gênero*, de 1999. Essa posição da autora é notável porque indica que epistemologicamente ela, de um lado, tende a perceber mais as interdependências entre as categorias de sexo e gênero e, de outro, a reconhecer a imprescindibilidade dessas categorias. De todo modo, a contribuição positiva da teoria *queer* em suas diversas vertentes está em entender que o gênero é internamente instável e as vidas trans evidenciam a falta de determinismo causal entre gênero e sexualidade (BUTLER, 2006).

Para Butler (2007), se o sexo é o conjunto de significados culturais do corpo sexuado, não se garante que um gênero surge de um sexo; nem se garante que a construção de homens dará em corpos masculinos, bem como de mulheres, em corpos femininos. Se é refutável a invariabilidade do sexo, então deve-se reconhecer que o sexo tão construído quanto o gênero, ou seja, o sexo é tão cultural quanto o gênero. Sexo talvez sempre tenha sido gênero e a distinção entre sexo e gênero, inexistente, aparece como arbitrária. Uma tal distinção (que desde o início se enuncia como natureza e cultura) é uma blindagem da estabilidade da norma binária do sexo, ao situar-se a diferença sexual em um lugar pré-social e pré-discursivo. A mera afirmação de que o gênero é cultural, sem indagação de como ele se constrói (como é o processo de generificação dos corpos), leva a crer que a cultura é uma lei inevitável; e, então, a cultura, e não a biologia, torna-se o destino. Porém, relendo Simone de Beauvoir, Butler afirma que não há nada que garanta que alguém que ainda se tornará mulher seja necessariamente do sexo feminino.

Judith Butler (2006) abraça Luce Irigaray quando aponta que a diferença sexual não é um dado, nem uma premissa, sobre a qual pode o feminismo se basear ou construir. A diferença é uma sempre-pergunta, que marca a modernidade e que motiva a investigação feminista. A diferença sexual é o lugar onde se coloca em questão a relação entre o biológico e o cultural. A diferença sexual toma forma de pergunta aberta, à qual não se pode responder (BUTLER, 2006).

Nossas limitações são as da linguagem. A tecnologia, como um dispositivo de linguagem, nos circunscreve em um contexto social e histórico específico. Assim mesmo, a linguagem também é nosso fundamento. As relações sociais não prescindem do veículo linguagem. Para além de dizer que não devemos usar as problemáticas palavras “natureza” ou “sexo”, ou que devemos aboli-las, devemos entender os contextos de seus usos e com que motivações políticas elas surgem nos discursos.

Paul Beatriz Preciado está presente nesse diálogo, indiciando novos modos de leituras sobre o gênero/sexo. Preciado concebe o sexo em um sentido amplo, englobando sexo,

gênero, sexualidade, práticas, códigos e identidades, alinhando-o a uma forma de dominação biopolítica específica (que nomeia sexo-política), na modernidade. Por outro lado, “o conceito de gênero é, antes de tudo, uma noção sexo-política, mesmo antes de se tornar uma ferramenta teórica do feminismo americano” (PRECIADO, 2011, p. 13).

A multiplicidade humana, em Preciado, é uma força motriz da resistência, “a potência que o Império Sexual se esforça em regular, controlar, normalizar” (PRECIADO, 2011, p. 13). As minorias sexuais mencionadas por Preciado, todas as anormais, mulheres, gays, bichas, *femmes*⁶, lésbicas, *butches*⁷, travestis, andróginos, intersexuais, transexuais, bissexuais, assexuais, e como aponta Preciado, “*drag kings*, as *gouines garous*⁸, as mulheres de barba, as transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues” (PRECIADO, 2011, p. 16) renovam sua capacidade de ação e constroem suas identidades pela reapropriação do gênero em seus próprios termos, resistindo à normalização, manipulando os dispositivos sexo-políticos e desterritorializando a heterossexualidade.

Essa noção de desontologização⁹ do sujeito também é importante para o conceito de performatividade de Butler, a que apenas brevemente me refiro. O conceito surge do empréstimo de um outro – o de atos de fala – no campo dos estudos de gênero: é a repetição infinita de atos, colocados mediante uma estilização do corpo, pelos quais se dá forma e matéria ao gênero supostamente normal (e, então, faz, realiza ou produz o gênero).

Uma essência masculina ou feminina não existe (ou seja, a ideia de masculinidade ou feminilidade reais ou verdadeiras são apenas ficções) nem há uma identidade de gênero por trás dessas expressões, porém, é a sua expectativa que lhe dá a autoridade como norma (BUTLER, 2007).

A repetição, o cotidiano interminável de roupas, olhares e maneirismos acaba por transformar a pessoa naquilo que ela acredita ser; entretanto, ela, fazendo cópia daquilo que não tem original, cria algo próprio, um gênero que representa, uma ilusão de integridade. Qualquer pessoa, cis ou trans, homem ou mulher, executa o gênero como uma atividade¹⁰. Não se trata de ser ou ter, mas de fazer, quase no sentido de inventar; é uma prática não

6 Mulher altamente feminina; em um segundo sentido, a lésbica feminina.

7 Mulher altamente masculina; em um segundo sentido, a lésbica masculina.

8 Em busca pela rede, não consegui obter um significado para essa expressão.

9 As consequências políticas do reconhecimento da quebra da integridade ou a instabilidade ontológica do sujeito, muito caro para o feminismo para a suposta identidade universal (mulher ou mulheres), embora de enorme importância, eu não as abordo aqui, mas no capítulo 02.

10 Um conflito e um drama aparece na consciência das pessoas trans quando elas percebem que há algo errado entre o que elas querem executar e aquilo se espera que elas executem. Para as pessoas cis, aquelas que estão do lado da norma, o mecanismo de naturalização do gênero é tão forte que a percepção de seu próprio gênero é o mesmo que ignorá-lo. E com essa ignorância, a ignorância de todos os privilégios com os que se recompensam as pessoas cis simplesmente por serem cis.

mecânica, não automática, mas mais uma improvisação, um teatro, em um cenário mais ou menos restritivo e condicionante (BUTLER, 2006).

Para Butler, o gênero é relacional e é, também, uma categoria de análise preocupada com relações de poder. O gênero, enquanto matriz normativa, pressupõe uma coerência total, causal e necessária entre sexo, corpo e desejo; essa coerência confere uma inteligibilidade social a alguém com um corpo, a ilusão de integridade da pessoa, não sendo essa coerência um conjunto de características específicas de uma pessoa, mas o efeito da norma de gênero (BUTLER, 2007). O gênero, como vimos, apenas tem aparência e é produzido pela reiteração de atos corporais estilizados (na chave da performatividade) (Butler, 2007). Para me referir ao gênero como estrutura de poder, eu usarei aqui a expressão “norma de gênero”.

De acordo com Butler (2007), as marcas de gênero existem para tornar humanos nossos corpos. Não existe pessoa sem gênero¹¹, ainda que potencialmente subversivo ou transgressor. Uma criança é inserida à força na relação social de gênero, ou seja, “passa a pertencer a” um gênero, discursivamente, quando se pergunta “qual é o sexo da criança?”. Uma pessoa é generalizada, ou seja, a ela é imposta um gênero à força durante a gravidez e no nascimento. E ao longo de toda a sua vida. Está aí a importância capital da categoria “sexo”, por sua forma “sexo genital”. A ambiguidade genital apresenta uma pequena crise ao poder da norma de gênero e exhibe a fragilidade das normas de coerência. A resposta da norma é a intervenção médica sobre o corpo ambíguo, prevenindo a falha de gênero.

Butler reporta-se a Foucault para explicar a dinâmica da norma de gênero e a formação dos sujeitos generificados. Segundo ela, a regulação do gênero, além de dirigir-se diretamente ao sujeito para controle, também o constitui; cada instituição reguladora também tem um efeito produtivo, sujeitando-se a ela e internalizando-a, esse constituir-se do sujeito se dá através da regulação. Contra Foucault, Butler (2006) acredita que a regulação de gênero não é inespecífica, tampouco apenas uma precipitação de um esquema de poder mais amplo.

Butler (2006) conceitua o gênero como sendo um aparelho pelo qual ocorre a produção e naturalização do masculino e do feminino, juntamente com as formas variadas que o gênero assume (anatômicas, genéticas, fisiológicas, psíquicas, etc.). Por outro lado, a ambivalência do gênero está em que o mecanismo de naturalização também é suficientemente

11 Toda a pessoa tem algum gênero, ou mais gêneros, porque a multiplicidade do gênero não é limitada pela dualidade apenas aparente do sexo. O gênero é uma atividade e uma transformação, uma reiteração de atos e não se relaciona nem causal nem expressivamente com sexo (Butler, 2007). Uma outra leitura da multiplicidade do gênero passa não pela consideração de que há vários gêneros, mas sim pela ideia de que há inúmeras improvisações dentro do binário de gênero, ou que há uma aquarela de masculinidades (expressão de Almeida, 2012) - e por que não? - e de feminilidades provocando, assim, uma dissolução da oposição do masculino contra o feminino (polos do binário), bem como a possibilidade de se pensar os regimes de corporalidade cisgênero (e também transgênero) como cheios de matizes, fissuras e ambiguidades.

tênue para permitir a desnaturalização desses elementos do gênero. Além disso, o gênero é a “forma de poder social que produz o campo inteligível dos sujeitos e um mecanismo que institui o gênero binário” (BUTLER, 2006, p. 77-78).

A idealidade ou abstratividade do gênero, que seria anterior ou pré-social, é apenas aparente, porque se descola das práticas apenas como efeito (Ibidem). Ser homem e ser mulher são casos, exemplos, alegorias do gênero sem qualquer status ontológico independente. Ser homem ou ser mulher não é uma forma irreduzível do gênero, mas a colaboração contínua de uma atividade – é o que fazemos diariamente com nossos corpos, braços, pernas, órgãos genitais, vestimentas, pelos, cabelos, maquiagem, gestos, expressões corporais, faciais, emoções, e também aquilo que esperam de nossos corpos e de nós mesmos. Como um texto, o corpo cita os elementos do gênero, reproduzindo-o como uma norma que é compulsória – na narrativa um percurso pode ser mais ou menos ruidoso, com mais ou menos potencial para deslocar e transgredir e alterar o gênero (Butler, 2006).

A normatividade do gênero está em que tal aparelho também cria um espectro de normalidade e anormalidade. Mas ao contrário do que o poder faz parecer, a norma depende do anormal para funcionar e a transgressão é prevista pela sua regra (BUTLER, 2006). As zonas de anormalidades são zonas criminosas, desvairadas, aberrantes, para a regulação e para a norma. A transgressão do gênero é uma citação incorreta dos elementos do gênero – uma mulher com pênis, um homem com vagina – e aciona de imediato os mecanismos de regulação para abafar e resolver a falha de gênero (Ibidem).

O paradoxo da falha de gênero no corpo de uma pessoa trans ou intersexual é percebido na natureza da transgressão de gênero em si: esse corpo não é inteligível conforme a norma. É, portanto, anormal, aberrante. Contudo, transgredir a norma não é derrubá-la, revolucioná-la, tampouco fugir a ela, ou estar fora dela, porque o anormal é definido em termos do normal (e vice-versa): a transgressão é um deslocamento sutil, sempre em relação à norma (BUTLER, 2006).

Para esta autora, o paradoxo da naturalização do gênero e suas dependências (como a cisgeneridade) é que a correção da falha de gênero para produzir um sujeito inteligível à vista da norma (a exemplo das cirurgias de construção de vagina em crianças intersexuais ou com alguma ambiguidade genital) é que o mandamento da natureza precisa ser assistido por métodos humanos (não naturais) para ser realizado ou assegurado – isto é, uma natureza induzida artificialmente.

Em nosso campo de estudo, damos um especial relevo à agência, subjetividade, consciência do próprio corpo, considerando que as pessoas trans resistem a toda uma série de mecanismos restritivos e produtivos condizentes ao regime de cisgeneridade, ao deslocarem em seus próprios corpos, de maneira mais ou menos consciente, elementos do gênero para a vivência da transgeneridade. Se de um lado o movimento de gays, lésbicas e bissexuais clama por mais liberdade sexual, o movimento de pessoas trans e intersexuais clama por mais autodeterminação (BUTLER, 2006).

Em seus contextos específicos, segundo esta autora, tanto o movimento trans/intersexual e as pessoas trans/intersexuais representam uma crítica direta ao modo como, na modernidade, pensamos o corpo idealizado como sendo dimórfico, binário; por outro lado, a transgeneridade e a intersexualidade não dependem de uma fixação ao marco binário, mas de um afrontamento a ele; e isto fazem num exercício de autocompreensão, autoinformação, autoanálise, uma espécie de cuidado de si, lutando por afirmar sua humanidade.

Na realidade, em meio a uma crítica às correntes que na atualidade se auto-intitulam como sendo do feminismo radical, que veem com reticência e até mesmo repulsa as pessoas trans e a transgeneridade, Butler (2006) afirma que as pessoas trans se apropriam da diferença sexual, à sua maneira, dissociando a masculinidade e a feminilidade de uma ontologia, do sexo biológico/genital. Todo esse movimento impulsionado por pessoas trans é político, porque elas nos mostram novos modos de ser e viver, novas realidades, evidenciam como o corpo é processual e inventivo, excedendo e alterando a norma de gênero. Por isso, gênero, dentro nosso campo de estudos, também importa a partir da noção de identidade de gênero (BUTLER, 2006).

Butler, como já dito, também explora como o gênero é crucial para compreender a relação entre a humanidade de uma pessoa e sua inteligibilidade social, seu reconhecimento enquanto pessoa: a coerência do gênero como uma premissa para a humanidade de alguém, com correlações para entendermos também o que é o real, quem tem cidadania e quem é uma pessoa. Por outro lado, os *gender outlaws*, os foragidos do gênero, pessoas trans/intersexuais, travestis, homens afeminados, mulheres masculinas etc., são aquelas pessoas que ainda não acederam à humanidade, que falam como se fossem humanos.

Estar em concordância com as normas sociais vigentes, no caso do gênero e para nosso trabalho, viver a cisgeneridade, portanto, ser inteligível, ter coerência de gênero, tem como consequências variadas as vantagens do reconhecimento social e a condução a uma vida viável/habitável (Ibidem).

Segundo argumento da autora, o reconhecimento da humanidade de alguém a partir de normas de gênero e de raça, por exemplo, constituem operações de poder; estão em disputa o caráter do humano tanto quanto o modo como essas normas operam para fazer funcionar o poder. Pessoas trans/intersexuais, travestis, homens afeminados, mulheres masculinas etc., ao reivindicarem o reconhecimento de suas vidas, suas experiências, seus desejos, afirmando identidades e resistindo nelas, rearticulam e também reivindicam para si o sentido do humano.

A discussão sobre a inteligibilidade social dos corpos e sua humanidade é importante para entendermos como funcionam os mecanismos de redução e eliminação da vida através da violência. Os corpos trans são corpos anormalizados, inaceitáveis, ininteligíveis, aos quais é dirigido o sentimento de abjeção¹², frequentemente associado à ideia de ódio. A violência aparece como uma sanção social, um mecanismo de poder, para punir todas as pessoas que transgridem a norma de gênero.

Para efeito de síntese, a palavra “gênero” enquanto conceito tem múltiplos significados:

1. Norma social, dentro de um contexto socio-histórico, com a qual estão vetorizadas diversas instituições, como a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsória, o fenômeno da violência, práticas reiteradas, etc. e com a qual se relacionam outras normas sociais importantes, como a raça e a classe.

2. Construção psíquica (subjetividade e consciência).

3. Atividade (processo contínuo e cotidiano), compreendendo os aspectos de aparência/ expressão/ performance.

4. Identidade de gênero.

5. Jurídico. O gênero coincide totalmente com sexo genital e biológico, naturalizadamente binário. Gênero aqui dá sentido à noção de indivíduo cidadão ou cidadã integrante do Estado moderno ocidental, homem ou mulher, consistindo na positividade jurídica da norma social. Em virtude da importância do assunto, abrirei a seguir um comentário específico nesse ponto.

No início de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal, a última instância judicial do Brasil, decidiu a ação direta de inconstitucionalidade 4275 para “reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome

12 Para mais, ver PRINS e MEIJER, 2002, onde o conceito é explorado pela entrevistada, Judith Butler.

e sexo diretamente no registro civil”¹³. A decisão foi avaliada como uma vitória histórica das pessoas trans brasileiras, haja vista que elimina dois enormes obstáculos para a retificação do nome de pessoas trans, condizente sua autoidentificação de gênero: o protocolo médico-psiquiátrico e a burocracia judicial. As pessoas trans, a partir dessa decisão, passam a se ver mais livres da dinâmica de medicalização e patologização, haja vista que seu nome e gênero refletirão sua autoidentificação independentemente da palavra de profissionais da saúde ou das ciências psi e de um processo judicial, moroso por definição. O instituto do nome social perde sentido e tenderá a desaparecer porque as pessoas trans o adotarão apenas enquanto não tiverem retificado seus nomes/gênero. De todo modo, talvez possa haver alguma resistência de cartórios pelo Brasil (como aconteceu anos atrás com a decisão também histórica do STF sobre as uniões estáveis e casamentos entre pessoas de mesmo gênero) em cumprir a decisão do STF, alegando ser necessária uma regulamentação administrativa do Conselho Nacional da Justiça para fazer valer a decisão. Entretanto, os impactos a longo prazo da decisão serão o exercício mais direto e pleno da cidadania por pessoas trans, no tocante a emprego, saúde, moradia, bem-estar psíquico, etc., de maneira que as pessoas trans poderão ter mais qualidade de vida. Algumas consequências sociológicas podem ser lidas a partir dessa decisão: o descolamento do aspecto jurídico do sexo/gênero no Brasil em relação aos aspectos biológico, médico e psiquiátrico.

1.3 TRANSGENERALIDADES

Sigo Letícia Lanz (2014) ao afirmar que pesquisadoras e pesquisadores como eu estamos trabalhando em um campo de saber muito novo, nascido das últimas elaborações do feminismo do século XX, como a terceira onda e os estudos queer. Os estudos transgêneros são o campo de saber que se ocupam da diversidade de gênero através do tempo e do espaço, dando especial atenção à transgeneridade, de que falo a seguir; a diversidade de práticas eróticas e de gênero, as corporalidades e identidades de pessoas transgêneras; suas narrativas, subjetividades, modos de vida e pensamento; medicalização e patologização de suas experiências. E eu acrescento aqui também os mecanismos de sujeição que são dirigidos às pessoas transgêneras, incluindo aí todos os tipos de violência, da simbólica à física.

13 Fonte: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>, acessos em 18/03/18, 03/07/2018, ..., no momento em que escrevo somente tive acesso à decisão do julgamento, publicada em 09/03/18, não tendo ainda o interior teor do acórdão sido publicado e surtido todos os efeitos jurídicos

O campo de estudos transgêneros, mencionado por Lanz (2014), possui profunda afinidade, penso eu, com o que Jaqueline Gomes de Jesus chama transfeminismo.

O transfeminismo (...) pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgêneros orquiectomizados e/ou ‘emasculados’; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (JESUS, 2014a, p. 5).

Ainda segundo esta autora, o transfeminismo tem

seus fundamentos políticos no processo de consciência política e resistência das pessoas trans (...) e seus fundamentos teóricos no feminismo negro, principalmente no que concerne aos conceitos de interseccionalidade de opressões, de não-hierarquia de opressões, de denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres (JESUS, 2014a, p. 6).

A especificidade do campo de estudos é marcada etimologicamente no prefixo trans. Transgênero não significa essa perspectiva além-gênero ou ultragênero, como eu argumentarei logo mais, no sentido de que transgênero seria algo que excede, extrapola o gênero.

Em seu texto fundacional “*Transgender Liberation – a movement whose time has come*”, Leslie Feinberg (2006) traz um esforço argumentativo de mostrar que o fenômeno do trânsito, a transição ou flexibilidade de gênero (indicado por ela na expressão “*transgender phenomom*”, que entendo por “transgeneridade”) é uma possível constante histórica, apesar desses esforços de policiamento contra os deslocamentos do binário no modelo de dois sexos.

Seu alcance remonta a muitas sociedades em distintas localidades e épocas, como as sociedades de nativos americanos pré-colombianos, sociedades matrilineares em todos os continentes, a sociedade grega antiga, a Europa medieval e a moderna Europa industrial do século XVIII e XIX.

O trânsito, a transição ou flexibilidade de gênero deve ser pensado, contudo, com sua especificidade: o fenômeno, apesar de amplo, tem um contexto social e histórico relativamente preciso, a partir do século XVIII, conforme discutimos acima, apontando ao modelo de dois sexos, com seus opostos binários e complementares (homem/masculino e mulher/feminino), pensado cientificamente no Ocidente moderno.

Dito isso, agora preciso adentrar um novo curso de argumentação para aprofundar a discussão sobre corpos, gênero e transgeneridade. Minha intenção é ressaltar que, lembrando a advertência de Berenice Bento (2006:116), na produção, pensamento, imaginação dos corpos de homens e mulheres, corpos com sexo, corpos com gênero, existe um engajamento de linguagem científica, supostamente neutra, tomada como uma tecnologia; o mesmo ocorre para os fenômenos do “transexualismo” ou transexualidade.

Conforme a autora (Bento, 2006:39-49,136), o “transexualismo” ou transexualidade não tem existência anterior às décadas de 1950/1960, fenômeno distinto do trânsito ou da flexibilidade do gênero referida como constante histórica por Leslie Feinberg. A categoria médica surge, nessas décadas, como um conjunto heterogêneo de teorias científicas, porém com eficácia comum, para reinterpretar esse conhecido fenômeno da transição ou flexibilidade de gênero. A categoria, por sua vez, produzirá o corpo vivendo a experiência do “transexualismo”.

As categorias patológicas em torno das inversões sexuais, como o “hermafroditismo” e a “sodomia/pederastia”, tiveram que ser diferenciadas dessa nova patologia que seria o “transexualismo”. Essa nova categoria do “transexualismo” surgiria a partir da década 1950, a partir de trabalhos de médicos como Harry Benjamin, John Money, Robert Stoller, que viam na intervenção médica nos corpos conflitantes com a norma de gênero uma alternativa bastante viável, senão a única, a um tratamento exclusivamente psiquiátrico.

Apesar desse conflito de respostas à falha de gênero que pessoas intersexuais ou transexuais estariam representando, médicos e psiquiatras não divergiam da lição de que “anatomia é destino”, esposada por Freud e, mais distantemente, do modelo de dois sexos binários. As intervenções cirúrgicas, em um só ato, criavam gênero e sexualidade de maneira totalizante¹⁴, a exemplo da construção de vaginas em crianças de genitália ambígua, produzindo novos corpos e induzindo subjetividades. Segundo lembrança de Bento (2006), a formação de uma categoria como “transexual” não seria uma representação de fatos, mas a própria criação de uma realidade e uma interpretação produtora de novos significados.

No protocolo médico para o diagnóstico e, por fim, a intervenção médica, o conjunto de regras criados para descobrir se um/a paciente seria ou não o/a “verdadeiro transexual” produziu práticas, hábitos, subjetividades – uma rede de negociação e convencimento entre médicos e pacientes, que envolve não somente diagnóstico, mas também autodiagnóstico, a

14 Na norma de gênero, os elementos naturalizados estão entrelaçados e se avalizam entre si: a heterossexualidade, o modelo de dois sexos binários e a cisgeneridade, a família formada de um casamento mononucleado monogâmico, a homofobia, a transfobia, a misoginia, etc.

identificação com a heterossexualidade, a rejeição da homossexualidade (BENTO, 2006), visando aos resultados desejados, a cirurgia de transgenitalização e outras intervenções.

A especificidade de transgênero é o fenômeno da transgeneridade.

A transgeneridade, para Leticia Lanz (2014), é a condição social e política das pessoas que, de qualquer forma, violam as normas de gênero, ou seja, têm alguma inadequação, discordância ou não conformidade com a norma de gênero. Esse não tem identidade com “transexualismo”. A transgeneridade é uma contradição de uma pessoa relativamente à sua própria generalização (imposição forçada de um gênero, a partir da avaliação do sexo genital, durante a gravidez ou no nascimento). Sobre essa definição ampla da transgeneridade, eu quero fazer duas observações: (1) a definição não aponta para identidades específicas de pessoas trans, como homem trans, travesti ou pessoa não-binária; (2) a definição comporta os muitos níveis de violação à norma de gênero; assim, estão dentro da definição as violações mais leves e mais graves, as violações mais ocasionais e as mais permanentes, duradouras. Conforme veremos, é na definição de transgeneridade que reside a força dos conceitos que dela derivam, como pessoa trans e transfobia.

“Transgender” (transgênero) como étimo surgiu, segundo uma estimativa de várias autoras, na década de 1970 nos EUA por criação de Virginia Charles Prince, para designar pessoas MtF (*male to female*, masculino para feminino), mulheres transexuais, que viviam o gênero feminino independentemente de cirurgia (LANZ, 2014). O sentido de transgênero que uso aqui – e que se torna cada vez mais popular, cada vez mais corrente entre militantes e acadêmicas – é o mesmo sentido dado originalmente por Leslie Feinberg em seu texto *Transgender Liberation* de 1992, uma ampliação do uso anterior, não sendo sinônimo de transexual (LANZA, 2014).

Digo também que a transgeneridade não guarda relação causal ou necessária com a sexualidade ou desejo afetivo-erótico; a formulação do conceito de transgeneridade inclusive é tributária da separação relativa (porém obviamente não se trata de disjunção, mas sim interdependência) entre identidade/expressão de gênero e orientação sexual. Uma pessoa trans pode ser homossexual, bissexual, pansexual¹⁵, demissexual¹⁶, heterossexual e assexual.^{17 18} Essa confusão conceitual, essa mistura indevida de conceitos da sexualidade com conceitos da identidade de gênero produziu, pelo menos em nível acadêmico, equívocos como considerar a

15 Homossexual é a pessoa que tem atração por pessoa de seu mesmo gênero; bissexual, por pessoas dos dois gêneros; pansexual, por pessoas de qualquer gênero.

16 Demissexual é a pessoa cuja atração sexual é mediada por valores de romantismo, amizade e confiança.

17 As categorias de sexualidade, assim como as de gênero, não são estanques.

18 Assexual é a pessoa que não manifesta atração sexual durante sua vida.

travesti como vítima de violência homofóbica ou como considerar pessoas trans, homens e mulheres trans, como sendo respectivamente hiperlésbicas (a masculinidade da lésbica “tornou-se tão grande” que “ela se tornou homem”) e hipergays (o mesmo, fazendo as mudanças de gênero)¹⁹.

Judith Butler (2007) indica diversos modos pelos quais a norma de gênero pode ser violada, partindo de seu próprio conceito de gênero e performatividade: a relação arbitrária, isto é, não necessária, não causal de elementos do gênero; a escolha de não reiterar os atos, de impedir sua repetição; a deformação do gênero; o sublinhamento do aspecto paródico do gênero (remarcar na estilização corporal a imitação exagerada do mito, da ficção, como a própria Butler fala, que acaba por desnudá-lo de sua autoridade).

A transgeneridade é mais um fenômeno de potencial transgressão a normas preestabelecidas e hegemônicas, entre muitos que já foram objeto de estudo dentro das ciências sociais. Às pessoas que violam normas sociais são aplicadas diversas punições. O grande grupo de desviados (ou transviados) sociais era/é composto dos loucos, doentes, delinquentes, pecadores, etc.

Algumas chaves conceituais podem ser mobilizadas para que visualizemos o que significa a transgressão de gênero dentro dessa norma. A primeira chave, partindo de Howard Becker, pode parecer epistemologicamente menos afim que a segunda chave, muito mais visível e frequente nos estudos de gênero, que é a chave derivada dos estudos de Michel Foucault. Por último, uma chave nativa aos estudos de gênero que se filia ao pós-estruturalismo é aquela de P. B. Preciado, notável estudioso queer.

Howard Becker (2008) parte da perspectiva interacionista. A multiplicidade humana é expressa em comportamentos variados. Historicamente, há comportamentos que podem ser considerados como desvios alguma época específica, que não o são em algum outro momento. É o surgimento de uma norma específica que determina o que será considerado desvio ou não. Para Becker, não há um comportamento essencialmente desviante ou desviado, disfuncional ou falho. A norma surge de um processo social historicamente contextualizado, legitimada através da naturalização do comportamento ‘correto’ e do julgamento e punição do comportamento ‘desviado’.

Para o conceito de desvio, três elementos são considerados: a inadequação a uma norma, um julgamento de valor quanto a esse comportamento, classificado como desvio, e a

¹⁹ Eu não ignoro que esses discursos classificados por mim como absurdos são interessantes para perceber a maneira como no discurso hegemônico da norma de gênero são criados e circulam significados muito específicos sobre sexo, corpo e desejo.

rotulação da pessoa autora do desvio. A desviada da norma é uma transgressora, é a outsider de que fala Becker (2008). “Estar de fora” refere-se a ser excluída da comunidade das pessoas que aderiram à norma e que receberam as recompensas sociais em razão de ser normal.

Lanz (2014) afirma que a normalidade – para nós aqui se trata da cisgeneridade – tende a ser considerada como uma faixa muito homogênea de comportamentos julgados corretos.

Entretanto, os comportamentos sociais, desviados ou não, transgêneros ou não, não devem ser analisados em uma perspectiva meramente binária – a norma é zero e a exceção/violação é um – porque o nosso comportamento “raramente corresponde a uma total transgressão ou a uma completa conformidade com todas as normas”. Na minha opinião, entretanto, a recusa ou a adesão total ao gênero são impossíveis, inexistentes. O que ocorre são muitos graus e qualidades de adesão ao gênero, ainda que aparentemente o transgredindo.

Por sua vez, Foucault (2012), na sua obra *História da Sexualidade – A vontade de saber* (volume 01), analisa como se constituiu o dispositivo da sexualidade e as relações entre o poder e a sexualidade. Novos mecanismos de exercício do poder surgiram na Europa moderna capitalista a partir do século XVIII, atuando de maneira difusa, sutil e pontual, extravasando o aparato burocrático. A sexualidade humana se torna importante porque ela vai representar a verdade última do ser e, para que essa verdade seja alcançada, uma complexa rede de estímulos e estratégias se organizam próxima da ideia da confissão.

Foucault questiona o senso comum expresso na tese repressiva da sexualidade. A constituição do poder moderno tem a ver com um investimento crescente sobre a vida, sobre conhecer e estimular a vida, conhecer os corpos e estimular os prazeres – então, Foucault lhe nomeia biopoder. Nesse contexto, florescem a medicina e a demografia modernas. O dispositivo da sexualidade incita a fala sobre a sexualidade, portanto, resultando em uma proliferação de discursos.

“A burguesia começou considerando que seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável” (FOUCAULT, 2012), e assim surge uma nova forma de família, ofuscado o dispositivo da aliança, e um novo regime de normalidade, cujo objetivo é o controle da perversão, da hereditariedade e da degenerescência. Quatro sujeitos patológicos são o objeto privilegiado do novo saber científico: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso.

Rejeitar a tese exclusivamente repressiva da sexualidade é ter em mente as funções de incitação, controle, reforço positivo e organização próprias do poder moderno no sentido de

reproduzir a vida. A repressão ao sexo não está ausente da discussão e não se a nega – contudo, interessa perceber também os aspectos “positivos”, produtivos e incitadores das dinâmicas relacionais da operação do poder. A comunicação do biopoder com os processos econômicos está no fato de que o biopoder favoreceu a utilizabilidade dos corpos no modo de produção capitalista, docilizando-os à jornada de trabalho e ajustando-os aos ciclos econômicos.

“Uma sociedade normalizadora é efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”, diz Foucault; as forças resistentes a esse poder se sustentam exatamente naquilo sobre o qual ele investe, a vida, elas reivindicam a vida, “(...) a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível” (Idem, 2012, p. 157-158).

Apropriando-se dos ensinamentos de Michel Foucault, Preciado (2011) afirma que o sexo (englobando gênero, sexualidade, códigos e identidades sobre o masculino e o feminino) tornou-se um elemento a serviço do poder: controla-se a vida através de tecnologias muito diversas, como dispositivos de normalização e discursos sobre o corpo. Entre estes, está a heterossexualidade, uma tecnologia que produz identidades, práticas, hábitos, corpos, tudo entendido aí como “correto”. A rígida binaridade dos órgãos sexuais reprodutores, ou genitálias, tem sua segurança nesse contexto.

Preciado argumenta que a partir de 1950 existe uma ruptura com o regime disciplinar do sexo, a partir da inserção, nessa tecnologia, de elementos como a subjetividade ou consciência para se pensar o sexo e as “identidades sexuais” (e é elaborado o conceito de gênero pelos médicos Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller) e a relativamente nova possibilidade de alterações profundas nos corpos no campo da biomedicina.

Para Preciado (2011), as multidões queer, todos os anormais na modernidade, pessoas trans, intersexuais, bichas, travestis, etc., provocam uma reviravolta ou transgressão aos dispositivos de controle do corpo. As multidões queer recuperam seus próprios corpos para intervir neles, reivindicar sua posse, fazer gozar, fazer sofrer, encontrar-se. Para criar, usando os mesmos mecanismos biomédicos que as querem submeter, corpos diversos, com diversa subjetividade e forma. A esses processos de resistência ao “normal”, reconhecendo todas as potências do corpo, Preciado chamou “desterritorialização da heterossexualidade”.

Essa nova epistemologia de pensar nossos próprios corpos usa de táticas como a identificação estratégica, por exemplo, quando o lugar abjetificado de uma pessoa trans ou bicha é reafirmado produtiva e positivamente. É nesse sentido que se fala em uma “desontologização do sujeito da política sexual”: todas as muitas diferenças apagadas para a

construção de uma normativa essencialista (heterossexual, feminina ou até mesmo homossexual) se veem reavivadas quando são questionados os fundamentos da diferença sexual, da “identidade sexual”, da integridade dos corpos, da noção biologizante do feminino ou masculino.

Na modernidade, as pessoas anormais, e nesse trabalho refiro-me especialmente às pessoas trans, vivem a multiplicidade humana, rompendo frontalmente com o sentido único da norma – a cisgeneridade.

1.4 CISGENERIDADE

Na modernidade, as categorias são binárias. A cisgeneridade depende mais da transgeneridade do que o contrário. Mas a norma é invisibilizada e a marcação da diferença é o que sobressai. Para Rodovalho (2017), o uso de “cisgênero” é atacado porque, supostamente, o conceito seria insuficiente e redutor.

Não surpreendentemente, as categorias que estão do lado da norma (branquitude, masculinidade hegemônica, heterossexualidade, etc.) são também as categorias zero no binário, representando sempre recompensas sociais em virtude da adesão a elas. São as categorias não marcadas, menos estudadas, menos questionadas, menos devassadas, menos entendidas.

Na definição de Leticia Lanz (2014), cisgênera é a pessoa cuja “identidade de gênero está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer”, fazendo com que sua conduta cotidiana satisfaça a expectativa social quanto às pessoas de seu sexo genital. A cisgeneridade é um regime normativo de corporalidade. Também pode ser lida como uma maneira de conhecer o próprio e o corpo alheio, ou seja, é uma epistemologia. A criação do termo “cisgênero” é atribuída a Carl Buijs, homem transexual holandês, em 1994.

Conforme Leila Dumaresq (2016), a palavra “cisgênero” é um exemplo bem-sucedido de “ocupação epistêmica”, ou seja, pessoas trans se apropriaram ativamente da palavra para nomear as pessoas não trans, facilitando a visualização dos privilégios que são atribuídos à cisgeneridade. “O cisgênero, por sua vez, é uma categoria como o branco é para raça, neurotípico é para a neurodiversidade, ou heterossexual para a orientação sexual” (DUMARESQ, 2016, 127). A característica da pessoa que está ao lado da norma é que suas peculiaridades pessoais classificadas como negativas são sempre relativizadas e não tendem a ser consideradas desvios, enquanto que para as pessoas estigmatizadas, essas peculiaridades

são realçadas e são punidas como desvios, patologias, crimes, etc. No caso das pessoas trans, a transgeneridade torna-se a causa de tudo de errado que possa acontecer com elas.

O gênero pode ser pensado da perspectiva de que é apenas a expectativa da norma concretizada no corpo de alguém, porque essa pessoa continuamente reitera atos de gênero, masculino ou feminino, construídos social, histórica e culturalmente. O conteúdo da norma cisgênera ou heteronormativa, ou da norma de heterossexualidade compulsória, ou do status da monogamia, etc., tem que ser aferido no contexto histórico em que se lê a tal relação social. Enquanto a norma é fictícia, mas se mantém pela expectativa de seu cumprimento, pela coação violenta, a expressão de gênero é múltipla, apesar de estrutural, e é individual até certo ponto.

Qualquer identidade de gênero ou gênero corporificado em alguém corresponde a um local específico dentro da norma de gênero. Estou assumindo, como disse, que as pessoas que vivenciam qualquer tipo de transgeneridade, permanente ou não, são transgressoras à norma, mas estão dentro da norma de gênero, são previsões da norma. A norma de gênero, que tem dependência mas não identidade com a cisgeneridade, precisa da transgeneridade como um seu limite. A transgeneridade é parte da norma e um limite dela.

Existe uma norma de uma identidade de gênero específica, como a identidade ou ser travesti, a identidade ou ser homem cis, a identidade ou ser mulher cis, a identidade ou ser homem trans. Também há uma norma central, a norma binária: o binário é o homem ideal e a mulher ideal, cisgênero e cisgênera, heterossexuais compulsoriamente, destinados ao casamento e à monogamia, etc., que vai coincidir com exatamente nenhuma pessoa.

A existência de pessoas com identidades específicas – provoca deslocamentos dentro da norma de gênero. Cada identidade vai corporificar a ideia de gênero que lhe compete, homem ou mulher, pessoa não-binária, etc. Entretanto, a realização/transgressão de um gênero tem diversos impedimentos, que são a própria expectativa da norma. Esses impedimentos são os estereótipos de gênero, são as generalizações sobre o gênero.

A pessoa trans, enquanto ponto limite e componente da norma de gênero, expressa as contradições da norma de modo mais evidente apenas e tão somente em razão de seu local mais conflituoso em relação à norma binária. A norma binária (central) é invisibilizada e sua transgressão é sancionada com um tipo específico de violência (transfobia).

A transgressão só existe em relação a uma norma (cisgênera) e em relação à própria norma (de gênero), de modo que não existe saída à norma. Tudo que pensamos e fazemos sobre gênero está completamente dentro da norma de gênero. Nós ainda nos debatemos dentro

dos parâmetros da modernidade. Não existe agênero, não existe pessoa sem gênero; toda pessoa tem algum gênero, ainda que em transgressão.

Butler (2007) sugere que a personagem drag queen, as transformistas e drag kings não são um exemplo de “subversão” (em suas palavras) do gênero. Para ela, a personagem explicita o jogo do gênero e permite um julgamento sobre a artificialidade da roupa sobre um corpo que “supostamente” não pertence a ela. A pessoa transexual, por sua vez, borra o julgamento a respeito da linearidade ou não linearidade do corpo, roupa e sexo genital.

Embora em muitos trabalhos acadêmicos sejam usadas as palavras “subversão”, “transgressão”, “violação”, como eu próprio uso, não esclarecemos de fato o que significam e a razão do emprego de cada uma delas. Para mim, elas podem ser usadas indistintamente, mas com a clareza de que o sentido da transgeneridade não está em destruir, suprimir, revolucionar, etc., a norma de gênero. Como veremos, a transgeneridade é um deslocamento de elementos que antes estavam estáticos em uma posição na norma, para outra nem tanto convencional. A transgeneridade, por sua vez, tem uma função de constituir também o que é o normal – o seu oposto binário, o que é cisgênero.

Para a manutenção da integridade da norma de gênero, comparece sempre a violência, em qualquer que seja o ponto que uma pessoa represente na norma. Entretanto, as violências variam em natureza e em quantidade, dependendo dos marcadores sociais envolvidos.

A multiplicidade humana está em todas as pessoas, cis e trans. As contradições da norma de gênero nascem de sua própria concepção: não é possível, se entendemos as relações sociais como uma tensão permanente (e desequilibrada) entre individualidades e estruturas (de raça, de gênero, de classe, etc.), haver uma coerência, total e necessária, entre corpo, eu, sexo e desejo.

Por outro lado, a enorme dependência da norma de gênero com a cisgeneridade (por isso, há ocorrências do uso êmico do neologismo *cistema*, pela fusão de “sistema” com “cis”, redução de “cisgeneridade”) não lhe retira a necessidade de instaurar a outra trans, aquele que não se nomeia, aquele que se subentende e cala, aquele que vive na margem. Nessa perspectiva, “as fronteiras da normalidade só podem ser claramente demarcadas a partir da instituição desses corpos abjetos. Isto é, aqueles que são alocados pelo discurso hegemônico nas ‘zonas invisíveis e inabitáveis’” (PELÚCIO, 2007, p. 243).

A transgeneridade define, assim, os limites da norma de gênero. A pessoa cis está dentro da norma flutuando na normalidade; a pessoa trans, por sua vez, é um lugar marginal

na norma de gênero; ela parece estar escapando ao sistema, mas na verdade, ela é componente essencial dele. A transgeneridade define, de certo modo, a norma de gênero.

A respeito especificamente das pessoas trans, há estereótipos. Há comportamentos esperados de pessoas trans. Então, há uma norma. Existe uma norma travesti. E uma norma homem trans. E uma norma mulher transexual. A norma de gênero é redundante e hiperpresente: mesmo violada, ela é reiterada sob uma nova forma; assim é a masculinidade de um homem transexual ou a feminilidade de uma mulher transexual, por exemplo.

Deste modo, “não é possível opor-se às formas ‘normativas’ do gênero sem subscrever ao mesmo tempo certo ponto de vista de como deveria ser o mundo com gênero” (BUTLER, 2007, p. 25, trad. minha). Também nessa linha de raciocínio:

Pessoas que provocam uma idéia de “transição” entre os gêneros, como travestis e transexuais, não apenas questionam normas de gênero estabelecidas, mas **ajudam a criar novos padrões de gêneros que podem vir a ser repetidos**, pois é no interior da performatividade que as fissuras de gênero se revelam e moldam caminhos para novas vivências. (LEITE Jr, 2008, p. 125, negrito meu).

Os caminhos das transformações corporais de pessoas trans, ou suas transições, têm um trajeto *esperado*. Igualmente, os padrões de gênero transformados conduzem a diferentes experiências de subjetividades, outras formas de sentir-se no mundo e relacionar-se com outras pessoas, porém também disciplinadas e controladas como ocorre mais proximamente à norma.

Por exemplo, a reivindicação da identidade mulher transexual por alguém é acompanhada da aceitação de um discurso medicalizante, a mulher transexual deve ter assistência psiquiátrica, tem desejo heterossexual necessariamente e procura a cirurgia transgenitalizadora. Em sua tese, Pelúcio (2007) menciona que os discursos indicativos de caminhos para a subjetividade a partir de marcas no corpo também produzem padrões corporais:

Tornar-se/ser travesti exige toda uma rígida disciplina de cuidados corporais cotidianos que as levam a incorporar, literalmente, os valores dominantes sobre como deve ser o corpo, a roupa, os gestos, as cores e acessórios para cada gênero, num processo de longa e ininterrupta duração (PELÚCIO, 2007, p. 276 – 277).

O problema das normas é que elas sempre serão frustradas de alguma forma – existem mulheres transexuais lésbicas e também há as que não desejam alterar seus genitais. A

transgressão à norma que um corpo trans representa é em relação à norma – a todo momento as pequenas desintegrações e deslocamentos da norma em seu corpo trans se rearranjam em novas formas de ser pessoa com um gênero ou mais, mas os pedaços da norma continuam podendo ser lidos em seu corpo, embora de uma maneira que a muitos parece escandalosa, ultrajante ou abjeta.

As múltiplas manifestações de transgeneridade também se referem a uma norma central. A identidade ou ser se refere a todos os estereótipos sobre uma travesti, que estão condensados nessa norma, que na verdade, não existe, porque é a pura expectativa da norma travesti. Quando uma travesti, por exemplo, apresenta “disforia” e deseja readequação genital – em geral se espera que a travesti não tenha incompatibilidade com seu genital, pelo contrário –, ela se desloca para mais longe em relação à norma. Igualmente, quando se pensa em uma travesti que não se prostitui ou uma travesti lésbica. Da mesma forma, espera-se de um homem trans uma grave adesão à masculinidade hegemônica, à sua maneira, com todas as suas recompensas sociais, pelo uso massivo de hormônio testosterona, e uma identificação com essa mesma masculinidade e o ser homem. Porém, há homens trans que não se identificam como homens, preferindo a identidade não binária. Uma multiplicidade de expressões de gênero existe e nós não podemos ou não conseguimos ver em razão da adesão ou da expectativa de cumprimento da norma, que se apresenta invariavelmente de forma binária e limitante.

Segundo Lanz, “não existe somente uma e apenas uma manifestação sociocultural que possa ser chamada de ‘expressão transgênera’, mas um número praticamente infinito de manifestações que podem ser classificadas dessa forma” (LANZ, 2014, p. 76).

No próximo capítulo, tento argumentar sobre como a politização das identidades coletivas a partir da definição de interesses comuns (como a defesa da livre identidade de gênero) a pessoas que vivem a transgeneridade (organização em movimento social: ativismo trans) tem importância para o tema do trabalho e como as dinâmicas entre essas identidades e o ativismo reverberam na formulação e difusão de conceitos como o de “pessoa trans” e “transfobia”.

CAPÍTULO 02

Primeiramente, a abertura do segundo capítulo com a leitura dos trabalhos de Regina Facchini (2005) expõe meus interesses na ideia de que a consolidação recente do movimento trans brasileiro, na década de 2000-2010, teve início na década de 1990, a partir da especificação, desmembramento e cisão do movimento homossexual brasileiro, que passou por fases distintas. Para argumentar sobre a consolidação do movimento trans, cuja periodização remonta ao movimento de travestis em meados da década de 1990 e vai abrangendo, mais recentemente a partir da década de 2010, os homens trans, no contexto da consolidação também do movimento LGBT como um todo, tendo apoio nos trabalhos de Mário de Carvalho (2015) e Simone Ávila (2014). Examinarei também o relatório de pesquisa nomeado “Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT Goiás”, produzido pelo Ser-Tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (2011), ao qual pertenço. Por fim, com a tese de Rezende de Avelar (2014) pretendo mostrar que, apesar de patentes, de modo não oficial, os índices de violência fatal e não fatal contra LGBT no Brasil, ainda são bastantes escassas ou inexistentes as políticas públicas de segurança pública para combater a vulnerabilidade social de pessoas LGBT à violência.

Nesse movimento, novas questões e pautas de luta localizadas surgem a partir de princípios específicos, como a defesa da livre identificação de gênero (que me aparece central no ativismo trans e da qual se depreendem muitos outros fundamentos, como a luta contra a transfobia e pela despatologização das vivências trans). Esse capítulo também mostra como são os processos e as dinâmicas entre as identidades coletivas e o movimento social, com minhas leituras de trabalhos mais recentes abordando a rede complexa, dispersa por todo o Brasil, que se constituiu no movimento trans. Por fim, gostaria de mostrar que o surgimento de novas formas de nomear identidades coletivas e processos específicos atinentes a elas, como homem trans e mulher trans (o guarda-chuva “pessoa trans” e a “transfobia” está em capítulo posterior), correlaciona-se com esse processo de especificação do movimento social e a definição de seus interesses, alianças, conflitos internos e formas de atuação. Embora eu esteja iniciando o capítulo 2 com uma discussão teórica sobre movimento social, acredito que esta não é uma leitura em ordem necessária, porque existe relação de interdependência entre a formação e a politização de uma identidade coletiva em movimento social e as formas subjetivas, mais individuais, da identidade, conforme veremos a seguir.

Em todos os trabalhos, e o meu incluído, temos a motivação de “dar visibilidade à história de organização e luta de grupos sociais subalternizados, especialmente, neste caso, os constituídos por pessoas oprimidas e discriminadas em função de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero” (SERTÃO, 2011:6).

O movimento LGBT – movimento social de defesa da diversidade sexual e de gênero – é classificado pela bibliografia existente como novo movimento social. Está entre os movimentos que se organizaram mais recentemente, principalmente depois da primeira metade do século XX, em oposição a formas mais tradicionais de luta e resistência baseadas na classe social. O seu protagonismo estaria no modo de “oposição pós-materialista, com motivações de ordem simbólica” (SERTÃO, 2011, p. 15). As demandas do movimento LGBT se relacionam com a chamada “politização da cultura e as lutas por reconhecimento”, em um contexto de busca por mais representatividade dentro da cultura política das democracias ocidentais e mais respeito à diferença e à identidade. As comunicações por meios digitais/eletrônicos marcam as novas formas de participação, interlocução, discussão e manifestação por direitos e contra violações, configurando-se o que se estuda hoje como “ciberativismo”.

2.1 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AO MOVIMENTO TRANS

No livro “Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990” (FACCHINI, 2005) e na obra “Na trilha do arco-íris : Do movimento homossexual ao LGBT” (SIMÕES; FACCHIBI, 2009), é analisado o movimento homossexual brasileiro e são trazidas algumas considerações sobre os momentos mais incipientes do jovem movimento social LGBT brasileiro.

A história do movimento social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, pessoas trans e pessoas intersexuais está ligada ao movimento homossexual (note-se que até 1992 falava-se somente no “movimento homossexual”), à homossexualidade e às formas de violência específicas que atingem os gays – a homofobia – bem como no ambiente acadêmico o homossexual e a homossexualidade masculina têm predominância na produção bibliográfica e uma importância destacada nas pesquisas em ciências sociais. Da mesma forma, importantíssimo documento público do governo federal, de 2004, que programa ações e elabora princípios para a cidadania LGBT leva o nome de “Brasil sem homofobia: programa

de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 15).

Segundo estes autores, a terceira onda do movimento homossexual (como veremos, a primeira e segunda onda tem uma demarcação relativamente clara no antes e após a redemocratização brasileira), na realidade, deve ser conhecida como o momento de efervescência do jovem movimento LGBT brasileiro, em que se multiplicam ativistas lésbicas, bissexuais, trans e intersexuais dentro do movimento social, em redes locais, regionais e nacionais, com destaque às Paradas do Orgulho LGBT, como eventos de maior visibilidade, à já conhecida e consolidada atuação de ONGs HIV-AIDS e às relações do movimento social com mercado de consumo e os meios de comunicação. Além disso, algumas vias de ação tornam-se bastante importantes, como a atuação acadêmica e a atuação institucional com/em órgãos legislativos e judiciários.

Para Facchini (2005), o movimento homossexual no Brasil se origina a partir de organizações como o grupo Somos/SP, atuante entre 1978 e 1983, visando a pautas não somente políticas e mais diretamente relacionadas à livre expressão da orientação sexual. Em outra obra, Facchini e Simões afirmam que nem sempre as ações tiveram caráter político, nem as associações sempre focalizaram a homossexualidade (SIMÕES e FACCHINI, 2009). O estudo do movimento LGBT lança luz sobre essa segmentação e fragmentação do movimento homossexual e sobre as dinâmicas de processos entre atores (movimento social, sociedade civil, Estado, etc.), representadas pela nomeação de grupos e categorias, a exemplo do próprio MHB, o movimento LGBT, GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis) e HSH (homens que fazem sexo com homens).

Facchini relata seu trabalho de campo com o grupo Corsa, autodenominado grupo de conscientização e emancipação de minorias sexuais, entre 1997 e 2000, com o intuito de analisar “processos de construção e reconstrução de identidades coletivas” (FACCHINI, 2005, p. 21) na rede de relações desse grupo, observando igualmente contextos mais amplos, como as mudanças de ordem política no Brasil, relações entre atores (movimento social, sociedade civil, Estado, etc.), epidemia de AIDS e elementos da globalização.

A consideração da identidade coletiva para o fim de analisar os novos movimentos sociais tornou-se relevante em face das mais tradicionais análises de movimento social nas ciências sociais, que centralizam o olhar na luta de classes e em propostas marxistas. Se postas em oposição, surge uma hierarquia na qual a luta de classes é primária e as lutas partindo de identidades coletivas (de LGBT, pessoas negras, mulheres, etc.) são secundárias,

tudo segundo esse enfoque tradicional. Outros elementos também são valorizados, como os novos formatos institucionais (inclusive visando as disputas internas dos grupos) e os modos de ação. Análises enfocadas em relações sociais de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, também tendem a considerar as conexões entre os indivíduos partindo da relação igualdade – diferença, ao considerar a identidade em uma característica essencializante. As dinâmicas internas do movimento homossexual foram provocando, no decorrer da década de 1990, conforme descreve a autora, o surgimento de novas categorias de classificação, como as de lésbicas, travestis, bissexuais, transgênero, de onde teria vindo a expressão “sopa de letrinhas”, enunciada às vezes em tom acusatório (FACCHINI, 2005).

O início do movimento social organizado explicitamente voltado para as questões da homossexualidade data de 1978, com a fundação do grupo Somos/SP, acompanhado posteriormente de grupos também reconhecidos como o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa/RJ. A década de 1980 foi palco para a transformação do movimento social com um todo, com o alastramento da epidemia de AIDS pelo mundo e pelo Brasil, com a relativa diminuição dos grupos atuantes e as rupturas no regime político do país, com o fim da ditadura militar. Conforme relato da autora, já eram observadas divisões a partir do grupo Somos, dando origem a grupos de atuação lésbica e feminista (FACCHINI, 2005).

De uma primeira fase do movimento gay, com tendências antiautoritárias e comunitaristas, passa-se na segunda fase a um afastamento de posicionamentos políticos de esquerda bem delineados (como anarquistas ou comunistas) e da institucionalização, a exemplo da atuação de militantes como Luiz Mott (Grupo Gay da Bahia) e João Antônio Mascarenhas (Triângulo Rosa/RJ). Segundo Facchini (2005), esse tipo de militância compreendia o reconhecimento de direitos e a luta contra a violência, específicos para uma pauta homossexual, bem como visava a uma integração maior com o movimento homossexual em âmbito internacional, quando então se tornou mais aceitável o uso da palavra gay, léxico importado do inglês. Na década de 1970, o uso de gay era criticado por ser “imperialista” e “alheio à realidade brasileira” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 89).

As primeiras iniciativas de documentação de violência contra pessoas LGBT, com a produção de relatórios detalhados de vitimização especialmente a partir de notícias de jornal (os chamados dados hemerográficos) foram tomadas nesse momento de reorganização do movimento social, a exemplo do grupo encabeçado pelo antropólogo Luiz Mott, o Grupo Gay da Bahia, o mais antigo grupo de militância LGBT em atividade no Brasil (SIMÕES;

FACCHINI, 2009). Posteriormente, também surgiram levantamentos de vitimização que ocorriam durante eventos de massa como as Paradas do Orgulho Gay e, então, LGBT.

Neste momento desejo fazer um excuro necessário para contemplar mais proximamente o objeto do meu trabalho, para explorar uma publicação datada de 2003 importante e rica da editora do Grupo Gay da Bahia, de Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, visando explorar o argumento de que o movimento homossexual, e então fragmentado em LGBT, é historicamente sensível, desde o início, à vitimização de pessoas LGBT em razão de diversas violências.

“Matei porque odeio gay” (MOTT; CERQUEIRA, 2003) é uma típica publicação de análise de dados hemerográficos (à época reunidos com recortes de jornais das mais diversas origens do país) com informações de crimes contra pessoas LGBT, eventualmente noticiados nas mídias impressas, do ano de 2002. Foram anexados os textos das notícias, explicitando as narrativas produzidas, e também uma relação nominal de vítimas. Esse tipo de documentação torna-se mais intenso (com contagens anuais) a partir da década de 1990, juntando-se à série que remonta à década de 1960.

O relatório reconhece que, apesar de casos de iniciativa governamental isolada, como o Disque Denúncia do Rio de Janeiro, era (e ainda é) patente a ausência de dados oficiais e gerais sobre a ocorrência sistemática desse tipo específico de violências.

Na especificação das identidades vitimizadas apresentam-se gays, lésbicas e travestis, e desde já igualmente se reconhece que a violência é mais grave e perversa contra travestis, especialmente as prostitutas. Dado todo o contexto de militância do movimento homossexual brasileiro, conforme estamos vendo, opera-se com o conceito de “crime homofóbico”, “homofobia” e “homossexual” de forma proeminente, ao lado dos conceitos de “lesbofobia” e “travestifobia”. As análises dos crimes abrangem desde o modo de execução dos crimes, a identificação de cor, idade, origem geográficas das pessoas vitimizadas, bem como os tipos diferentes de violências, como as discriminações por declarações nas mídias ou por autoridades públicas; em ambiente de trabalho ou de consumo, por parte de empresas, e as mais visíveis agressões físicas e assassinatos.

O relatório também chega a indicar que existem atravessamentos de relações sociais (como raça ou orientação sexual) na produção das diversas violências que atingem lésbicas, travestis e gays: uma mulher negra lésbica sofre discriminação em razão de pertencer à raça negra, em razão de ser mulher e em razão de sua orientação sexual. Conforme discutirei no capítulo 3, analisando os relatórios e mapeamentos de violências produzidos pelo movimento

trans recentemente, trata-se de um método de análise tendente a observar as complexas interações entre os marcadores sociais das vítimas.

Dito isso, voltemos ao assunto anterior.

Se na primeira fase do movimento homossexual, a identidade homossexual era construída a partir de encontros e trocas de experiências, na segunda fase, a identidade gay parece ser tomada como um fato. Há uma crescente adoção do conceito de “orientação sexual” (que prescinde da busca pelas causas ou pela essência dessa mesma identidade), e igualmente há tentativas de desvinculação da homossexualidade de um caráter marginal, em prol de uma imagem pública.

A redemocratização significou a colocação em pauta de novas questões para o movimento homossexual, juntamente a esses novos interesses emergentes na segunda fase, no final da década de 1980: despatologização, legislação contra discriminação e violência, legalização do casamento gay, visibilidade positiva na mídia e educação sobre sexualidade nos currículos escolares (FACCHINI, 2005).

Conforme explica a autora, ocorre uma reativação de encontros entre os grupos do movimento gay em caráter nacional, sendo que em 1993 o Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) passa a contemplar lésbicas nominalmente no nome do encontro (VII EBLHO), e em 1997, também travestis (EBGLT). Surgem como questões importantes, no VII EBLHO, a discussão sobre gênero, violência, saúde e uso de mídias, além da questão da consolidação de bandeiras comuns. A fundação em 1995 da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), a primeira associação nacional de LGBT no Brasil, contou com uma maioria acachapante de grupos de gays, seguidos de grupos de lésbicas e de travestis. Para uma história do movimento trans, é importante mencionar datas significativas: depois do primeiro Encontro Nacional de Travestis em 1993, elas se fazem presentes no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em 1995, tendo reconhecimento dentro desse evento nacional a partir de 1997, no Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis.

As primeiras associações de travestis no início da década de 1990 tiveram estreita relação com grupos de resposta à epidemia de AIDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009) e realizaram inúmeros encontros denominados ENTLAIDS – Encontros de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção da AIDS. As pautas desses encontros ampliaram consideravelmente os temas debatidos pela militância, além da saúde, incluindo emprego, educação e segurança pública.

As divergências entre esses três grupos são notáveis no sentido de que as lésbicas, de um lado, reclamam por mais paridade com os gays, buscando mais voz e espaço, e de outro, algumas críticas de militantes lésbicas quanto ao reconhecimento de travestis como mulheres. Facchini (2005) anotou que em 1995 é criado o Grupo Brasileiro de Transexuais por fissão de militantes do Movimento Homossexual, em direção a um agrupamento que refletisse diretamente seus interesses.

A partir da segunda fase do movimento gay, torna-se bastante importante a relação de militantes e organizações do movimento com o mercado de consumo no contexto de uma economia capitalista moderna no Brasil (FACCHINI, 2005). A ideia de que a comunidade gay e as pessoas que de qualquer forma apoiam ou se identificam com as questões gays podem representar uma parcela rentável, com potencial de consumo, fez surgir um nicho ou segmento de mercado chamado GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Os espaços do mercado GLS podem ser identificados como comunidades relativamente separadas, lugares da algumas vezes denominada subcultura gay. Aos desejos de uma identidade baseada em uma diferença específica com interesses comuns (gays, lésbicas) é oferecida uma gama de mercadorias e serviços direcionada ao consumo, aliados também a uma noção subjacente de cidadania do Estado moderno, como a disponibilidade de voto, participação na vida nacional e reconhecimento de direitos individuais (casamento, propriedade, herança).

Conforme já mencionei acima, a década de 1980 também foi palco para uma transformação do movimento gay em virtude da epidemia de AIDS (FACCHINI, 2005). A epidemia de AIDS representou um desafio para o movimento gay organizado, nacional e internacional, e uma necessidade para a sociedade como um todo de falar sobre práticas sexuais. As respostas para a epidemia de AIDS envolveram a criação de pastas de governo e de organizações civis, a exemplo de inúmeras organizações não governamentais, para o combate à doença e apoio às pessoas infectadas pelo vírus, na área pública e privada. No âmbito da saúde, foi necessária a abordagem da prática sexual desvinculada de uma identidade específica homossexual ou gay, para alcançar todas as pessoas vulneráveis ao contágio: homens que fazem sexo com homens (HSH). Mencionando João Silvério Trevisan, Facchini (2005) diz que a AIDS ofereceu uma oportunidade ímpar para que a sociedade discutisse a homossexualidade às escâncaras, muito embora associando-a lastimavelmente à doença. Equivocamente, a AIDS por muito tempo foi e ainda é conhecida como a “peste gay”.

A epidemia de HIV/AIDS sobre o movimento homossexual e o posteriormente denominado movimento LGBT teve como impacto a consolidação de um vínculo entre

associações civis privadas, constituídas por militantes LGBT, e o governo via pastas de saúde, que tinha interesse financiar grupos cujos objetivos fossem o cuidado e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Isso possibilitou a profissionalização do trabalho de ativistas e o surgimento de novos grupos. Por outro lado, esse vínculo resultou numa dependência financeira para os órgãos de governo e conseqüente comprometimento da autonomia do movimento social, bem como o embaraçamento de atividades entre gestão de recursos públicos e ativismo LGBT. Essa dependência também se estendia aos projetos, pertinentes à área da saúde. Mais à frente, veremos que o ativismo LGBT também tem se expandido, mais recentemente, na participação em grupos de deliberação em conselhos nos governos municipais, estaduais e federal, em aceno à gestação de novas políticas públicas, a exemplo da segurança pública, emprego e educação (SER-TÃO, 2011).

Dando continuidade ao argumento da especificação do movimento homossexual (indicado por Facchini (2005) como uma tendência)²⁰, apartado das noções presentes nas classificações mercadológicas (que pretendem abranger múltiplas classes sociais, gerações, práticas sexuais, etc., em mercados de consumo) ou de saúde pública (que descarta a identidade baseada na orientação sexual como critério para direcionamento de políticas públicas), o movimento gay, nos eventos nacionais, deixou se nomear “encontro de homossexuais” para abranger também as lésbicas e, posteriormente, igualmente as travestis. Se por um lado os gays aparecem como uma maioria, lésbicas e travestis demandam inclusão, reconhecimento e visibilidade para a defesa e realização de suas próprias demandas específicas. A especificação do movimento homossexual em processos de fissão, divergência e conflito é visível, no caso do trabalho de Facchini (2005), a partir da formação de grupos de lésbicas e travestis oriundos de grupos de gays (GALF, Grupo de Ação Lésbico-Feminista; ATRASP, sem referência do acrônimo na fonte, provavelmente grupo de travestis).

Um ótimo argumento para ser aproximado do que fala da especificação do movimento LGBT e da autonomização das identidades internas é o seguinte: a grande valorização das identidades pode dificultar a construção de coalizões e o reconhecimento de interesses entre os grupos (a exemplo de gays com lésbicas ou gays com travestis) e, por outro lado, pode impedir que vejamos que participamos simultaneamente de vários grupos partindo de um

20 Apesar de que concordo integralmente com a ideia da autora, entendo que o mais interessante de se adotar é que o movimento homossexual brasileiro perdeu o lugar de dianteira e se fragmentou em diversos grupos de identidades afins, cujo objetivo comum que é a defesa da diversidade sexual e de gênero, que constituem o contemporâneo movimento LGBT brasileiro - gays, lésbicas, pessoas bissexuais, pessoas trans, e pessoas intersexuais, pessoas assexuais, pessoas não binárias, entre outras identificações. Esses grupos identitários andam rumo a uma maior especificação - uma especificação do movimento LGBT em geral - e uma maior autonomização entre si.

sem-número de vivências e experiências, tendo por foco determinados marcadores sociais (raça, gênero, classe, etc.) (SER-TÃO, 2011).

Nas análises de Facchini (2005), concernentes ao campo estudado por ela neste livro, ela observa que o grupo Corsa identificava-se como componente do movimento social, um grupo GLT, não GLS, portanto, rejeitando uma classificação mercadológica: dentro do grupo havia a ideia de que a homossexualidade poderia ser vivida de forma plena, dentro de uma cidadania real, se fosse politizada, e a ideia de que o grupo deveria ser autônomo em relação às empresas. Em 1996, o grupo Corsa era composto exclusivamente por homens, identificando-se por homossexuais ou gays, e, posteriormente, acresce uma minoria bastante discreta de lésbicas, pessoas bissexuais e travestis. Facchini (2005) sugere que as travestis procuravam fazer distinções em relação aos gays ao se descreverem como “mulher” e feminina” e que havia conflituosidade entre elas e eles.

Facchini menciona que, na segunda onda do movimento homossexual, ocorre uma busca por uma imagem pública e legítima da homossexualidade, o que faz com que haja uma tendência de afastamento em relação aos seus aspectos mais marginais. A importância do uso de mídias, nesse momento prevalentemente jornais e rádio, faz-se sentir quando militantes como João Mascarenhas criticam a indistinção frequente de homossexuais e “os travestis” em notícias, “imitando uma mulher” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 126). Pode-se perceber, assim, que a identidade do homem homossexual ou gay em movimento aparece como que policiando as fronteiras do gênero (em relação às mulheres cisgêneras e às travestis); torna-se difícil sugerir uma separação radical entre identidade de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, podemos mencionar a mudança de gênero da palavra travesti. No “Lampião da Esquina”, jornal que veiculava questões da causa homossexual no final da década de 1970 e início de 1980, a palavra travesti usava-se sempre no masculino (“o travesti”) para se referir a homens homossexuais que se aproximavam da feminilidade de maneira lúdica, artística, por maneirismos, pelo uso de roupas, maquiagens (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Nos anos 1990, no curto lapso de pouco mais de uma década, a palavra travesti, ao menos dentro dos círculos da militância e do movimento social, passa a referir-se solidamente a uma identidade feminina específica, que realiza, de maneira permanente, transformações de gênero, não mais homossexual, tampouco masculina.

Portanto, convém mencionar que “a multiplicação e a crescente especificação de categorias classificatórias não podem ser explicadas somente por necessidades e

intencionalidades práticas” (FACCHINI, 2005, p. 248-249), mas sim pela elaboração e reconstrução da identidade a partir das relações internas ao grupo e entre grupos.

Esta autora afirma que o grupo Corsa adotou a categoria GLT como uma identidade relacionada ao seu projeto político e de visibilidade externa, a exemplo das discussões envolvendo sua participação nas edições da Parada do Orgulho em São Paulo. Entretanto, como a autora nos informa, esse movimento do grupo não pôde, na prática, realizar ou consolidar o ideal de ser um “grupo conscientização e emancipação de minorias sexuais”, face à ausência de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais dentro do grupo; além disso, a expressão “minorias sexuais” vai desaparecendo das falas dos militantes do Corsa dando lugar, enfim, para a “GLBT”.

Os processos de nomeação da identidade, processos tanto sociais quanto linguísticos, não acontecem sem conflito e resistência, como podemos ver com a importação de nomes estrangeiros para nomear identidades brasileiras, como bicha/viado e travesti (gay, FACCHINI, 2005:112; lésbica, 2005:213 respectivamente, em comparação com transgênero/a, trans). Da mesma forma, segundo a autora, ocorre com a adesão à sigla GLBT pelos diversos grupos identificados como componentes do movimento social organizado no Brasil, por segmentos do mercado e pelos contatos com o movimento internacional, uso que “passa a demarcar limites e alianças” (FACCHINI, 2005, p. 266-267).

As primeiras resistências à expressão “transgênero”, para fazer referência a um coletivo de pessoas ou uma identidade através do anglicismo transgender, são relatadas em 1998, quando se organizava a Parada GBLT de São Paulo de 1999 (IDEM, 2005), haja vista que travestis e transexuais não se reconheciam naquela categoria. Após a fundação no ano de 2000 da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), a primeira grande associação do movimento trans brasileiro, apenas em 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (XII EBGLT), além de incluídas as pessoas bissexuais pela letra “B”, na sigla GLBT, foi consensuado que a letra “T” representaria o que hoje conhecemos pelo guarda-chuva “pessoas trans”: travestis, pessoas transexuais e transgêneros (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Para estes autores, o movimento social LGBT traz características de períodos progressos, válidas ainda para analisá-lo atualmente: importância das mídias; envolvimento com grupos de defesa de direitos humanos e grupos de resposta à epidemia de AIDS (inclusive com atuação face a órgãos estatais, como agências de saúde e de cidadania); envolvimento com grupos internacionais de defesa da causa lésbica e gay; atuação junto a

órgãos legislativos e judiciários; organização de novos núcleos de militantes, e a consequente complexificação das redes regionais e da rede nacional; organização de eventos de visibilidade para LGBT (a exemplo das Paradas²¹).

A importância das questões levantadas pelo movimento LGBT culminou, em 2004, no lançamento do primeiro documento público de caráter nacional, reconhecendo violências e discriminações contra pessoas LGBT e traçando princípios para a realização da cidadania homossexual, contra a homofobia (SIMÕES; FACCHINI, 2009). O documento é fruto de convergências entre o movimento social, com destaque à ANTRA, à ABGLT e às organizações estaduais e governo federal: Brasil sem Homofobia. O programa tem a virtude de prever ações de fomento ao movimento social e conscientização e tensiona as chaves conceituais “homossexual” e “homofobia” ao fazer destaques às travestis e transgêneros (BRASIL, 2004).

Por fim, Simões e Facchini (2009) ressaltam que o movimento LGBT, em sua trajetória como um movimento jovem, tem investido cada vez mais em pautas de institucionalização de direitos através de instrumentos de Estado, seja pela promulgação de leis; pelas disputas judiciais, individuais e coletivas ou por políticas públicas. Posso destacar aqui projetos de lei de criminalização da homofobia e de reconhecimento da identidade de gênero, bem como as vitórias judiciais em ações que reconheceram a legalidade da união estável, casamento e adoção de pessoas de mesmo gênero e legalidade da retificação de nome e gênero em procedimentos não judiciais (apenas cartorários) por pessoas trans.

Mais proximamente ao movimento trans brasileiro, Simões e Facchini (2009) já mencionam as lutas pela despatologização da condição de transexualidade e travestilidade, as lutas por acesso à saúde para a realização das transformações atinentes à identidade de gênero, incluído o nome, como “esforços de autonomização do movimento trans” (IDEM, 2009, p. 159).

2.2 MOVIMENTO TRANS

Nesse momento, eu quero explorar duas teses produzidas nos últimos anos que retratam pontos importantes sobre o movimento trans no Brasil. Abordarei de modo mais

21 No trabalho de Mário Carvalho (2015), o autor levanta as seguintes hipóteses para a relativa ausência de manifestações de rua no formato de protestos dirigidos pelo movimento LGBT: em razão de ser um movimento ainda pequeno numericamente; em razão do receio quanto à receptividade da população em geral em relação às pessoas LGBT; em razão da consolidação e monopolização das paradas LGBT como a principal manifestação de rua do ativismo e em razão da distância existente com a práxis da esquerda tradicional, que vê em atos de rua uma ferramenta importante (CARVALHO, 2015).

enfático, aproveitando e focalizando a riqueza específica do campo de cada trabalho e suas colocações mais abrangentes, o movimento social das identidades trans femininas na tese de Carvalho (2015) e trans masculinas, na tese de Ávila (2014)²².

Em sua tese intitulada “‘Muito prazer, eu existo!’ - Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil”, afirma Carvalho (2015) que as categorias referentes a identidades coletivas são de caráter êmico, a exemplo de travestis, mulher trans, homem trans, não sendo possível fixar uma definição precisa de cada uma dessas categorias, ou mesmo uma definição de cada identidade, feita por cada pessoa individualmente em seu contexto social e histórico. Da mesma forma que eu em outro lugar aqui nesse trabalho, o autor observa consenso político no uso da categoria “pessoa trans” para englobar as diferentes identidades, dentro do movimento social.

Minha atenção nesse trabalho em particular está na leitura interessante que ele faz de uma atividade e preocupação do movimento trans quanto aos discursos contraditórios e muitas vezes desumanizadores sobre pessoas trans, em canais muito específicos (no caso recente do movimento trans, temos o exemplo das redes eletrônicas dispersas territorialmente por todo mundo). Um dos aspectos de consolidação do movimento social LGBT foi o empreendimento permanente contra os estigmas difusos em vários discursos sobre pessoas LGBT - são intervenções, no caso dos discursos, nos regimes de visibilidade para a alteração do sentido majoritário sobre o que é ser LGBT, para uma existência sem perseguição, violência e morte. Muitos mecanismos também se dirigem para alterar o status da pessoa LGBT dentro de ordens normativas, como o direito ou a medicina, para afastar ou diminuir o caráter criminoso ou patológico de suas vivências. Na década de 1980, o movimento gay obteve sucesso na campanha de despatologização da homossexualidade; da mesma forma, essa pauta persiste também para o movimento trans, que vem lutando por igual resultado²³.

O movimento trans no Brasil tem início na década de 1990, a partir da auto-organização de travestis em luta contra a violência policial, principalmente em locais de

22 As performances trans binárias, ou seja, que se direcionam a uma masculinidade ou feminilidade mais marcadas (que, no meu trabalho, remetem ao conceito “homem trans” e “mulher trans”, para cuja discussão envio quem me lê), correspondem a apenas uma parte das identidades dentro do heterogêneo grupo de pessoas trans, a exemplo das mulheres transexuais e dos homens transexuais. Entretanto, a transgeneridade abrange também o espectro da não-binaridade, ou seja, das performances e identidades que não se aproximam de, nem se reconhecem nos gêneros masculino ou feminino, como as pessoas não binárias e algumas travestis, ao não se identificarem nem como homens, nem mulheres; há também casos de pessoas trans com performance masculina (na tese de Simone Ávila aparecem como transhomens) que não se identificam como homens trans, mas pessoa não binária.

23 Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou desse catálogo a categorização de doença mental em relação às experiências trans, porém manteve a categorização enquanto anormalidade, sob a rubrica de “incongruência de gênero”, conforme veremos algumas páginas adiante.

prostituição, e no combate à epidemia de HIV/AIDS, muitas vezes sob formato de ONG (CARVALHO, 2015). No Rio de Janeiro, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL/Rio) realiza o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, em 1993, que teve continuidade sob o nome “Encontro Nacional de Travestis na Luta Contra a AIDS” (ENTLAIDS). Apenas após o VIII Encontro da Gays e Lésbicas, em 1995, as travestis acrescentam seu nome a um espaço do movimento homossexual em fragmentação, com o surgimento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). No ano de 2000, a ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais) surge como a maior organização a congregar travestis e transexuais no país. Não é possível determinar em que momento despontam as categorias de “transexual” e “transgênero”, deixando-se de usar “liberados” nos ENTLAIDS. Entretanto, mais à frente no meu texto, usarei um argumento de Ávila (2014) para discutir esse ponto.

A emergência da categoria “transexual” ocorre a partir dos anos de 2000, para referir-se ao fenômeno da transexualidade (medicamente tratada como “transexualismo”, com um sufixo patologizante) e, também nessa época, começa-se a usar o conceito/categoria “transgênero”. “Trans” tem ainda um significado ambíguo, podendo-se remeter tanto a “transexual” quanto a “transgênero” (CARVALHO, 2015). No final dos anos 1990 e início de 2000, incorpora-se na discussão o conceito de identidade de gênero, primeiramente médico e agora apropriado pelo movimento social, operando uma distinção identitária interna no movimento LGBT: gays, lésbicas e bissexuais têm suas demandas relacionadas à sexualidade, enquanto travestis, pessoas transexuais e pessoas transgêneras lutariam pelo respeito à identidade de gênero autopercebida. De outro lado, o ponto de união do movimento LGBT seria a diversidade sexual e de gênero.

Associações de transexuais são fundadas para representar os interesses da categoria, como União Brasileira de Transexuais (UBT) e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), segundo Carvalho (2015), contrapondo-se a grupos maiores como a ABGLT, à qual poderia ser atribuída certa falta de legitimidade para representar todas as pessoas LGBT, por ser uma entidade majoritariamente gay.

As tensões identitárias para delimitação dos fatores para a luta organizada de travestis e de mulheres transexuais são mencionadas pelo autor: se as travestis começaram a se organizar em razão da luta contra a violência policial e a epidemia de HIV/AIDS, as transexuais se aglutinaram em torno da produção e tratamento tecnológico pela medicina/psiquiatria de corpos vivenciando a transexualidade, visando o acesso à saúde e às

alterações corporais. Desse modo, a mulher transexual aparece como uma identidade supostamente mais higienizada, medicalizada e patologizada que a da travesti. Posteriormente, quando discuta mais de perto as identidades coletivas, voltarei a esse ponto para dizer que as fronteiras separando uma travesti e uma mulher transexual podem estar cada vez mais tênues.

Carvalho (2015) elenca alguns fatores relevantes caracterizando o movimento trans brasileiro no momento atual: o surgimento de novas redes nacionais de mulheres trans, a emergência do ativismo de homens trans, a valorização dos processos eleitorais de representatividade dentro da nossa democracia legal²⁴ e a expansão das comunicações e interações por meios eletrônicos. Desses fatores, me aterei mais ao primeiro e ao último fator. Ao ativismo político de homens trans reservo a atenção quando explorar a tese de Ávila (2014).

Carvalho (2015) identifica que o movimento social trans nasceu como movimento de travestis, ampliando-se para movimento de travestis e transexuais e hoje de travestis, mulheres transexuais e homens trans, havendo hoje uma relativa concordância entre militantes em torno da categoria “pessoa trans”, como remetendo ao “sujeito político genérico”, aglutinador de todas as identidades que vivenciam a transgeneridade.

O movimento trans, consolidando-se como cada vez mais autônomo dentro do movimento LGBT, vem ampliando suas estratégias de atuação para outras frentes, “novas formas disponíveis de construção política para além, mas não excluindo, as já desenvolvidas pelas redes e suas ONGs” (CARVALHO, 2015, p. 26). Primeiramente, existe um movimento para educação e conscientização da população em geral quanto às experiências das pessoas trans e a realidade de violências cotidianas, configurando uma visibilidade mais assertiva. Nesse sentido, a importância das mídias eletrônicas (em especial de redes sociais) para a disseminação de informações, palavras de ordem, denúncias, relatos pessoais, etc., bem como, às vezes, o encampamento pela mídia tradicional, bem mais massificada, da questão trans. Também há um maior investimento na institucionalização das demandas do movimento social na arena do Estado, no sentido de inserir as pautas de pessoas trans sob forma de linguagem jurídica inteligível e burocrática, com a aproximação de categorias como “cidadania”,

24 Embora nunca desimportante, a relação entre movimento LGBT e partidos políticos tem se tornado mais intensa nos últimos anos e nas últimas duas décadas, vistas o aumento geral das candidaturas de pessoas LGBT aos poderes constituídos entre 2002 e 2012 (CARVALHO, 2015), sendo o caso mais bem sucedido e famoso de candidatura LGBT a vereança de Kátia Tapety, mulher transexual, no município de Colônia do Piauí/PI, por três vezes consecutivas (1992/1996/2000). A aproximação de ativistas LGBT das candidaturas e cargos políticos dos poderes públicos pode ser entendida como uma ampliação da estratégia de atuação do movimento, tanto para exercício direto do poder, quanto para *advocacy* (colocação de demandas).

“direitos humanos”, “violação de direitos”, “genocídio”, etc., dentro dos discursos circulantes no movimento social ou mesmo na formulação de políticas públicas, legislações e decisões judiciais. Também ocorre uma aproximação de processos eleitorais da democracia legal como forma de provocar debate e, eventualmente, aumentar a representatividade da população trans nos órgãos de Estado.

A estratégia de produzir visibilidade pelo movimento social trans isoladamente ou juntamente a órgãos de governo, entre 2004 e 2015, é analisada por este autor, a partir de materiais gráficos, eletrônicos ou impressos. Meu interesse coincide com o do autor no que diz respeito a perceber temporalmente mudanças nos discursos veiculados em campanhas e materiais gráficos, seguindo o argumento de especificação do movimento social. É interessante que não é na mídia tradicional – tevê, rádio, jornal – que se produz visibilidade sobre pessoas LGBT, porém em canais de promoção vinculados ao governo, normalmente com a forma e finalidade próprias de campanha, ou em canais de comunicação de propriedade de ativistas.

A campanha “Travesti e Respeito” de 2004, ano de lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, é um momento de amadurecimento das parcerias entre movimento trans e o Governo Federal (Ministério da Saúde), em especial da organização mais capilarizada à época, a ANTRA. O objetivo era produzir uma campanha reagindo à difusão do HIV/AIDS entre travestis, porém com o cuidado de não as vincular à doença. Entretanto, o autor afirma que a sensualidade das mulheres retratadas nas imagens poderia remeter à associação das travestis com a prostituição ou à hipersexualização das mulheres de classes mais baixas, discurso que vai se apagando com o passar do tempo. O uso da expressão “respeito” vai se contrapor às violências que as travestis sofrem “Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida” (CARVALHO, 2015, p. 43). Pela primeira vez, conforme Carvalho, as travestis são consideradas “população vulnerável” ou “público alvo de política pública” em uma ação mais concreta do governo federal. A data de lançamento dessa campanha em específico tornou-se tão simbólica que hoje o 29 de janeiro é lembrado todos os anos como o dia nacional da visibilidade trans (CARVALHO, 2015).

Em 2010, novos materiais são produzidos para uma nova campanha, também na esteira da prevenção e combate ao HIV/AIDS, com a chamada “Sou travesti: tenho direito de ser quem sou”. Entretanto, soma-se ao grupo de discussão a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que um ano depois publicaria o primeiro relatório de violência homofóbica, em nível federal. A campanha é elaborada também por travestis e volta-se a

palavras de ordem contra o preconceito: “olhe/olhe de novo/ e veja para além do preconceito” (CARVALHO, 2015, p. 51), acrescentando a ANTRA aos públicos-alvo, além de travestis e profissionais de saúde e educação, as pessoas transexuais.

Ainda no que diz respeito a materiais produzidos pelo poder público, em 2013 são produzidos cartazes para o dia da visibilidade trans, fruto de parceria entre o estado de São Paulo e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, em que se nota o uso da categoria generalizante “trans” das identidades coletivas transgêneras. O fato de a campanha contar com esse órgão federal traria categorias mais próximas do discurso jurídico, trazendo conceitos como “direitos”, “direitos humanos” e “cidadania” (CARVALHO, 2015); em realidade, essa mobilização de categorias é resultado da assimilação pelo Estado de demandas agitadas pelo movimento LGBT há anos, primeiramente canalizadas nos órgãos de saúde com o movimento de travestis, órgãos estes de onde fluem mais financiamentos para as organizações LGBT (Carvalho, 2015). Em outras campanhas apresentadas pelo autor (Ibidem), produzidas em municípios como Barueri-SP (2014), Vitória da Conquista-BA (2012) e São Paulo-SP (2014) e o estado do Rio de Janeiro (2015), as novas categorias passam a integrar o discurso de promoção da visibilidade de pessoas trans, sendo mobilizadas ao lado das tradicionais (“travestis”, “respeito”) as novas, mais assertivas (“cidadã/o”, “transexual”, “homem trans”, “diversidade”, “trans” generalizante); por outro lado, procura-se também representar as pessoas trans como, não somente cidadãs/cidadãos, pessoas comuns, mas às vezes igualmente como ativistas.

Agora, adentrando no universo de publicações feitas por ativistas do movimento trans, Carvalho (2015) apresenta materiais produzidos para veiculação em redes sociais (redes de interações virtuais instantâneas via internet, usando suportes como smartphones ou computadores, a exemplo Facebook) ou em encontros de ativistas ou para mera divulgação, quase sempre feitos pelas próprias pessoas trans ativistas com seus recursos pessoais, dotados de maior simplicidade. Os materiais foram recolhidos pelo autor entre 2011 e 2014.

Nesse material, aparecem mais pessoas trans ativistas componentes do movimento trans, inclusive em vários cartazes assomam homens trans, que não aparecem em campanhas resultadas das parcerias com o poder público, e também são mobilizadas outras categorias políticas valorizadas dentro do movimento trans: “visibilidade trans”, “trans mulheres”, “movimento trans feminista” (CARVALHO, 2015).

Mesmo o uso de “movimento trans” hoje já está sendo mais vulgarizado, nativo dentro do movimento social e familiar entre acadêmicos e acadêmicas empreendendo suas pesquisas

a uma época mais recente. A visibilidade trans também tem um sentido positivo de que as imagens fazem uma apresentação ou uma revelação de pessoas trans organizadas, lutando por suas demandas. Conforme observa o autor, a visibilidade trans “serve para combater imagens estigmatizadas de pessoas trans e publicizar a própria existência do ativismo” (CARVALHO, 2015, p. 67-68). Permanece a estratégia antiga de denúncia das violências, muitas vezes de maneira genérica (sem ligação com uma agressão a uma pessoa), sofridas pelas pessoas trans durante sua vida e seu cotidiano; porém novas categorias são explicitadas nos diversos cartazes, como “identidade”, “agressão”, “transfobia” (e variáveis). As imagens das pessoas trans (bem como a veiculação de parte de suas biografias, profissões, trabalho, gosto pessoal), as novas categorias, as palavras de ordem pretendem produzir identificações do leitor/da leitora com as pessoas representadas, de modo que elas deixem de ser vistas apenas a partir do estigma, humanizando-as (CARVALHO, 2015).

A seguir, este autor levanta uma questão essencial para o meu trabalho, que no capítulo 3 tentarei discutir com mais atenção, ligando-a com o propósito da pesquisa. A princípio, podemos entender que o movimento trans, desde o início, pretendia e pretende que as travestis, mulheres transexuais e homens trans alcancem uma maior visibilidade ou alguma visibilidade, capaz de alterar as imagens de pessoas trans e discursos sobre pessoas trans no senso comum, tendo como resultado diminuir a violência, aumentar a qualidade de vida e responder às múltiplas demandas apresentadas pelas mesmas. Nesse raciocínio, as vidas trans são vidas ininteligíveis, invisíveis, das quais não se tem memória.

Contudo, o autor chama a atenção para vários regimes de visibilidade em tensão, referindo-se a “formas de visibilidade” (CARVALHO, 2015; SER-TÃO, 2011). De fato, existe um senso comum bastante delineado a respeito da identidade ativista pioneira do movimento trans como, por exemplo, a travesti.

Se tomo a obra de Mott e Cerqueira (2003) para evidenciar o imaginário sobre as travestis, elas teriam como ocupação quase obrigatória a prostituição, seriam trabalhadoras sexuais; que o tratamento comum para elas seria no gênero masculino (“o travesti”) quando protagonistas em notícias; que existiria uma vinculação das travestis com o crime, a violência, a marginalidade; a ideia de que seriam pessoas confusas e enganosas a respeito de suas próprias identidades, entre outras inúmeras noções que têm como finalidade apenas desumanizar e reduzir as perspectivas de vida das travestis, e da mesma forma do restante das pessoas trans em conjunto. Trata-se, portanto, de um tipo de visibilidade que o movimento

trans tenta combater com novas estratégias, a exemplo das campanhas idealizadas por ativistas ou organizações do movimento trans.

A tensão, assim, entre os regimes de visibilidade está no fato de que a ação do movimento trans visa “superar a exclusão simbólica de pessoas trans do espectro de inteligibilidade do humano” (CARVALHO, 2015, p. 87).

2.3 FORMAS/REGIMES DE VISIBILIDADE E CIBERATIVISMO TRANS

Agora, eu gostaria de abordar um tema definitivo para meu trabalho, no sentido de que sem ele o trabalho não teria chance de existência. O ciberativismo trans foi crucial para que eu, pesquisador cisgênero, tivesse uma educação informal e fosse sensibilizado para as questões trans e tivesse a capacidade de entendê-las e discorrer sobre elas, a partir de suas próprias narrativas.

Por outro lado, o ativismo trans usando canais eletrônicos vem se tornando importantíssimo para disseminar conhecimento sobre a vivência trans, explorar argumentos estratégicos na institucionalização das questões trans nos aparelhos de Estado e dar maior visibilidade, bem como alterar o regime de visibilidade com que se fala sobre a violência contra as pessoas trans. Conforme veremos a seguir e na análise feita no capítulo 03, grande parte das denúncias de violências contra pessoas trans tem se espalhado pela internet, possibilitando uma documentação mais precisa e contínua de assassinatos, agressões e diversas discriminações por ativistas em diversos pontos do país, permitindo também a existência de mapas nacionais de assassinatos, grupos de apoio e plataformas de denúncias.

Carvalho (2015) dedica um espaço importante para o ciberativismo trans, com a razão de que as redes de comunicação por meios eletrônicos/digitais (em especial a internet), suportadas por telefones celulares ou computadores, tiveram uma rápida expansão no Brasil nas últimas duas décadas e são caracterizadas por sua celeridade e instantaneidade, servindo para difusão de imagens e mensagens e, no caso dos movimentos sociais, como espaço de discussão/debate e deliberação.

Pessoas trans ativistas ou de alguma forma envolvidas com o movimento trans, que acedem a essas redes de comunicação, podem usar seus acessos pessoais (em geral perfis de contas em redes de interação, como Facebook ou Twitter) para provocar o debate ou a discussão sobre as mais variadas questões trans através de publicações, como suas transições de gênero, suas relações com a família, o chamado para um encontro de grupo de ativistas,

denúncias de violências etc. O espaço virtual, nessa modalidade, torna-se um espaço privilegiado para a troca de informações e experiências, em relação, por exemplo, às caixas de comentários nos portais de notícias, onde grassa o ódio transfóbico (CARVALHO, 2015).

As pessoas trans ativistas fazem uso desse mecanismo de publicação em redes virtuais para dar visibilidade aos casos de violências que, de outro modo, jamais seriam conhecidos por outrem, outras ativistas, pessoas aliadas militantes LGBT, pessoas conhecidas/amigas/familiares ou mesmo anônimas que eventualmente mantêm com elas alguma interação virtual.

O mecanismo torna-se interessante, considerando-se que os crimes contra pessoas trans são, de um lado, dotados de ódio desproporcional e intenso e, de outro, não são objeto de protocolo normal nem específico para fins de apuração policial (inquéritos policiais). Frequentemente, casos de violência contra pessoas trans contam apenas com estimativas feitas a partir de publicações virtuais, como notícia ou relato.

Segundo Carvalho (2015), as notícias de jornalistas podem gerar, a depender do estilo de escrita e das imagens veiculadas, uma grande exposição dos corpos brutalizados e acender o debate sobre a espetacularização da violência ou a banalidade da violência contra pessoas trans, como se suas vidas fossem constituídas apenas nesse momento. Por outro lado, os estereótipos marcados com os quais se descrevem as vítimas, gays, travestis, lésbicas, ligando-os ao universo do exótico, marginal, criminoso podem, igualmente, contribuir para a imagem das vítimas culpabilizadas pela violência ocorrida. Conforme aponta o autor, os relatos feitos por ativistas tendem a comportar variadas emoções, evitando a curiosidade consumida no relato da morte espetacularizada, como o luto, o medo, a tristeza e a revolta. Também, as denúncias de ativistas abordam a violência como uma ameaça constante, próxima das pessoas trans, que perturbam ou interrompem suas trajetórias de vidas e procuram mecanismos para produzir identificações com o/a leitor/a e, assim, a humanização da vítima (semelhantemente ao modo que vimos nas campanhas acima descritas).

O conjunto de debates provocados por pessoas trans ativistas, em suas redes de comunicações e interações (virtuais ou reais), com outras do movimento trans, ou LGBT mais amplamente, ou com outras pessoas engajadas, como aquelas na luta antirracista ou aquelas na luta das trabalhadoras sexuais, com feministas das mais variadas correntes de pensamento, parece ter coerência com o argumento da especificação do movimento trans, haja vista que a autonomia do movimento corre juntamente à mobilização de novas categorias

teóricas e abraça as intersecções possíveis com outras correntes de pensamento, tendo em vista a intersecção das relações sociais.

Carvalho (2015) elenca colunários eletrônicos mantidos por pessoas trans (ativistas ou não) via suas contas pessoais em redes de interação, a exemplo das publicações da “Travesti Reflexiva”, de Sofia Favero, hoje desativado tanto do Facebook quanto do Twitter; “Moça, você é machista”, dos irmãos trans Victor e Erik, com quase 850.000 curtidas no Facebook e 18.200 no Twitter (acesso em 30/05/18); “E se eu fosse puta”, de Amara Moira, vinculado ao seu blog pessoal, que teve desdobramentos como uma indexação “hashtag” (#eseuefosseputa, tanto no Twitter quanto no Facebook) e o livro homônimo de sua autoria, publicado em 2016 (acesso em 30/05/18)²⁵.

Alguns dos assuntos debatidos estão normalmente focados na temática de gênero/transgeneridade, conforme o próprio nome dos colunários, porém as autoras e autores procuram discutir outros temas, com uma boa transversalidade, como correntes de feminismos, racismo, sexualidade, política, religião, moralidade, etc. A seguir farei um apanhado das discussões a partir de cada um dos três colunários.

Da página “Travesti Reflexiva”, de Sofia Favero, vemos problematizações sobre o uso de transgênero e cisgênero, e como a ciência médica classifica as performances das pessoas pretendentes ao processo transexualizador a partir de determinados estereótipos, bem como quem são esses profissionais da categoria médica: homens, brancos e cisgêneros. Por outro lado, ela fala sobre as identificações de mulheres trans como travesti e como mulher transexual e aponta que existe uma revalorização da figura da travesti – que pode traçar um caminho alternativo, diferente do estereotipado ou aquele que é esperado de uma travesti, a partir da empatia e do apoio, produzindo a humanidade solapada quando as mortes de travestis são banalizadas e naturalizadas.

A página “Moça, você é machista” apresenta discussões familiares ao feminismo, como a violência de gênero contra a mulher, a legalização/discriminação do aborto, e outras quanto à sexualidade (armário gay/lésbico, heterossexualidade hegemônica), bem como assuntos mais próximos dos estudos trans, como linguagem neutra de gênero (com o uso de X, no lugar do designativo de gênero feminino /a/ ou masculino /o/) e a exclusão de pessoas trans de espaços feministas, diante da questão sobre o conflito entre a socialização primária e

25 Alguns dos conteúdos referenciados, como o da página “Travesti Reflexiva”, de Sofia Favero, estão terminantemente indisponíveis porque foram excluídos da rede social, impossibilitando sua recuperação/remissão. Para outros conteúdos consultados não há indicação da data de publicação da postagem, a exemplo da página “Moça, você é machista”, o que também torna difícil sua recuperação, haja vista o tamanho da página, há tantos anos em atividade. Em minhas análises da discussão levo em conta o que Carvalho (2015) referência em suas fontes, como sendo primárias; faço dele, assim, a minha fonte primária.

o reconhecimento de uma outra identidade autopercebida, contra a generalização, e o posterior trânsito de gênero.

Amara Moira, em seu colunário “E se eu fosse puta”, em seu contexto como travesti puta acadêmica (doutoranda à época) discorre sobre os conflitos epistemológicos entre dois tipos de feminismos. Os embates ocorreram a partir da possibilidade de compartilhamento de banheiros da Universidade de Campinas por mulheres trans e mulheres cis. De um lado, os estudos transgêneros, transfeminismos, estudos queer, entre outras correntes de novos feminismos, considerando diferentes perspectivas sobre corpo e o caráter socialmente construído do sexo/gênero, e de outro lado, os feminismos radicais, localizando a origem da dominação das mulheres num efeito do marco biológico (sexo genital). O resultado prático e político dessa última elaboração é a exclusão das pessoas trans como sujeito do feminismo e, em razão disso, esses feminismos ficaram conhecidos como feminismo radical transexcludente (“*trans-exclusionary radical feminism*”, “TERF”, na sigla em inglês). Além disso, ela também mobiliza novas categorias dos estudos trans e do movimento trans (como “cisgênero”) e neutraliza o gênero na linguagem com a letra E (no lugar do designativo de gênero feminino /a/ ou masculino /o/).

O ciberativismo vem acenando que existe uma nova geração de ativistas do movimento trans consolidando-se nesses últimos anos, levantando novas questões e novas perspectivas. Essas novas práticas não ocorrem, obviamente, sem conflituosidade com outros/as ativistas, dentro do movimento trans e, mais amplamente, no movimento LGBT; segundo o autor, trata-se de “potenciais pontos de tensão” (CARVALHO, 2015).

A conflituosidade, em minha opinião, assinala a historicidade do movimento social, tão autônomo que formula com novas categorias uma epistemologia trans, uma “teoria política trans” (CARVALHO, 2015, p. 231), sendo inevitável que velhas categorias, antes mais adequadas às ou reconhecidas nas práticas do movimento social, entrem com elas em colisão. Ao trans se opõe o não-trans ou cis, aquilo que é majoritário – e assim a convicção teórica do movimento trans também se apresenta como um pensamento moderno, que constitui pela mobilização de pares binários e opostos – assim como homossexual e heterossexual (Ibidem).

Passa-se a questionar as rígidas separações entre identidades trans, a exemplo da identidade “travesti” e da identidade “mulher transexual” (conforme discussão que faremos logo a seguir), ao passo que surgem identidades descoladas dos polos binários, a exemplo das pessoas não binárias.

Assim também é a reivindicação do transfeminismo, no qual se problematiza o corpo e as categorias de sexo e gênero, percebendo-se o caráter (de ambos) como históricos, contingentes e socialmente construídos e evitando-se o estabelecimento de uma hierarquia entre eles. Além disso, pela primeira vez, questionam-se os processos de imposição social de duas categorias fechadas e excludentes de gênero (formando o binário de gênero), para produzir corpos segundo um regime específico de corporalidade (cisgeneridade). Ao menos teoricamente²⁶, no campo dos estudos trans/transgêneros, dos estudos transfeministas, categorias como cisgeneridade (e seus derivados e reduções, “cis”, “cisgênero”, “cistema”, “pessoas cis”, etc.) e transgeneridade (e seus derivados e reduções, “trans”, “transgênero”, “pessoas trans”, e seu correlativo, “transfobia”) aparecem com cada vez mais força e ressonância na dinâmica entre produções acadêmicas e práticas de movimento social, porém ressalte-se ainda não ser o uso consensual, nem lá, nem ali. É interessante notar que parte das pessoas trans acadêmicas que eu leio, como Jaqueline de Jesus e Amara Moira, também se apresentam como ativistas.

A não consensualidade e o conflito no uso de velhas e novas categorias no movimento trans, tomando-se os exemplos de resistência a “cis” e “trans”, nos faz lembrar as anteriores resistências a termos hoje banalizados, como “heterossexual” em oposição a “homossexual” (CARVALHO, 2015).

Em síntese, já apontando para meu próximo capítulo, vemos que:

A partir da emergência de um sujeito político definido como “pessoas trans”, não mais situado dentro do espectro das homossexualidades, também se produz uma categoria para a opressão sofrida por esse sujeito político: a “transfobia” (CARVALHO, 2015, p. 231).

Agora, passo a explorar a tese de Ávila (2014), intitulada “FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo”. A autora opta pelo conceito de “transhomem”, emprestado do referencial teórico de Marie-Hélène Bourcier, a partir da tradução de “transhomme”, evidenciando-se o caráter substantivo do sujeito nesse nome (que segundo ela não ocorreria quando há algum adjetivo qualificando o nome) e fugindo-se aos binarismos da norma de gênero, em uma “lógica polissexual” (ÁVILA, 2014). Ela também utiliza os conceitos de “transexperiência masculina” e o de

26 Minha afirmação parte do pressuposto de que, em vista da bibliografia que eu recolhi, contemplando pessoas trans acadêmicas, de algum modo pertencentes a esse novo campo de estudo, essas categorias estão sendo referidas e elaboradas de modo consistente em um curto espaço de tempo.

“agência”, retendo daí que transhomens são pessoas que se constituem discursivamente a partir da experiência da transexualidade através de sistemas conflituosos.

O espaço de construção individual – agência no contexto de relações assimétricas e hierarquizadas – do masculino se serve dos valores e representações do masculino compartilhados coletivamente. A autora relata que muitos de seus interlocutores transhomens “se autoidentificaram ou se autodeterminaram trans a partir de um filme ou vídeo que assistiram, um livro que leram, ao ver um transhomem na mídia ou ao encontrar informações na Internet” (ÁVILA, 2014, p. 82).

O interesse da autora está na produção das diferentes masculinidades dentro das relações de gênero, mais especificamente, as transmasculinidades, pelos transhomens – uma emergente identidade social. Para esse efeito, ela procurou, como eu, distanciar-se dos marcos teóricos biológico, médico e psiquiátrico, apoiando-se no grande campo de estudos afins, compreendendo desde os estudos *queer* até os estudos trans e a produção brasileira sobre transexualidades e travestilidades (ÁVILA, 2014).

Mencionando Jorge Leite Jr. (2008), Ávila (2014) afirma que a difusão da questão da transexualidade no mundo ocidental ocorreu (e é essa uma marca importante de sua história) sob enfoque espetacularizado e exotificado, sendo imprescindível para se pensar a questão da transexualidade perceber a influência da mídia e o desenvolvimento da tecnologia médica, que possibilitou sua produção. Conforme já dito, as imagens da mídia prestam uma função ambígua e importante para disseminar a questão trans no senso comum e produzir referências para as subjetividades, tanto no sentido da identificação/igualdade quanto no sentido da diferença.

O gênero consiste em uma norma, conforme já discuti no capítulo anterior, regulando interações sociais na superfície e dentro dos nossos corpos, através de mecanismos dos mais diversos, por instituições como escola, família, lei, medicina, ciência da psique, etc. Instituições que aparecem relativamente emparelhadas. Nessa ótica, lembrando Judith Butler, um corpo produzido sob essa norma é considerado inteligível, socialmente aceito, porque mantém as linhas de coerência entre sexo, gênero, desejo e identidade.

O argumento interessante de Ávila (2014), Leite Jr (2008) e, para minha explicação, também acrescento Bento (2006) – conforme explorado no capítulo anterior – assim, formulase: em meados do século XX (1950/1960) no ocidente contemporâneo, surge uma nova tecnologia médica, pensada sob forma de categoria científica e realizada sob forma de mecanismo seguro de alteração da matéria corporal por cientistas, para solucionar um conflito

da subjetividade de pacientes com as normas de gênero. Em vez de ser marginalizada como louca, exótica ou monstruosa, essa pessoa receberia um tratamento sob forma de protocolo chamado “transexualizador” e seria chamada a se adequar às normas de gênero. A pessoa pretensamente transexual convenceria os médicos sobre seu encaixe na norma médica e, então, receberia as amplas alterações corporais (cirurgias genitais, faciais, hormonização, etc.) como cura. São produzidos, assim, corpos transexuais, conforme a categoria “transexualismo”. Nesse sentido, “os discursos médicos e ‘psi’, as autorizações médicas e as resoluções oficiais para as intervenções no corpo, como hormonização e cirurgias, forjam identidades coletivas” (ÁVILA, 2014, p. 203).

Entretanto, a norma de gênero assim fabricada é rígida e ainda exclui pacientes que desejem apenas a hormonização ou que não rejeitem seus próprios genitais. Tal é a diferença entre a categoria médica “transexualismo” e as categorias analíticas “transexualidade”, “travestilidade” e “transgeneridade”.

No caso dos transhomens, o atendimento ao protocolo médico obrigaria ao transexual dito “verdadeiro” uma rejeição à vagina e desejo pelo pênis. Entretanto, conforme narrativa da autora, há transhomens que não rejeitam seu genital, ou mesmo sentem prazer com ele, e sentem mais desconforto com a presença das mamas que com a ausência de pênis. O mesmo vemos quando uma travesti prefere manter seu pênis a construir uma neovagina.

Segundo Ávila (2014), a emergência do arcabouço jurídico inserindo a atenção à saúde para pessoas transexuais no Sistema Único de Saúde brasileiro começa em 1997, quando o Conselho Federal de Medicina retira o caráter criminoso das alterações corporais do processo transexualizador, permitindo que elas ocorressem em hospitais universitários. Até então, profissionais da medicina que realizassem cirurgias a pedido de pessoas transexuais, no intuito de adequar o corpo à identidade de gênero autopercebida, poderiam ser processados criminalmente por lesão corporal. Em 2002, amplia-se essa permissão para os médicos em geral, incluídos os que atuassem em caráter privado, à vista de que alguns procedimentos realmente não tinham caráter meramente experimental. Em 2008, são inseridos no SUS os procedimentos do processo transexualizador para mulheres transexuais, ficando desamparadas as travestis e os transhomens. Em 2010, cria-se medida contemplando diretamente transhomens, a permissão geral das cirurgias de retiradas de mamas, ovários e útero, deixando estas de serem consideradas experimentais e podendo ser realizadas por qualquer profissional de saúde. A neofaloplastia (construção de pênis) permanece, contudo, experimental. Por último, em 2013, uma ampliação do processo transexualizador no SUS passa a atender, em

caráter ambulatorial e hospitalar, travestis e transhomens, permitindo a realização de procedimentos menos complexos como a hormonização.

O acesso de pessoas trans aos serviços do SUS, contudo, tem suas limitações. Além das longas filas de esperas, a escassez de recursos e a limitação dos lugares de atendimento no país (até então, apenas hospitais universitários de Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife realizam hoje o processo transexualizador completo), a concepção da categoria médica “transexualismo”, na prática, envolve a criação de um/a paciente mentalmente doente a ser submetido ao protocolo transexualizador. Uma segunda consequência prática é excluir outras pessoas trans, que não desejem submeter-se ao protocolo, do acesso à saúde. Nossa leitura, em consonância com nossa bibliografia e nesse trabalho em específico, considera que a transgeneridade, a transexualidade e a travestilidade são experiências válidas e não patológicas.

Indo em frente na análise da tese, Ávila (2014), assim como Carvalho (2015) também explora a ideia de um novo regime de visibilidade, fazendo uma conexão da formação de uma identidade coletiva com a organização política dos transhomens. Reiterando o argumento de Ávila (2014), categorias médicas podem produzir práticas corporais específicas nas quais algumas subjetividades se envolvem e, como efeito disso, emergem identidades, como a de transhomens.

Da mesma forma que Carvalho (2015), embora citando outro trabalho do autor, Ávila (2014) também reconhece que, enquanto o fator político de organização de travestis em movimento social foi a violência policial em locais de prostituição e a epidemia de HIV/AIDS, no início dos anos 1990, o fato para organização de mulheres transexuais foi o próprio fenômeno da transexualidade, a partir de 1995. Transhomens ou homens trans somente são vistos no movimento trans, até então composto apenas por mulheres transexuais e travestis (mulheres trans), a partir de 2010 (ÁVILA, 2014). A autora nomeia a novidade de “emergência de transhomens brasileiros no movimento LGBT no Brasil” (ÁVILA, 2014, p. 175).

Esta autora compartilha da ideia de que o movimento trans tem se autonomizado dentro do movimento LGBT em razão de suas demandas específicas, como

a luta contra a medicalização e patologização da transexualidade, e reivindicação de políticas que permitam o amplo acesso a serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais desta área e a mudança de nome, condizente com sua identificação de gênero (ÁVILA, 2014, p. 176-177).

Por outro lado, ela afirma que existem discordâncias a respeito de um destacamento do movimento trans em relação ao LGBT e, nesse ponto, há as seguintes considerações: a histórica invisibilização de lésbicas, pessoas bissexuais, travestis e transexuais até a fragmentação do chamado movimento homossexual brasileiro, com relatos de casos de prevalência/ingerência gay nos espaços de articulação e ativismo; o movimento LGBT pode se beneficiar de uma “associação estratégica” (ÁVILA, 2014, p. 177) para somar forças na luta pela diversidade sexual e de gênero; o movimento trans pode se unir em torno da categoria “transgênero” - que identifica a característica comum a todas as pessoas trans, a transgeneridade.

As narrativas de dificuldades de inclusão das pessoas trans por feministas também são lembradas pela autora. O feminismo tomou para si o objetivo de problematizar todos os efeitos que o marco biológico (o sexo genital) produz nas relações sociais, examinando a fundo como ocorre a dominação e a opressão masculina sobre as mulheres, recusando que exista um destino para as mulheres. Daí que são as feministas as mais aptas a entender a questão trans porque é o feminismo que pode desnaturalizar um suposto destino traçado pela anatomia, pelo sexo genital, que também é o caso das pessoas trans, resistindo à generalização.

Os transhomens ou homens trans são “indesejados” (ÁVILA, 2014, p. 184) entre lésbicas e entre feministas (frequentemente mulheres cis feministas radicais) porque após a transição, teriam se tornado homens, potenciais agressores; entre gays, porque seriam lésbicas. Por outro lado, os relatos de transhomens entrevistados pela autora dão conta que há muitos deles que, apesar de politizados e com bom grau de escolaridade, preferem não se envolver em movimento social.

Apesar de ser recente sua organização política, os transhomens ou homens trans já contam/contaram com variados grupos de encontro, discussão e atuação, que passo a analisar agora: o Núcleo de Apoio a Homens Trans – NAHT, Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT. As atividades dos grupos ainda são incipientes e reduzidas em razão de seu recente surgimento (ÁVILA, 2014).

O NAHT se constitui como um núcleo de apoio para transhomens localizada em São Paulo, criado em 2011. Segundo a autora, a criação de uma estrutura dentro do SUS em 2010, que pudesse receber as demandas dos transhomens, foi um catalisador para sua organização. As atividades de grupo estão focadas principalmente em questões de saúde.

A participação de transhomens ou homens trans vai se fazendo notar em eventos do movimento trans (como o 7º Encontro de Travestis e Transexuais da região sudeste). A ABHT contou com a presença virtual de transhomens de diferentes locais do Brasil para a sua formação em 2012, sendo a primeira organização a demandar direitos em nome dos transhomens, mesmo antes de sua criação legal, em espaços como o Conselho Nacional de Saúde. No ato de constituição, o então presidente e articulador da Associação, Leonardo Tenório afirmou que a ABHT reconhece a luta de travestis e transexuais e que serão aceitas todas as identificações, utilizando as categorias êmicas das identidades transmasculinas (entre as quais homens trans, transhomens, FTM [*female to male*], transgênero, não binários, etc.). Entre os objetivos da ABHT estão a criação de legislação de proteção à diversidade sexual e de gênero (lei de identidade de gênero²⁷, criminalização da homofobia e transfobia), aprofundar o debate sobre a despatologização²⁸ da transgeneridade e garantir o acesso à saúde de homens trans, entre outras políticas públicas. Para tanto, a Associação prevê parcerias com a academia e o movimento LGBT e articulações com órgãos de governo.

O Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, surgido de uma dissidência da ABHT em 2013, tem capilaridade nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, tendo formato institucional parecido com o da ABHT e sendo composto pelos transhomens ou homens trans associados, instituições e profissionais parceiros, tendo interesses em áreas como direito, saúde, comunicação e assistência social. O IBRAT, ao contrário da ABHT, tem um núcleo de estudos e pesquisas e está filiado à ANTRA.

Conforme o já citado argumento de Ávila (2014), não é uma mera coincidência que, no campo da transexualidade, ao passo que conhecimentos médicos e regulamentações oficiais criam categorias e práticas corporais nas quais algumas subjetividades se envolvem, a partir dessas práticas surgem identidades coletivas, que podem se organizar politicamente, inclusive em resistência aos mesmos conhecimentos e regulamentações.

Segundo Braz e Souza (2016), usando o enfoque dos estudos sobre experiência plural da transexualidade, a entrada dos homens trans em um movimento social mais antigo, iniciado

27 Os debates em torno das proposições de lei de identidade de gênero no Brasil estavam colocados, por exemplo, na necessidade de laudos (psicológico, médico ou psiquiátrico), para a mudança de nome, ainda que sem cirurgia de redesignação, contra as quais a ABHT e a ANTRA se opuseram (ÁVILA, 2014).

28 O debate sobre a despatologização da experiência da transgeneridade vem se tornando forte dentro do movimento trans, assim como se acirrou o debate sobre a despatologização da homossexualidade no final da década de 1980. Em 2007, ativistas da Espanha e França iniciaram uma moção chamada "*Stop Trans Pathologization 2012*", como uma campanha internacional para excluir as identidades e experiências trans do rol de transtornos psiquiátricos. Várias questões são colocadas no debate e, entre elas, estão: se a luta pela despatologização é conveniente; se é possível haver um diagnóstico sem a consequente patologização; e, especialmente, se a luta contra patologização significaria necessariamente a perda do acesso ao protocolo transexualizador como direito à saúde e quais alternativas haveria a ele (ÁVILA, 2014).

pela organização política de travestis, altera as formas de ativismo e apresenta novas "demandas por visibilidade e respeito às suas especificidades" (BRAZ; SOUZA, 2016, p. 3). Citando Guilherme Almeida (2012), a autora e o autor argumentam que a categoria "homem trans" é mobilizada analiticamente como esforço de concentrar em um sujeito político as identidades referidas em diferentes categorias êmicas como transhomem, FTM, transexual masculino, ainda que não consiga em si reduzir a pluralidade das expressões das transmasculinidades (BRAZ; SOUZA, 2016).

2.4 UMA DEMANDA DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT EM FACE DO ESTADO: SEGURANÇA PÚBLICA

Encaminhando-me para finalizar o capítulo 2, analisarei a tese de Rezende de Avelar (2014), no intuito de captar os reflexos concretos, sob forma de políticas públicas, da colocação de demandas pelo movimento LGBT em face dos poderes públicos. A importância dessa tese para meu trabalho está no fato de que ela tem foco nas demandas por políticas públicas de segurança, assunto diretamente relacionado a uma resposta à violência sistemática contra pessoas LGBT. Sob diversos aspectos, não houve avanços significativos para conter e tratar as violações a direitos humanos de pessoas LGBT e a ausência legislativa, que contribui para a continuidade dessas violações.

Temos de reconhecer que os relatórios, notas e denúncias de mortes, uma estratégia antiga do movimento social, representam uma documentação importantíssima para instigar a elaboração de políticas públicas de segurança pública, porque colocam as perguntas essenciais: Quem morre? Como morre? Por que razão morre? Nesse sentido, a tese de Rezende de Avelar cumpre um papel importante de iluminar a atuação do movimento social na direção de institucionalizar de forma eficaz a resposta à violência contra pessoas LGBT.

Para esse mapeamento, o autor busca quaisquer ações e atos do governo federal respondendo às diversas demandas, não somente na área da saúde ou da segurança, do movimento LGBT, mas também como as propostas de ativistas para enfrentamento dessas questões, e analisa a efetividade dessas ações e atos, da mesma forma que os processos decisórios de que são produto.

Nossos trabalhos têm afinidades em diversos aspectos. Avelar (2014) prefere os conceitos de violência específica contra cada grupo de pessoas LGBT (lesbofobia, gayfobia/homofobia, bifobia) e desmembra a violência contra pessoas trans em travestifobia

(específica contra travestis) e transfobia (específica contra mulheres e homens trans); constata o autor também que o conceito de homofobia às vezes é adotado de maneira a abranger todas essas violências específicas, como um guarda-chuva.

Por outro lado, também reconhece que existe uma face da violência, para além da violência estritamente física, que se constitui nas relações em que alguém é vulnerável e está sob dominação de outrem. Ameaça, injúria, desprezo ou ódio constituem, assim, tipos de violência (AVELAR, 2014). Contudo, as taxas e marcadores de violência letal – os homicídios – permanecem sendo um indicador fundamental para a medida da violência contra pessoas LGBT (porque a inscrevem de maneira chapada nos corpos brutalizados de pessoas LGBT). Eu creio que uma eventual notificação compulsória com base na motivação dos crimes violentos contra LGBT seria um elemento importante para uma política pública de segurança para reconhecer a história dessas violências e então proteger esses grupos. Igualmente, o autor reconhece que a “violência de gênero é a privilegiada porque dela deriva a compreensão dos motivos que estão na base das agressões impostas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (AVELAR, 2014, p. 29).

Conforme sabemos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República tomou a inédita iniciativa, em 2011 e 2012, de reunir e publicar dados de violência contra pessoas LGBT, sob o título de “relatórios de violência homofóbica” (AVELAR, 2014, p. 43). O autor afirma, com razão, que esses relatórios são “uma menção obrigatória” em trabalhos como os nossos, haja vista que são os primeiros documentos oficiais sobre violência contra LGBT e versam, além disso, sobre violência não letal. A importância desses relatórios também está no fato de que eles reconhecem o trabalho histórico de grupos de ativistas LGBT, a exemplo do Grupo Gay da Bahia, em reunir e documentar notícias de violência, ao lado das denúncias recebidas em canais governamentais. Para o autor, é relevante que tenha havido uma disseminação do conhecimento sobre os canais de denúncia e comece a haver uma rejeição em relação a esse tipo de violência. Uma diferença entre os tipos de dados é que a denúncia em canais oficiais reconhece outras violências não letais, como as diversas discriminações, injúrias, xingamentos, etc., enquanto que as violências noticiadas parecem necessitar de mais virulência, letalidade, brutalidade, para serem suficientemente interessantes para uma chamada.

Especificamente, em se tratando sobre a violência contra pessoas trans, o autor reconhece a violência transfóbica, nomeada como travestifobia quando atinge travestis, e como transfobia, quando atinge homens e mulheres trans. Em nosso campo de pesquisa,

contudo, são escassos os trabalhos que focalizam diretamente as violências cometidas contra pessoas trans, para analisar quantidades e tipos de violências conforme dados produzidos pelo movimento social ou por órgãos públicos.

A violência contra pessoas trans apresenta-se de diferentes formas e intensidades, como veículo de exclusão e apagamento delas (AVELAR, 2014). As situações de vulnerabilidade atingindo travestis (elas sendo indicadas como as mais vulneráveis), mulheres transexuais e homens transexuais começam logo que iniciam suas transições de gênero e, em todos os espaços de sociabilidade (família, escola, centro religioso, trabalho, etc.), há alguma sanção negativa (desde discriminação a agressões) em razão disso. A vulnerabilidade pode se mostrar na expulsão de seu ambiente familiar, compulsoriedade de trabalhos precários (a exemplo da prostituição), a limitação de sua locomoção por ambientes urbanos, morte violenta por execução/com armas de fogo, suicídio, depressão, etc. As violações, apesar de relativamente conhecidas do poder público, são subnotificadas e não têm tratamento adequado pelos órgãos competentes. A condição transgênera, por sua vez, permanece sendo para médicos e profissionais das ciências psi uma “disforia”, “transtorno”, loucura e desvio do gênero.

Agora, mais próximo do assunto de políticas públicas, Avelar (2014) argumenta que o movimento social LGBT tem se apropriado, desde o ocaso da ditadura militar, da linguagem de direitos humanos para formular suas demandas em face do Estado. A política pública surgiria como uma resposta para ampliação e realização de direitos básicos, muitas vezes exigindo ações positivas por parte do Estado, outras vezes exigindo uma abstenção dele. É importante compreender que a política pública é também um processo em que participam ativistas, agentes de governo, corpo técnico e sociedade civil, em um jogo de deveres e responsabilidades. A ideia é que a política pública tenha sua perenidade, planejamento e dotação orçamentária fixadas em lei, ou seja, não possa ser abandonada com a variação dos governantes dentro da democracia. Da mesma forma, faz parte da política pública a continuidade dos debates (controle social) e a verificação de sua eficácia (diagnóstico), em torno dos direitos a serem realizados.

Apesar de o senso comum ligá-la à violência, conflito, agressões, morte, etc., a segurança pública também pode ser entendida como um direito ou como uma política pública, “tudo que tira uma pessoa ou um grupo das incertezas e vulnerabilidades e que a deixa em situação de conforto e bem-estar” (AVELAR, 2014, p. 90). Esse novo sentido de segurança pública, ligado à realização de direitos, tem a ver com proteção pessoal contra diversas

vulnerabilidades, prevenção e redução de danos, mais que a repressão propriamente dita da violência. Quando a segurança pública se aproxima da ideia de política pública, ela também evoca todos os elementos referidos acima, entre os quais a legalidade, a perenidade e a realização de direitos.

Concordamos com o autor em que alguns marcos de produção de documentos e realização de eventos, no sentido de discutir a implementação de uma política de segurança pública para proteção de LGBT, devem ser aqui mencionados. Além do documento inédito “Brasil sem Homofobia” (2004), que está na origem do debate público em nível federal sobre violência e cidadania de pessoas LGBT, em 2007 ocorreu o primeiro Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia (o segundo em 2010), tratando de formação policial, métodos de prevenção, tipificação, registro e investigação da violência, e avaliação social da eficácia das políticas. Em 2008 e 2010, ocorrem a primeira e segunda Conferências Nacionais LGBT, em que se destacou a discussão sobre a criminalização dos atentados contra a livre orientação sexual e identidade de gênero, via Projeto de Lei 122/2006, arquivado em 2014.

A execução de muitos programas e declarações de princípios lançados em documentos oficiais, frequentemente após debates de membros de órgãos governamentais com ativistas do movimento social, como os posteriores às Conferências Nacionais, fica à revelia da vontade de governantes: o ex-presidente Lula deixou de convocar os governadores para assinatura de um acordo entre União e estados para a segurança pública, por medo de desgastes (AVELAR, 2014).

As ações e atos normativos para a segurança pública não têm a eficácia esperada pela sociedade brasileira por causa de cinco motivos, segundo Avelar (2014): a permanência do modelo da ditadura militar; foco em gestão de crises; privatização da segurança; manutenção de um modelo de segurança pública como projeto/ação de governo e não de Estado.

As políticas públicas para LGBT em execução hoje estão mais restritas à área da saúde, a exemplo dos financiamentos mais importantes para prevenção e combate de infecções sexualmente transmissíveis, em torno dos quais floresceram muitos organismos não governamentais encabeçados por ativistas LGBT, e menos volumosamente, os serviços de saúde mantidos para as transições de gênero executadas conforme o protocolo transexualizador, no SUS, para mulheres e homens transexuais, e os serviços ambulatoriais, básicos e fundamentais, como a hormonização, que passaram a ser oferecidos mais recentemente. Proposições de leis no Senado e na Câmara federais, que hoje contemplam

direitos básicos para a diversidade sexual e de gênero, como as propostas de criminalização da homofobia e transfobia e a lei de identidade de gênero, estão ou sendo arquivados ou sem andamento em suas tramitações.

Em pesquisa à legislação vigente nas unidades federativas, Avelar (2014) constata que quase todos os estados têm alguma legislação reconhecedora de direitos de pessoas LGBT, ao lado de um quase silêncio em nível municipal (segundo o autor, 79 municípios, em torno de 1,4% das cidades do Brasil, conforme o IBGE - 2014) e um silêncio em nível federal. Essas legislações podem criar Conselhos LGBT em pastas de cidadania, justiça, direitos humanos, ou segurança pública, com finalidades distintas, como a fiscalização de alguma política pública implementada ou a formação de órgãos de consulta ou deliberação. Outros tipos de legislação podem criar modos de coibir mais diretamente as diversas discriminações contra LGBT (principalmente pelos conceitos “orientação sexual” e “homofobia”) como, por exemplo, pela criação de canais de denúncias ou pela instituição de multas a empresas privadas que pratiquem discriminações; pela criação de uma categoria de tipificação (não criminal, contudo apenas administrativamente) enquadrando determinado ato como “homofóbico”. Mais recentemente, em muitos órgãos de todas as esferas da federação, foram criadas normativas que permitem o uso do nome social por travestis, transexuais e pessoas trans.

Segundo Avelar (2014), a maioria das leis surgiram na década de 2010 e têm baixa eficácia e controle social, bem como não originam estruturas permanentes (como órgãos, dotações orçamentárias e engajamento de servidores públicos). Isso é visível na enorme disparidade entre a existência de suporte legal e a enorme ausência de alocação de dinheiro público para a execução das medidas (Ibidem). Na redação dos atos normativos das políticas públicas, o autor observa que a maior parte das medidas analisadas (121 de 205) não nomeia especificamente cada grupo protegido, recorrendo a expressões vagas como LGBTfobia. Outros 20 nomeiam especificamente gayfobia, bifobia e lesbofobia; outros 62 nomeiam travestis e transexuais (trata-se dos atos permitindo-lhes o uso de nome social).

Por fim, para apresentar uma síntese da nossa discussão sobre as questões mais importantes para o movimento LGBT, abordarei o artigo “Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas”, produzido pelo grupo de pesquisa Ser-Tão. Segundo os autores, em poucas décadas de atuação, o movimento LGBT brasileiro é atualmente um dos mais “visíveis e expressivos do país”, fazendo conhecer e reconhecer as interrogações sobre a diversidade sexual e de gênero “em todas as instâncias da vida social” (BRAZ et al., 2012, p. 152). Se de

um lado tivemos êxito com a despatologização da homossexualidade, primeiramente no Conselho Federal de Medicina no Brasil (1985) e depois na Organização Mundial de Saúde (1990), agora tem-se a luta para despatologizar as experiências da transgeneridade e para fazer-se respeitar a identidade de gênero de pessoas trans como, por exemplo, através da adoção do nome social. A corrente para a despatologização enfrenta uma contradição conhecida como o “paradoxo da autonomia” (BRAZ et al., 2012, p. 153): a exclusão de seu caráter patológico redundaria na perda do acesso à saúde, representado pelo acesso ao protocolo médico transexualizador. A fragmentação do movimento homossexual e a crescente especificação do movimento LGBT são seus processos característicos, que hoje são compostos de gays, lésbicas, pessoas bissexuais, transexuais, intersexuais, assexuais, travestis, pessoas trans, queer e pessoas não binárias. A especificação e a maturidade do movimento LGBT pode ser vista na expansão de suas demandas em face dos poderes públicos, primeiramente na área da saúde e segurança pública e, mais recentemente, colocadas também na realização de outros direitos sociais, como emprego, educação, cultura, lazer, etc. Contudo, a institucionalização desses direitos ainda é incipiente e frágil e é remarcada a ausência de políticas públicas consistentes. Por outro lado, ainda que as propostas legislativas não tenham andamento, em conjunto com um movimento reacionário e fundamentalista (frequentemente religioso) em nossa sociedade contra as novas formas de visibilidade LGBT, por provocação de ativistas e aliados LGBT, o poder judiciário tem se pronunciado favoravelmente a algumas demandas do movimento, a exemplo das novas decisões paradigmáticas sobre uniões entre pessoas de mesmo gênero, a adoção homoafetiva e a retificação extrajudicial de nome e gênero de pessoas trans, sem dúvidas duas vitórias a se recordar.

Recentemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alterou a Classificação Internacional de Doenças (CID) da décima para a décima primeira edição, em junho de 2018.²⁹ A mudança consistiu em excluir as categorias de doenças caracterizadas pelos transtornos de identidade de gênero, consideradas doenças mentais, e criar um capítulo novo referente à saúde sexual.

No CID-11, criou-se uma categoria chamada “incongruência de gênero”, dentro do capítulo 17 (“Condições relativas à saúde sexual”). Essa modificação está sendo reputada como um avanço na luta pela despatologização das identidades e vivências trans, haja vista que o CID deixa de se utilizar de expressões designativas de doenças como ocorria na versão anterior, como “travestismo” e “transexualismo”, e realocaliza a condição trans como uma

29 Fontes: <<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en>> e <<https://icd.who.int/browse11/1-m/en>>, acessos em 07/07/18.

questão de saúde sexual. O CID permanece remetendo-se à ininteligibilidade e anormalidade da experiência trans, ao usar a expressão “incongruência de gênero”.

Conforme vimos acima, parte do ativismo trans reputa essa decisão da OMS como favorável à despatologização da vivência trans, por excluí-la do capítulo de doenças mentais e inseri-la noutra sobre saúde sexual, com a característica positiva de que sua manutenção em um código de doenças talvez possa ser necessária para fundamentar, nesse momento, a formulação de políticas públicas para pessoas trans, na área da saúde. Talvez essa transformação possa também abrir espaço para outras intervenções na área da saúde, independentemente de um diagnóstico (psiquiátrico ou psicológico) de uma enfermidade mental. Porém, me parece perceptível que a vivência trans, por ter um lugar nesse código, continua sendo medicalizada e a pessoa trans, visada como paciente.

Militantes intersexuais, após a decisão da OMS, também nos lembram que as figuras médicas patologizantes do hermafroditismo (extensamente normatizadas, sem eufemismos nem concessões) passaram inalteradas de um CID ao outro. Tais verbetes continuarão a fundamentar procedimentos drásticos e, muitas vezes, irreversíveis em crianças recém-nascidas intersexuais, sem a possibilidade de consentimento.

2.5 IDENTIDADES TRANS

A transgeneridade, como mencionei acima, é o aspecto comum que une todas as pessoas transgêneras ou pessoas trans, qualquer que seja a sua identidade. Para me encaminhar ao capítulo 3, que trata da mobilização do conceito de transfobia em relatórios de violência produzidos por organizações do movimento trans, e atar um círculo com a primeira parte desse capítulo, preciso passar pelas discussões teóricas sobre a precipitação de um conceito que para mim parece caracterizar a autonomização, em um nível teórico, das pessoas trans organizadas politicamente: pessoa trans, que vai caracterizar uma noção guarda-chuva, a partir do conceito de transgeneridade, entre as identidades coletivas que vivem qualquer forma de conflito com o regime hegemônico denominado cisgeneridade, e vai também nomear todas as opressões e exclusões oriundas desse sistema, a transfobia.

A partir do quadro elaborado por Márcio Goldman (1996), a análise das formas de subjetivação para as pessoas trans renderia para nós o esquema seguinte: a) a matéria investida é o *corpo*; b) a razão do investimento é qualquer *conflito* com a cisgeneridade enquanto regime de corporalidade e com a imposição de gênero durante a gravidez ou no

nascimento; c) o modo de investimento são todas as *transformações e intervenções* corporais, de âmbito médico ou não, mais ou menos permanentes, ainda que apenas discursivas, que representem só uma troca de roupas ou que representem apenas uma sutil ambiguidade de gênero e d) o objetivo de todo o processo seria a *vivência* de um gênero discordante como identidade.

Nesse momento, quero fazer aqui uma distinção simples, porém crucial. A definição de transgeneridade comporta todas as violações da norma de gênero e é, assim, muito ampla. A vivência da transgeneridade, dependendo da natureza da violação da norma de gênero, pode ser classificada em *identitária ou ocasional*. Se a violação for permanente, cotidiana, duradoura, sendo a reversibilidade das transformações difícil e indesejada, a vivência de gênero é *identitária*. Somente poderia ser chamada *pessoa trans* aquela pessoa que vive a transgeneridade no cotidiano, de modo ostensivo, perene, permanente, e reivindica alguma identidade trans como sua, dizendo “sou travesti”, “sou homem trans”, “sou mulher transexual”, “sou pessoa não binária”. Apenas para a pessoa trans é que a vivência transgênera é uma questão de identidade. Essa distinção é uma elaboração de Jaqueline Gomes de Jesus (2012) e adoto a expressão "ocasional" em razão de que minha filiação teórica no pós-estruturalismo face as teorias estruturalistas ou funcionalistas.

A violação apenas ocasional do gênero torna aquela vivência de gênero discordante apenas esporádica, uma espécie menos grave de transgressão à norma de gênero. Aqui sobressai o aspecto da *montação*³⁰. As *drag queens*, *drag kings*, transformistas, *crossdressers* e outras artistas que fazem montação não podem reivindicar a identidade trans, ou seja, não são pessoas trans porque suas transformações de corpo são reversíveis e pontuais. Falta a elas a vivência, a permanência, a cotidianidade da transgeneridade. As travestis, homens transexuais, mulheres transexuais, pessoas andróginas e pessoas não binárias, etc., não desmontam.

Agora, eu quero fazer uma rápida exposição sobre algumas identidades trans. Meus comentários dirigem-se mais às identidades trans que se tornaram hegemônicas durante a formação do movimento social LGBT durante a ditadura militar e após a redemocratização, bem como à emergência da identidade trans masculina como sujeito político.

As identidades transgêneras, além de estigmatizadas socialmente, são alvo da patologização e da medicalização, ou seja, a vivência da transgeneridade é considerada

30 Montação (termo êmico) é o arranjo provisório de elementos de gênero (especialmente roupas, maquiagem, perucas, etc.), de modo relativamente arbitrário, sobre o corpo de alguém. Drag queens, drag kings e transformistas montam e desmontam.

doença ou loucura pela medicina moderna, assim como foi a homossexualidade até a década de 1990.

No catálogo médico, prevalece a nomenclatura terminada em *-ismo*, que indica doença, perversão, loucura (“travestismo”; “fetichismo transvéstico”; “transexualismo”). A figura do transexualismo nasceu associada à possibilidade de “cura” do transtorno de identidade de gênero através do protocolo transexualizador, que compreende tanto intervenções cirúrgicas quanto psiquiátricas. Conforme Leite Jr. (2008), se a pessoa não for considerada transexual verdadeiro/a, com um “legítimo desvio psicológico permanente de identidade sexual” e com disforia (rejeição) genital e tendência ao autoextermínio, poderá ser classificada como travesti fetichista ou bivalente, transexual secundário ou psicótico e lhe será legalmente negada a cirurgia. A ideia das “sexualidades anormais” é que elas seriam contaminadas pelo crime (prazer da transgressão) ou pela doença (sofrimento indesejado) (Ibidem). A possibilidade de cirurgia de alteração genital e de outras intervenções com sobrevivida acrescentou uma nova categoria de *freaks* (loucos) – os que “trocam de sexo”.

A categoria médica do *transexualismo* foi criada e popularizada nas décadas de 1950 e 1960, pelos médicos Robert Stoller, Harry Benjamin e John Money, e deveria se diferenciar de suas categorias afins, o *homossexualismo*, o *hermafroditismo* e outras *intersexualidades* ou *desvios sexuais*, de ordem física ou psíquica (LEITE JR., 2008). A pessoa transexual, no discurso médico, é somente o transexual masculino (nas ciências sociais, é a mulher transexual ou *MtF*, *male to female*, e isso está excluindo os homens transexuais), o “homem biológico” que transiciona em mulher, sempre heterossexual, como rejeição profunda da genitália, devendo ser submetida ao protocolo para o tratamento do transtorno que, de fundo, é psiquiátrico. A categoria *transexual* é totalizante porque associa necessariamente identidade, corpo e desejo e, nesse contexto, integra o discurso hegemônico sobre gênero e sexualidade. O diagnóstico da transexualidade e o reconhecimento da homossexualidade como “sexualidades anormais” passam pela análise de comportamentos desencaixados da pessoa em relação a seus “papéis esperados” para seu gênero³¹.

A pessoa transexual enquanto identidade, por sua vez, é bem mais tributária da categoria biomédica *transexualismo* que a travesti. No Brasil, a popularização da ideia de transição de gêneros, nas/a partir das redes de comunicação de massa, aconteceu com a modelo Luiza Gambine, conhecida como Roberta Close, nos anos 1980. Roberta Close começou sua transição contornando uma “ambiguidade angustiante” (RITO; CLOSE, 1998, p.

31 Barbosa (2010:84-97) traz uma discussão bastante semelhante à trazida por Leite Jr. (2008).

19) que a perseguia, logo se submetendo à cirurgia e à hormonização para se feminilizar. Roberta Close não tinha qualquer ligação com a marginalidade, a pobreza ou a prostituição e era apresentada como um ideal de beleza feminina e moralidade burguesa, muito distante da imagem popular da travesti (LEITE JR., 2008).

A história do termo travesti no Brasil fornece muitas pistas sobre por que ainda se considera a ambiguidade como sendo uma característica marcante da travesti. Seguindo a lição de Leite Jr. (2008), historicamente o trânsito entre gênero se vê em três ocasiões sociais: na religião, nas festas populares – como o carnaval –, nos espetáculos e no teatro. As ideias de inversão, disfarce, mentira, incerteza e limite sempre estiveram presentes. Nas festas, “o mundo às avessas” é representado como deformado, exagerado, ridículo, desordeiro e grotesco; além disso, há o sentido de realização de desejos. Dentro dos espetáculos e do teatro, são as figuras mais ambíguas que chamam mais atenção (como as intersexuais, chamadas antes de “hermafroditas”). O sentimento do público é o maravilhamento junto ao medo, escárnio, desejo, ódio e/ou raiva.

Um dos prováveis fatores para o êxito destas atrações na cultura de massas é que, como vimos, da segunda metade do século XIX em diante, a discussão sobre os limites entre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades estava em toda parte, capitaneada pela ciência. É neste debate que surgem os modernos pseudo-hermafroditas da medicina e a intolerável ambiguidade dos “monstros” e “andróginos” da cultura popular vai sendo substituída pela visão de que estas pessoas não passam de “erros” da natureza (LEITE JR., 2008, p. 199).

A *travesti* de hoje é um legado imaginário de artistas no Brasil do século XIX que, ao borrar o sentido único de um corpo coerente com o genital e de um eu íntegro sem desvios morais, eram rejeitadas de suas famílias e de seus empregos e, às vezes, exerciam a prostituição profissionalmente (LEITE JR., 2008). Citando James Green, Barbosa (2015) afirma que desde a década de 1940 no Brasil circula na mídia impressa o termo “travesti”, no masculino (“o travesti”) para referência a homens em fantasias de mulher no carnaval. Assim, segundo Barbosa (2015), a travesti, pelo menos a partir da década de 1960, como nós reconhecemos no Brasil essa identidade, é uma pessoa do gênero feminino, que vive cotidianamente o gênero feminino, que leva a cabo transformações corporais relativamente permanentes (uso de silicones e hormônios, cirurgias estéticas para feminilização), e que adota roupas, adereços, maneirismos e falas consideradas de mulheres, sem desejar a cirurgia de transgenitalização, normalmente marginalizada e associada à prostituição (Ibidem).

A constituição de uma identidade não é feita sem conflituosidade em relação a outras identidades, nem quando a pretensão é acadêmica e o processo é colocado em discurso mediante categorias ditas descritivas e analíticas, nem quando a pretensão é ação e o processo ocorre dentro dos movimentos sociais.

Embora digamos que o “caminho mais rentável para a análise seria não delimitar de antemão o que era travesti e o que era transexual” (BARBOSA, 2010, p. 5), nossa chegada e as primeiras impressões são sempre rodeadas de pré-conceitos, pré-juízos e estereótipos que, com o tempo, são interrogados para virar alguma outra coisa.

Haveria inúmeros critérios para separar a identidade travesti da identidade mulher transexual, conforme explica Barbosa (2010)³², critérios às vezes relacionados com a percepção do próprio corpo (e do próprio gênero), com a sexualidade, às vezes interseccionados com conduta de determinada classe social, entre outros elementos.

Barbosa (2010) refere-se a uma informante que não desejava a cirurgia de transgenitalização, com identificações aparentemente disjuntivas: travesti, transexual, homossexual (para referir-se a suas práticas sexuais), e mulher (todas as características não alinhadas de seu gênero e sexualidade não a impedem de sentir-se mulher)³³.

Para este autor, as diferenças entre travestis e mulheres transexuais podem ser entendidas como articulação (mais que apenas prática, também imaginação) de elementos de gênero (mais que elementos de corporalidade), não como soma. Cruz et al. (2014) rejeita a separação rígida entre travestis e mulheres transexuais a partir de categorias fixas e reconhecendo a multiplicidade de suas experiências tanto em relação ao gênero quanto à sexualidade de travestis e mulheres transexuais.

Quanto à identidade homem trans, nas pesquisas geralmente se reconhece a recente emergência dos homens trans enquanto sujeito político, organizados em movimento social,

32 Esses critérios são recorrentes também nas etnografias de Pelúcio (2007), Barbosa (2015) e no trabalho de Leite Jr. (2008).

33 Em diversos trabalhos e etnografias sobre travestis (AJAIME et al., 2003; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007), antigos e mais recentes, notei uma ambiguidade persistente quanto à orientação sexual e à identidade de gênero das travestis. Reconhece-se nos trabalhos de modo relativamente consensual que (1) as travestis têm desejo sexual direcionado ao gênero masculino e (2) as travestis constroem de modo geral seus corpos direcionados ao gênero feminino, mesmo que não se reconheçam como mulheres. Somente com isso eu poderia entender, adotando a interdependência entre gênero (eu) e sexualidade (desejo) como defendi acima, que as travestis são pessoas do gênero feminino de orientação heterossexual. Contudo, nesses trabalhos observei uma aproximação perigosa com a categoria “homossexualidade”, de modo muito extremado no trabalho de Kulick: “ser homossexual está no âmago do projeto travesti”, “a subjetividade travesti (...) é a subjetividade de um afeminado do sexo masculino – um homossexual”, “travestis são homossexuais radicais” (KULICK, 2008). Travestis só podem ser homossexuais, no meu entender, se forem travestis homo-orientadas, ou seja, travestis lésbicas, que desejam pessoas do gênero feminino. Nos trabalhos de Bruno Barbosa (2010; 2015) e de Jorge Leite Jr. (2008), essa confusão é mencionada apenas nas vozes das pessoas entrevistadas, sendo de qualquer forma criticada pelos autores.

considerando que “a presença de transhomens no movimento antes de 2010 era praticamente inexistente” (Ávila, 2014, p. 186), e também a grave ausência de trabalhos acadêmicos analisando as transgeneridades masculinas (ALMEIDA, 2012). Este autor afirma que há muitas dificuldades para “quem decide produzir conhecimento sobre ‘homens trans’ no Brasil” (2012, p. 519): a ignorância generalizada de que existe um processo de transição de gênero dos homens trans e a enorme passabilidade³⁴ de homens trans com o uso prolongado da testosterona e com a retirada das mamas.

Segundo entendimento de Ávila (2014), existe uma tensão entre os caminhos metodológicos para pensar a “transexualidade” (suas palavras), porque uma leitura na chave biomédica seria o caminho mais simples, porém, o mais redutor, em relação à leitura que fazemos nas humanidades.

Guilherme de Almeida (2012) identifica quatro grupos distintos na “aquarela de masculinidades”³⁵: (1) pessoas que não querem distanciar-se do feminino, apresentando-se como mulheres; (2) homens que não realizam nenhuma transformação corporal de ordem médica (como hormonização ou cirurgias), acionando aparatos mais discursivos (como fala, gestualidade, vestuário masculinos); (3) homens que borram gêneros e desejam intervenções mais profundas, como hormonização, mas não as cirurgias, em geral sendo de camadas médias escolarizadas; (4) homens mais próximos da categoria “transexual”, que mobilizam todos os aparatos de masculinização à disposição e aderem mais facilmente ao protocolo transexualizador. Para o autor, o quarto grupo é, analiticamente, o grupo de “homens trans”, que representa “a experiência da ‘transexualidade masculina’” (ALMEIDA, 2012, p. 513).

As identidades trans masculinas são múltiplas, assim como as identidades trans femininas. A retirada das mamas, o uso do hormônio masculinizante testosterona e o reconhecimento social de seu gênero masculino, pela alteração do nome civil, são os desejos mais comuns entre homens trans (ÁVILA, 2014). Por outro lado, em relação à intervenção cirúrgica de construção de pênis, há aqueles que não a desejam em absoluto. A pesquisadora menciona também que há entrevistados que se identificaram como homens trans gays, sem qualquer aversão a sua genitália. No campo das autoidentificações (com reflexos diretos na maneira como os homens trans se estão organizando em movimento social), existem as categorias homem trans, transhomem, FtM (*female to male*, feminino

34 Passabilidade é a leitura satisfatória como cisgênera de uma pessoa transgênera, resultando em invisibilidade do estigma.

35 O autor não se refere a homens trans somente.

para masculino, a mais usada entre todas), transgênero e transexual (ÁVILA, 2014)³⁶. Em sua tese, Barbosa (2015) assinala que predominaram as referências heterossexuais entre homens trans no Encontro da ABHT³⁷, o que incomodou ativistas homens trans gays; o autor ainda aponta a existência de visões diferentes de masculinidades para homens trans, a partir de como nomeiam o seu próprio genital (micropênis ou vagina/clitóris).

Como pesquisador, me vejo confrontado com um dilema: ao mesmo tempo que sou instado a trabalhar com categorias e identidades relativamente *fixas*, provocando esse processo de conhecimento uma “ansiedade acadêmica”, me vejo perplexo com a dificuldade e a impossibilidade de visualizar os *limites* dessas mesmas categorias e identidades. Sabemos que a formação de identidades envolve um sem-número de processos dentro das relações sociais, que acontece sempre com disputa e com exclusão. Com esse comentário, desejo anotar a existência dessa “ansiedade acadêmica” que eu sinto.

Concordo com a afirmação de que “a emergência de uma categoria não é aleatória nem inocente” (CARVALHO, 2016, p. 2). Existe algum conflito para consolidar identidades, porém a separação radical delas em caixas, com uma lista pré-definida de atributos para cada uma, é impossível. De acordo com este autor, entre as identidades femininas há mulheres transexuais que acreditam que a cirurgia as tornará mulheres “de verdade”; há travestis que se reconhecem enquanto gays; há travestis que desejam a cirurgia de transgenitalização – desejo “típico” de mulheres transexuais –, e vice-versa; há mulheres transexuais e travestis em relacionamentos lésbicos; há militantes que dizem que a diferença entre a travesti e a mulher transexual é uma questão de classe social, de tolerância com a transgeneridade na fase da infância, de situação psicológica, etc. Ainda ao lado do autor, a emergência política dos homens trans tampouco foi pacífica: homens trans poderiam ser homens trans, não binários ou transmasculinos; as diferenças entre as identidades disputadas também eram disputas entre classes sociais, raças, idades e visões de gênero dos próprios interlocutores homens

36 É necessário mencionar aqui o relato feito por Carvalho (2016) sobre discussões identitárias entre homens trans, no primeiro Encontro Nacional de Homens Trans, organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, em 2015. A disputa ocorreu entre “homens trans” e “não binários”, que às vezes se mencionavam como “transmasculinos”. “Não binário” foi definido como qualquer ponto no espectro entre o homem e a mulher. Os “não binários” defendiam que a categoria homem trans não os representava; seus antagonistas replicavam que era necessário mobilizar categorias conhecidas para facilitar a reivindicação de políticas públicas. Marcadores de classe, raça, geração, origem e expressão de gênero acirravam as diferenças entre os interlocutores: “não binários” eram mais jovens, de classe média/alta, oriundos de grandes centros, brancos e menos passáveis em relação aos “homens trans” – mais velhos, de classes mais baixas, moradores de periferias e mais hormonizados. Ao final do encontro, o consenso conflituoso foi alcançado em torno da categoria “homem trans”. Em minha opinião, como pesquisador, essa definição de não binário tem pouca serventia, haja vista que, como diz o próprio Carvalho (2016, p. 18), “nenhuma experiência trans poderia ser completamente binária”.

37 Associação Brasileira de Homens Trans.

trans; haviam aqueles que não se reconheciam como homens, embora reivindicassem o gênero masculino.

Por fim, acredito que Judith Butler está certa: todas as identidades são, na verdade, ficções; a melhor maneira de refletir sobre elas, talvez, seja fazendo perguntas contra as categorias. Em seu potente texto “Fundamentos Contingentes – O feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”, Butler (1998) traça questionamentos a respeito da posição e da constituição do sujeito no contexto dos debates sobre a pós-modernidade e o pós-estruturalismo.

Contra a pós-modernidade e o pós-estruturalismo, sem buscar uma definição para essas correntes de pensamento, colocam-se críticas a partir de supostas elaborações que lhe são atribuídas: “tudo é discurso”, “o sujeito está morto”, “não há realidade nem corpos verdadeiros”. Contudo, conforme afirma a autora nesse e em outros textos que eu colijo, os desafios colocados por esses ramos de pensamentos contemporâneos estão mais próximos de desconstruir e problematizar a noção universal e íntegra do sujeito. O feminismo ocidental mostrou que o privado é político e que as mulheres são sujeito da história. O feminismo negro e o transfeminismo revelaram o sujeito “mulher”, o sujeito do feminismo ocidental com seu viés etnocêntrico, desmascarando o pressuposto de branquitude e cisgeneridade. Quando Butler afirma que as identidades são ficções, ela está dizendo que a integridade e a universalidade como atributos do sujeito são efeitos de um processo em que ele se constitui pela exclusão e pela diferenciação, encobertas pelo semblante da autonomia. “As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas” (BUTLER, 1998, p. 36), por isso existe a necessidade de que elas sejam interrogadas, abrindo-se espaços para a resignificação. É nesse sentido que eu gostaria, a seguir, de postular a ideia de que o conceito de “pessoa trans” pode funcionar como um conceito guarda-chuva, que não se refere a uma identidade fixa exclusivamente, mas àquelas que vivem a transgeneridade, tampouco se remetendo à universalidade ou à integridade – considerando que ela carrega dentro de si a referência às múltiplas experiências possíveis, como a travestilidade, a transexualidade e não-binaridade.

Após essa exposição a respeito das identidades trans repito, uma vez mais, que a transgeneridade é o aspecto comum a todas as identidades trans. Somente agora posso defender a categoria guarda-chuva *pessoa trans*.

Rememorando o esquema acima, feito a partir de Márcio Goldman (1996), somente poderá ser considerada *pessoa trans* aquela pessoa que, *conflitando* com as normas e

expectativas do *sistema de gênero*, investe em seu *corpo* uma série de *transformações e intervenções* mais sutis ou mais permanentes, para viver um gênero *discordante* como sua *identidade*.

As primeiras tentativas de união epistemológica, a partir da ampliação do sentido de *transgender*, entre feministas e estudiosas trans, datam da década de 1990, sob o influxo da teoria queer, feminismos da segunda e terceira ondas, feminismo negro que criticavam – conforme visto no tópico anterior sobre teoria do gênero – não somente a universalidade da categoria “mulher” e o fundacionalismo biológico, mas também a medicalização e a patologização das identidades trans (BARBOSA, 2015).

A ampliação do sentido de *transgênero*, na década de 1990, corresponde à apropriação da palavra de classificação em palavra de autorreconhecimento e de autoafirmação, a exemplo dos usos comuns entre LGBT de *viado*, *sapatão* e *travesti*, sendo este é o lado de cá da resistência àqueles que os tentam nomear (PELÚCIO, 2007).

Conforme Simões e Carrara (2014), a categoria social e identidade de “homossexual”, ao lado do chamado movimento homossexual brasileiro, vem se fragmentando desde a década de 1990 para dar lugar às múltiplas identidades e suas vivências de gênero e sexualidade, com crescente organização e politização, criando, assim, o movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans, assexuais, intersexuais e *queer*. As relações dentro do movimento e entre sujeitos/pessoas ocorrem com tensões e negociações. Os autores identificam a emergência gay-lésbica nos anos 1970 e 1980 e a emergência trans nos anos 2000 (Ibidem). É nesse sentido que podemos usar “LGBT” para nos referirmos a um “sujeito político múltiplo” (SIMÕES; CARRARA, 2014, p. 91), justamente no sentido de guarda-chuva, englobando as múltiplas manifestações humanas divergentes das normas hegemônicas de gênero e prática sexual.

O uso de *trans* para referência ao guarda-chuva *transgênero/a* no sentido englobante tem sido cada vez mais corrente. Podemos lembrar, por exemplo, que na etnografia de Barbosa (2010), seu trabalho de campo foi realizado com interlocutoras travestis e mulheres transexuais, em encontros denominados “Terças Trans”. Neste contexto:

O termo *pessoas trans* foi escolhido para abarcar tanto travestis quanto transexuais pelas participantes. O termo *transgeneridades* marcaria várias outras definições, como cross-dresser, ou novas categorizações que surgem neste universo (BARBOSA, 2010, p. 13, grifos do autor).

Em sua tese, Barbosa (2015) analisa várias vozes que discutem os usos e significados de *trans*, em uma situação de campo no ENTLAIDS³⁸/ Recife (2011).

Um uso de *trans* seria produtivo para contornar a genitalização da experiência transgênera, bem como para representar todas as semelhanças entre pessoas trans do gênero feminino, em buscas, transformações e autoidentificações; por outro lado, *trans* representaria um sujeito vítima de violência, cuja real identidade é ignorada pelos agressores, bastando a aparência de ser *trans* (Ibidem). Outra interlocutora de Barbosa afirma que já existe uma guetificação entre travestis e mulheres transexuais, e que essa situação é negativa. Um segundo uso produtivo de *trans* seria representar a “comunidade imaginada que pode abrigar pessoas com identidades ‘femininas’” (BARBOSA, 2015, p. 152); a crítica dirigida foi que *trans* era um termo higienizante e apagador da identidade travesti.

Para o autor, *trans* é mobilizado, de forma analítica, entre pessoas trans do gênero feminino sob duas lógicas: a lógica da dissolução (dissolução das diferenças e substituição dos velhos termos por outros novos) e a lógica do guarda-chuva, que é a que eu adoto em minha pesquisa: aqui o englobamento visa não suprimir as diferenças, mas uni-las sob uma perspectiva comum e “sinaliza a possibilidade do uso simultâneo e estratégico das categorias para a luta política” (BARBOSA, 2015, p. 154). A lógica da dissolução aciona argumentos que são, para mim, dificilmente aceitáveis, como aquele em que travesti seria uma categoria atrasada e marginalizada e deveria ser relida em *trans*, como “categoria do progresso”, ou seja, moderna. Para mim, essa lógica também ignora que *transexual* é uma categoria higienizada e que há autoidentificações contextuais e políticas, como travesti. Por outro lado, a lógica do guarda-chuva, para Barbosa (2015), abre margem para pensar as identidades a partir do critério de cirurgia (o que já se revela, para mim, insuficiente) e para pensar a *travesti* como uma identidade histórica particular brasileira, “que necessita de ser preservada” (BARBOSA, 2015, p. 154). Algumas interlocutoras disseram não haver na verdade diferenças entre travestis e mulheres transexuais (Ibidem).

Em uma palestra com dois homens trans, Barbosa (2015) observa que algumas pessoas trans do gênero feminino indagaram a existência de “travestis masculinos” (2015), homens trans confortáveis com seu genital, em oposição aos “transexuais masculinos”, aqueles que desejariam a cirurgia de construção de pênis. Uma interlocutora travesti deixou

38 Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS.

clara a reprodução da hierarquia já existente entre travestis e mulheres transexuais: “eles são como nós mas ao contrário” (BARBOSA, 2015: p. 163).

A modo de conclusão, vejo a categoria de *pessoa trans* como categoria política produtiva para respeitar as diferenças entre pessoas trans de diferentes expressões de gênero e práticas sexuais, e para agrupar os interesses comuns, sob a experiência também comum a todas elas.

É vasta e múltipla a reunião das identidades que vivem a transgeneridade, dos modos mais ostensivos e cotidianos aos modos mais sutis e ocasionais. Citando David Valentine, Lanz (2014) lista as seguintes:

[...] transexuais, travestis, crossdressers homens femininos, mulheres masculinas, dragqueens, dragkings, transformistas (masculinos femininos), andróginos, genderbenders, genderfuckers, intersexuados lésbicas masculinizadas, gays afeminados homens com corpos de fêmea e mulheres com corpos de macho e até mesmo, homens e mulheres ‘normais’ em todos os aspectos exceto na discordância quanto às normas de gênero que lhes são impostas (LANZ, 2014, p. 85).

Segundo a autora, as identidades trans hegemônicas no país – travestis e transexuais – oferecem barreiras para a formação de um “movimento nacional consistente” ao recusarem o “uso de um termo aglutinador de identidades gênero-divergentes” (LANZ, 2014, p. 86). Essas identidades trans hegemônicas se legitimam pelos critérios de policiamento das identidades a partir de hierarquias e exclusões e provocam uma invisibilização e desqualificação de outras identidades trans. A opinião da autora não é consensuada, no entanto, entre ativistas travestis e transexuais.

As críticas aos usos do termo *trans* colocam que *transgênero* pode produzir as exclusões que tanto se quer evitar: “a identidade transgênero teria assim um viés de classe, expresso pela divisão e autonomização entre gênero e sexualidade” (BARBOSA, 2015, p. 74); *trans* se constituiria igualmente como uma categoria de progresso, como vimos acima, uma categoria da modernidade. O autor, citando a Katrina Roen, também lembra que é possível que *trans* opere da mesma forma que *transexual*, como categoria etnocêntrica e que é necessário pensar os recortes de raça e etnia. Da minha parte, penso que é complicado relacionar a constituição da identidade travesti, agora em oposição direta com as transexuais, com algo não ocidental, não moderno, como foi feito em algumas etnografias, a exemplo de Don Kulick (2008)³⁹.

39 Para mais sobre essa discussão, ver Barbosa (2015, p. 76-102).

Letícia Lanz (2014) também veicula a crítica de que *trans* invisibiliza as diferenças entre as identidades trans a partir do englobamento, “enfraquecendo políticas identitárias”; contudo,

[...] sua natureza coletivizante proporciona uma ação mais significativa e mais direcionada para a conquista e/ou o resgate de direitos da população gênero-divergente, bem como o surgimento de uma crítica mais consistente e sistematizada às estruturas sociais relacionadas ao dispositivo de gênero (LANZ, 2014, p. 84).

Segundo informação de Ávila (2014) e de Carvalho e Carrara (2013), no XVI ENTLAIDS (realizado em 2010) foi proposta a utilização do termo *trans* para ser referir ao conjunto mais abrangente de pessoas, cujos participantes seriam as travestis, as transexuais e os transexuais.

É nesse sentido que pode operar uma categoria *pessoa trans*, mesmo que provisória e com conteúdo múltiplo, de modo analítico: uma categoria de englobamento para todas as pessoas que compartilham a transgeneridade. Trago a lembrança de que a categoria da transgeneridade é que potencializa os usos de *trans*. *Pessoa trans* é uma categoria para auxiliar a luta política, “no sentido de uma identidade de coalizão” (BARBOSA, 2015, p. 69), indicando a Donna Haraway.

No capítulo seguinte, pretendo discutir com mais proximidade algumas perspectivas sobre violência de gênero, com a especificidade do nosso tratamento teórico concernente aos estudos transgêneros. Realço aí a importância do conceito de transgeneridade para o conceito de transfobia, bem como faço um estudo do mesmo, que considero central para o trabalho. Por fim, me dirijo a análise do corpus proposto para a pesquisa, tendo em vista seu objetivo principal.

CAPÍTULO 03

3.1. PERSPECTIVAS SOBRE VIOLÊNCIA

Quase a totalidade de trabalhos acadêmicos que estudam a vida de travestis e mulheres trans, e agora também dos homens trans, reconhecem o fato de que as pessoas trans são estigmatizadas em espaços sociais privados e públicos durante a vida inteira, além de sua expectativa de vida ser bem mais baixa que a média nacional⁴⁰. O exercício de sua cidadania é sistematicamente obstruído, permanecendo sujeitas ao ciclo de estigmatização, pobreza e falta de educação formal e saúde, sendo frequentemente forçadas a trabalhar em subempregos ou na prostituição. Um ciclo de violências de todas as ordens atinge as pessoas trans logo que elas decidem iniciar suas transições, experimentando os mais variados níveis de transgeneridade e resistindo à norma cisgênera.

As violências contra pessoas trans devem ser analisadas a partir dos estigmas e das relações de poder que as acompanham. Assim, é importante notar o conceito de diferença como relação social, sabendo-se de seus efeitos de hierarquização: ele “se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais” (BRAH, 2006, p. 362).

Tais relações sistemáticas estão inscritas no sistema de gênero, de que tratamos nos tópicos precedentes. Esse processo histórico e biopolítico compreendeu um deslocamento das noções de corpo, genitália, sexo e reprodução (BENTO, 2006). Discursos científicos comparecem para naturalizar e essencializar esse modo biológico, fisiológico, anatômico de reconhecimento dos corpos, tornando-se verdade, acompanhados de outras rígidas dicotomias registrando essas noções, como a heterossexualidade compulsória acoplada ao gênero, o estatuto social, psicológico, econômico, etc., de homens e mulheres (sexismo) e a medicalização dos corpos. Portanto, a ordem de gênero produz identidades e diferenças, normalidades e anormalidades.

O estigma, definido por Goffman (1988), é um sinal corporal indicando um atributo com status negativo (“depreciativo”), cuja leitura deve ser feita como uma “linguagem de relações”, calcando sua filiação interacionista simbólica. O autor classifica três tipos os

40 Não existem dados sistematizados em órgãos públicos, como vemos dados do IBGE sobre expectativa de vida média de um/a brasileiro/a, hoje maior que 70 anos, sobre expectativa de vida de pessoas trans, ou travestis, ou mulheres transexuais, ou homens trans, etc. Os dados confiáveis sobre expectativa de vida de travestis, que segundo essas fontes é de 35 anos, foram produzidas pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Notícia do jornalista especializado na causa trans Neto Lucon, acessos em 07/06/2017 e 13/07/18: <<http://www.nlucon.com/2015/02/expectativa-de-vida-de-travestis-e-de.html>>.

estigmas: as *abominações do corpo*, em que estariam as características socialmente classificadas como deformidades corporais; as *culpas de caráter individual*, relacionadas a algum nível de escolha ou vontade pessoal ou de intenção moral (o autor cita a homossexualidade, adicção, loucura, vícios, prisão, radicalismo político); e, por último, os *estigmas tribais de raça, nação, religião*, relacionados a uma “transmissão através de linhagem”. “O estigma é (...) um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Podemos aproximar o estigma das pessoas trans a dois tipos goffmanianos: as abominações do corpo e as culpas de caráter individual, considerando que o processo de transição rompe a normalidade cisgênera, inscrevendo-se diretamente no corpo, e que o processo de transformação, ainda que sutil, é *lido socialmente* como sendo um projeto pessoal e desejado culminando na identidade trans. As pessoas carregam ostensivamente marcadores corporais que perturbam a ordem compulsória de gênero, fundamentada em noções biologizantes e nos pares binários (pênis-vagina, homem-mulher, masculino-feminino). A estigmatização é o processo pelo qual o marcador depreciativo domina sua identidade social, conduzindo sentidos de discriminação e inferiorização através das relações sociais, restringindo suas possibilidades de vida (GOFFMAN, 1988). O gatilho que atrai o estigma sobre as pessoas trans é a transgeneridade.

Nos corpos de pessoas transgêneras convivem vagina e músculos avantajados (a exemplo de um homem transexual) ou seios e pênis (travesti ou mulher transexual que não passou pela chamada cirurgia de redesignação sexual). Suas identidades são forjadas na experiência pessoal e na subjetividade; seus corpos são anormalizados, porquanto impossíveis, incompatíveis com essa ordem de gênero. Em uma expressão, neles reside uma “intolerável ambiguidade”⁴¹, envolvida em processos de patologização.

Aplicando-se a ideia de abjeção de Judith Butler (explicada durante entrevista dada a Prins e Meijer, 2002), os corpos transgêneros são corpos abjetos, ininteligíveis (ontológica e epistemologicamente) e ilegítimos (política e normativamente); mais precisamente, são corpos “abjetificados”, porque ela supõe a abjeção como um processo discursivo (PRINS; MEIJER, 2002, p. 162). São corpos que não podem ser, porém existem; isso ocorre porque o domínio da ontologia é regulamentado pelo poder: a ordem de gênero fabrica/inventa e regula corpos modelares, masculinos e femininos.

41 Expressão de Elizabeth Grosz, citada em Leite Jr. (2008:199).

Figari (2009) explica que a diferença carrega a semente da abjeção, em razão dos processos de ontologização em termos binários. Na ordem de gênero, a hierarquização produz identidades depreciadas, subalternas, a exemplo da feminina ou da transgênera. Para o reconhecimento do eu (masculino), é necessária a negação do outro (feminino/transgênero). A abjeção é uma qualificadora emocional de estranhamento⁴² em relações sociais hierarquizadas, podendo ser metaforicamente analisada com as imagens da contaminação e da animalidade humana, como é o caso das identidades transgêneras.

A abjeção é o motivo do crime de ódio consumado mediante intensa violência. Dito de outra forma: “o medo ou os medos organizam o ódio” (SMIGAY, 2002, p. 35). Duas características marcam o crime de ódio: a vulnerabilidade social do grupo estigmatizado e a extrema violência que acompanha o itinerário do crime (JESUS, 2014b), expressa na forma como os corpos são brutalizados nesses crimes (EFREM FILHO, 2016).

Adoto, para a finalidade da pesquisa, o conceito de violência trabalhado por Xavier Crettiez (2009). Para o autor, violência é um ato sempre intencional de coerção que se serve de força física ou de constrangimento, para exercer ação sobre alguém ou obrigá-lo a agir de determinada maneira contra a própria vontade, gerando dor e sofrimento.

O conceito de violência de gênero é um conceito específico, porém é igualmente amplo: ele se destaca de outras formas de violências tradicionalmente estudadas na sociologia, como a violência policial, e significa mais que a violência contra mulheres, porque atinge crianças e adolescentes e aqueles que se apresentam como desvio das normas do patriarcado, punidos pelos homens, a quem se autoriza a punição, conforme explica Saffioti (2001).

Smigay (2002) pondera que a própria violência de gênero constitui uma norma no sistema de gênero. Os homens são “socializados para a misoginia, para o sexismo e a homofobia, não apenas desprezam os que consideram inferiores e desvirilizados, como coletivamente acionam condutas francamente violentas” (SMIGAY, 2002, p. 36). Não somente mulheres, crianças e adolescentes, mas também pessoas idosas e outros homens que recusam a masculinidade dominante sofrem os efeitos negativos dessa divergência⁴³.

A violência de gênero é efeito do sistema de gênero, sendo

42 Palavra empregada na definição de Julia Kristeva, citada em Figari (2009). Ressalte-se que há outras metáforas associadas à ideia de abjeção, que não a limitam às mencionadas no texto (como o temor à natureza, o horror, a reverência ao divino e a condição de não ser).

43 Não ignoro que as feministas e outros filósofos e filósofas passaram a tratar o gênero de modo relacional, remarcando que as relações sociais de gênero caracterizam relações de poder e estão sempre em tensão, apresentando contradições e ambiguidades várias – a mulher pode estar em cumplicidade com ou produzir a violência de gênero, bem como o homem pode recusar a violência que o sistema espera dele.

[...] um ato social derivado da hierarquização naturalizada das relações de gênero e de sexo, reforçando a supervalorização de atributos socialmente considerados masculinos em detrimento das características atribuídas ao feminino (BUSIN, 2015, p. 80-81).

A violência de gênero nasce primeiramente em um nível simbólico, configurando “roteiros intrapsíquicos e interpessoais” que, ao hierarquizar, naturalizar e enrijecer condutas e identidades sexuais e de gênero, impedem que as diferenças “se expressem como diversidade” (BUSIN, 2015, p. 256).

Assim, as pessoas transgêneras são desqualificadas e violadas por uma atribuição de gênero biologizante, com a qual não se identificam. A partir do simbólico, a violência física passa a ser também a expressão material da violência de gênero, que pretende a violação da integridade física ou a supressão da vida, acompanhada da infligência de dor e sofrimento. O conceito de violência transfóbica pode ser lido no conceito mais amplo em que se insere, a violência de gênero, acrescentando-se a especificidade das vítimas (pessoas transgêneras) e os modos frequentemente cruéis pelos quais se manifesta.

Esse tipo de violência surge como um desequilíbrio entre o sentimento de humanidade e o de abjeção; neste contexto, “a consideração da animalidade anula o caráter humano e habilita para todo ato não só de agressão e violência, mas também de extermínio. Um animal é caçado como se pode caçar uma travesti” (FIGARI, 2009, p. 135, tradução minha). A violência transfóbica, em especial aquela que descamba em agressões físicas, parece ter um agravante em relação à violência de gênero como um conjunto, que é o sentimento de abjeção.

Na lição de Butler (2011), o “rosto”, conceito de Emmanuel Levinas, é uma representação ambivalente e catacrética da nossa humanidade (precariedade da vida) e, simultaneamente, um impulso à morte (desejo de matar) e outro à vida (mandamento de preservação). O rosto pode ser mobilizado em processos discursivos para a representação ou autorrepresentação. Como efeito, pode ocorrer a humanização ou a desumanização: “[...] [A]queles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos” (BUTLER, 2011, p. 24).

Esse fenômeno é notável a partir do aparente paradoxo de superexposição e invisibilidade da violência contra travestis, estudada por Busin (2015), principalmente a partir de suas narrativas, e essas conclusões podem ser ampliadas para as pessoas trans em

geral. Nos discursos e nas relações sociais hierarquizadas da ordem de gênero, as travestis são representadas no masculino e, frequentemente, em situações degradantes ou violentas. O rosto não se autorrepresenta, contudo é (mal) representado e, então, desumanizado. Não há identificação do eu com o rosto representado: “uma realização da desumanização e uma condição para a violência” (BUTLER, 2011, p. 27), dada a sua identidade subalternizada, cujos corpos são ininteligíveis, ilegítimos e estigmatizados. Na escola, na mídia de massa, nos jornais, nas comunidades religiosas tradicionais de cunho cristão, nas ruas, reflete-se e multiplica-se esse processo de sub-representação e invisibilização da violência que as acompanham. O paradoxo se dissolve na realidade da constante vulnerabilidade social que marca as pessoas trans.

Para Berenice Bento⁴⁴, devemos trabalhar com o conceito de transfeminicídio⁴⁵: “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”. Para caracterizar o transfeminicídio, a autora percebeu alguns elementos: violência motivada pelo gênero e não pela orientação sexual da vítima; crimes em geral localizados nos espaços públicos, onde não ocorre a aceitação social da identidade de gênero, mas sim a deslegitimação da mesma; reconhece-se que as violências começam em espaços privados/domésticos, como a família; as mortes são ritualizadas, com o desferimento de múltiplos tiros, pedradas, facadas, etc. (espetacularização exemplar); as mortes contam com a conivência do Estado em não as apurar e não punir os assassinos; as famílias de pessoas trans não se enlutam nem reclamam seus corpos; a identidade de gênero é desrespeitada mesmo após a morte, com uma marcação linguística violenta nos diversos discursos (processos judiciais quando há, notícias, etc.).

A vulnerabilidade social e as altas taxas de violência fatal contra pessoas trans, que “ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos” (JESUS, 2014b, p. 105), caracterizam a situação de extrema exclusão da comunidade e da cidadania. A autora a identifica como genocídio, em razão da “expressividade numérica”, do “enquadramento como crime de ódio, dada sua natureza de cunho discriminatório” e da “identificação com a maioria dos atos⁴⁶ relacionados a genocídios” (JESUS, 2014b, p. 118). Por outro lado, da

44 Apesar de referido como artigo, o texto da autora, cujo título é “Brasil: o país do transfeminicídio”, não consta da base de publicações do CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, constando apenas de uma notícia destacada no site da organização, publicada em 04/06/2014. Arquivo em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>, acesso em 01/06/2017; notícia: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>>, acesso na mesma data.

45 Ela aparenta aplicar o conceito de transfeminicídio também para homens trans, ao referir-se genericamente à “população trans”.

46 A autora utiliza a tipificação de genocídio das Nações Unidas, que corresponde, no Brasil, à da lei federal 2889, de 01.10.1956: “a) assassinatos de membros do grupo; b) atentado grave à integridade física e mental dos

mesma forma que Busin (2015), ela reconhece que “não há informação oficial de como órgãos públicos brasileiros têm-se articulado para pensar e auxiliá-las (...)” (JESUS, 2014b, p. 114). Enquanto não for reconhecida a identidade de gênero das pessoas trans, no Brasil, dificilmente haverá uma coleta eficiente de dados oficiais sobre a violência que elas sofrem em nível nacional. É nesse sentido que andam as nossas pesquisas que tentam dar eco às narrativas de pessoas trans, visibilizando o que elas próprias têm a dizer, apesar da existência de dados tão esparsos e tão dependentes de ativistas do movimento social LGBT.

O genocídio de pessoas trans pode ser entendido como a supressão e apagamento de identidades ininteligíveis e ilegítimas na ordem de gênero, sob forma de processos socialmente tolerados. O genocídio de grupos minorizados, como índios, negros, mulheres ou pessoas gênero-divergentes, banaliza a morte e as agressões que as acompanham, condição para que essa violência se sistematize e se invisibilize. É necessário, contudo, entender que os diversos tipos de violências se apresentam ou se omitem em diferentes regimes de visibilidade.

Um dos regimes de visibilidade, aquele objetivando desumanizar as pessoas trans, apenas apresentam o corpo trans brutalizado pela violência, também superexposto, de maneira espetacularizada, conforme vemos em canais de mídia de grande porte. Frequentemente, culpabilizam-se as vítimas pelos eventos ocorridos. A transgressão da norma de gênero é apresentada como uma falha individual e que pode ser punida em razão de seu caráter desviante (tachado de loucura, doença, perversão, maldade, capricho, pecado, etc.) através da violência e, nesse sentido, esta é visibilizada. Nesse regime, as discriminações e exclusão social que acompanham a estigmatização da vivência trans (como a expulsão do seio familiar ou do ambiente escolar, a negação do nome social, os xingamentos e ridicularização da imagem da pessoa trans em locais públicos como a rua) são também caracterizadas como violência, porém invisibilizadas (e naturalizadas) para o funcionamento da norma de gênero no nível da transfobia.

Contudo, de modo mais amplo como movimento social LGBT e modo mais local, como redes de amizades, companheirismo, familiaridade, reciprocidade, as pessoas trans se organizam, se apoiam, tecem redes políticas mais ou menos formais, também com aliados, para resistir à violência e às diversas formas de opressão. A resistência pode se apresentar em diversos formatos, como grupos de estudos sobre conhecimento e episteme trans, grupos

membros do grupo; c) c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo (...)” (JESUS, 2014b:117-118).’

de acolhimento de pessoas trans vitimizadas pela violência ou expulsas de seus lares, grupos de diálogo em redes virtuais, organizações não governamentais, encontros e passeatas de rua, mobilização para a candidatura de pessoas trans nas eleições, mobilização de grupos LGBT em contenciosos judiciais, etc. Essas relações de acolhimento e respeito à vivência trans se dão sobretudo a partir da empatia e da solidariedade de pessoas trans que vivenciam a transgeneridade ou cis-aliados que compreendem a diferença e a respeitam. A empatia e a solidariedade dependem de entender que a vivência trans é uma vivência humana como qualquer outra, e que pessoas trans têm desejos, trajetórias de vida e felicidades próprias.

3.2 HOMOFOBIA VS. TRANSFOBIA

Para Daniel Borrillo (2015, p. 30), “a homofobia é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e a sexualidade”. A homofobia é consequência da hierarquia existente entre sexualidades; mais exatamente, é uma interpretação da diferença entre a sexualidade prestigiada e a sexualidade estigmatizada, abrindo margem, digo, para o estabelecimento de desigualdades (Ibidem).

O autor reconhece a origem da homofobia no sistema heterossexista, que se fundamenta na hierarquia do masculino sobre o feminino e a atribuição da masculinidade ou feminilidade a cada pessoa a partir de critérios biológicos: “o heterossexismo é para a homofobia o que o sexismo é para a misoginia” (BORRILLO, 2015, p. 34). Para o autor, a diferença entre masculino e feminino, aparecendo frequentemente, digo, em escritos feministas como *diferença sexual*, é central para nossa ordem sexual, implicando a conservação da heterossexualidade e da diferença entre esta e a homossexualidade. A homofobia tem relações importantes com a masculinidade tida como “normal” de um homem (Ibidem). A construção da masculinidade envolveria a rejeição da feminilidade. A falta de virilidade corresponderia à feminilidade. A passividade corresponderia à feminilidade e a atividade, à virilidade. Sexismo e homofobia são, portanto, interligadas, de acordo com Borrillo.

Segundo ele, a homofobia surge como um conjunto de emoções, práticas, instituições e ideologia, esta última tanto sistemática quanto normativa, que promove e prestigia a heterossexualidade e a monogamia e que engendra mecanismos de

diferenciação, cura, segregação e extermínio dos homossexuais. O autor identifica um mecanismo de subjetivação, dentro desse aparato ideológico, que convence discursivamente os homossexuais e alvos da homofobia a integrarem o sistema pela assunção de que a diferença seria essencial ou natural, ou seja, um estigma ou um marcador como uma sua identidade, provocando sua conformação ao heterossexismo.

A homossexualidade já foi nomeada como selvageria, imoralidade, doença, loucura, perversão, degenerescência. A ideia da homossexualidade como uma prática errada e, portanto, passível de algum tipo de controle ganhou sua maior força e institucionalidade na passagem da noção de que ela seria um *vício da natureza enquanto ordem moral* para a noção em que ela seria uma *sexualidade anormal e desviada, sob uma perspectiva científica*. A busca das causas da homossexualidade, nesse contexto, torna-se uma expressão explícita de homofobia porque é pressuposta uma sexualidade íntegra, normal, correta (BORRILLO, 2015).

No percurso do conceito de homofobia, sua formulação inicial dava conta do fenômeno na instância individual e psicológica, originando o sentido mais popular do conceito: o medo, ódio, aversão aos homossexuais (Ibidem). As abordagens da psicologia localizam a homofobia na personalidade e explicam o comportamento homofóbico como “mecanismo de defesa”, “distúrbio de personalidade”, “relação problemática com a própria sexualidade” (BORRILLO, 2015, p. 99). O autor assume que a origem da homofobia é estrutural em relação à ordem sexual para dizer que essa interpretação é muito restritiva por aproximar a homofobia de um terror ou ódio irracionais, patológicos e, desse modo, obstruir a análise da violência homofóbica e de seu funcionamento institucional e ideológico.

Em minha opinião, o conceito de homofobia assim como estudado por Daniel Borrillo, é produtivo no sentido de que ele se afasta cada vez mais da leitura individualizante (que isola o homofóbico de uma relação social, ou da sociedade/cultura homofóbica) e parte para leituras mais sociológicas, antropológicas e históricas. O autor tem a virtude de ligá-lo diretamente ao sistema de gênero, nomeado por ele como “ordem sexual”. A interpretação ampliada da homofobia relata o funcionamento do sistema de gênero.

O conceito de homofobia às vezes é tomado como o conceito guarda-chuva para as violências contra pessoas LGBT em geral, inclusive com a justificativa de fluência de texto ou “economia de linguagem” (BORRILLO, 2015, p. 23). Para mim, ele serve para o

marcador de orientação homossexual, mas não para outras orientações sexuais ou para identidade/expressão de gênero. Nesse contexto, como guarda-chuva, poderia ser usado para a referência à violência contra lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans, assexuais e intersexuais e *queer*, um grupo de pessoas altamente heterogêneo. Nesse movimento, ficam mais distantes os conceitos específicos, como a transfobia, lesbofobia ou bifobia.

Como muitos outros, Borrillo igualmente identifica no sistema de gênero ou “ordem sexual” a origem da homofobia, sem mencionar a importância do marcador da diferença, a prática ou identidade divergente da norma, localizado no *corpo transviado*, e o que significa a transgressão da norma, no caso da homofobia, a prática homossexual como transgressão da heterossexualidade obrigatória

Desde que iniciei leituras sistemáticas sobre o movimento social de LGBT, os modos de existência de LGBT e violência contra LGBT (sendo que esses dois primeiros temas aparecem como necessários porém subsidiários ao objeto de pesquisa, que é o terceiro), venho notando que o tratamento teórico na análise da violência contra LGBT nos traz uma questão cada vez mais sensível: a preponderância do uso do conceito de homofobia para referência a violências muito diversas que acometem pessoas LGBT.

O conceito de transfobia tem sido mais largamente utilizado dentro do movimento social e somente graças a uma reorganização do movimento social LGBT, através das redes comunicacionais eletrônicas e digitais (como a internet), conforme debatemos no capítulo precedente, a partir da década de 2010, em que o uso de “transgênero/a” e “transfobia” se torna cada vez mais disseminado. O uso de homofobia como termo guarda-chuva é bastante usual, entrando assim em contradição com o novo termo para nomear a violência específica contra pessoas trans: transfobia.

Em sua dissertação, Carvalho (2011) discute a contraposição entre os conceitos de homofobia e transfobia, articulando vozes do campo realizado e de ativistas do movimento social. Uma das principais bandeiras de luta do movimento social LGBT envolve o reconhecimento legal da diversidade sexual e de gênero, integrando os sujeitos políticos como cidadãos. Frequentemente, associam-se a discriminação e o preconceito contra LGBT a algum tipo de violência e esta à criminalidade – consequentemente, tornou-se uma espécie de senso comum entre ativistas advogar pela criminalização de atos violentos contra LGBT, reduzidos à figura da homofobia. Carvalho (2011) menciona o apoio de

entrevistadas ao projeto de lei da câmara dos deputados (PLC) número 122 de 2006⁴⁷, que pretende a criminalização da homofobia.

É notório que esse projeto de lei tenha surgido antes de um projeto como o PLC número 5002 de 2013, que trata do direito à identidade de gênero: primeiro, porque a homofobia tem prevalência no movimento social e no senso comum, como conceito de violência; segundo, porque a violência está associada aos crimes que atacam e destroem o corpo de pessoas LGBT, e não outras violências mais sutis, de ordem discursiva ou que obstruem diretamente a realização de direitos. O projeto de criminalização da homofobia, portanto, tem maior prevalência, visibilidade e antiguidade dentro do próprio movimento social. O surgimento de uma nova pauta LGBT, como o projeto de lei de identidade de gênero, pode estar produzindo tensões comparáveis àquelas que são sensíveis quando visualizamos as contradições entre os conceitos de homofobia e transfobia.

Essas contradições são faces daquela entre homofobia e transfobia, como conceitos. Para uma interpretação, a homofobia é guarda-chuva para as violências contra pessoas LGBT, incluída a transfobia; em outra, a homofobia e a transfobia não se relacionam por serem conceitos um específico em relação ao outro (CARVALHO, 2011). Algumas ativistas e pessoas trans dizem que a lei contra a homofobia poderá punir atos de violência contra travestis, que seriam homossexuais; outras dizem que há pessoas que discriminam travestis e transexuais, mas não discriminam homossexuais; outras ativistas ressaltavam a “visibilidade do estigma como principal divisor de águas entre a ‘homofobia’ e a ‘transfobia’” e que os crimes transfóbicos são muito mais “cruéis” e “hediondos” (CARVALHO, 2011, p. 129).

Segundo minha argumentação no capítulo 2, o surgimento, adoção e a frequência do uso do conceito de “transfobia”, primeiramente dentro do movimento social e/ou entre pessoas trans ativistas acadêmicas (respaldado também nas elaborações teóricas do conceito de “transgeneridade”), tem um contexto histórico longo e mais amplo, que remete à história do próprio movimento LGBT. No Brasil, a fragmentação do movimento homossexual, a partir da redemocratização, deu lugar a uma posterior especificação em movimentos mais autônomos (primeiramente o movimento de travestis, conforme já longamente discuti no capítulo 02). A consolidação do movimento trans envolveu alguma intervenção a partir de ordens discursivas, a exemplo das mídias sociais (eletrônicas e virtuais) ou a academia, com a finalidade de alterar os regimes de visibilidades para o combate dos estigmas e processos

47 A tramitação do projeto associado, o PLC n. 5003, sobre atos de discriminação em razão da orientação sexual é de 2001, ainda mais antigo.

violentos, afetando as pessoas trans. É nesse contexto que faz sentido a concepção e o uso de conceitos específicos representando a realidade de vida das pessoas trans (como os processos de transição, alteração e autopercepção do corpo trans, associados/relativos ao conceito de “transgeneridade” e as violências específicas contra elas, como a imposição do gênero ou o desrespeito do nome, “transfobia”).

A teoria não se divorcia da prática e, nessa contradição entre conceitos, podemos ver a tensão dentro do próprio movimento LGBT. Há setores do próprio movimento que não aceitam a adoção de conceitos específicos como a transfobia, pela razão de que teria um “grande potencial desaglutinador” (CARVALHO, 2011).

3.3 TRANSFOBIA

Em uma antologia (*“Transgender Studies Reader”*) em dois volumes (de 2007 e 2013), atestando a vivacidade e explosividade dos estudos transgêneros em países de língua inglesa, eu pude notar (e relato logo mais) que o conceito de transfobia (*“transphobia”*), ao contrário de transgênero (*“transgender”*, com incontáveis remissões por inúmeros capítulos, porquanto fundamental) ou cisgênero (*“cisgender”*, que é o objeto de um capítulo inteiro do segundo volume), ganhou vários comentários esparsos, porém não tão diretos e extensos quantos os dois primeiros conceitos. Entretanto, o uso reiterado de transfobia (*“transphobia”*) me fez entender que seu conteúdo é relativamente consensual.

Segundo Kate Bornstein (2006), transfobia é uma palavra em voga entre transexuais, significando, entre muitas coisas, o medo de cruzar [a barreira de gênero], o medo de transgredir, ou o medo ou ódio contra quaisquer pessoas moradoras das fronteiras do gênero. Transfobia pode significar uma causa definida de violência ou uma motivação para a violência (LAMBLE, 2013). Não somente para sugerir o medo às pessoas trans, transfobia também se refere aos comportamentos negativos (ódio, repulsa, raiva ou indignação) contra pessoas trans em razão de sua transgeneridade; tais comportamentos vão abrangendo desde insultos verbais a agressões físicas e assassinatos (BETTCHER, 2013). A autora, no contexto de seu trabalho, afirma que exposição genital como forma de verificação de gênero é uma forma de violência transfóbica (Ibidem).

Citando Jay Prosser, na abertura de seu capítulo, Cressida Heyes (2013) aduz que transfobia pode significar literalmente o medo ao indivíduo em transição; a estigmatização de

transexuais como não sendo homens ou mulheres reais. Sob essa ideia, ela adiante tece comentários contundentes às elaborações teóricas de determinadas feministas que se autodenominam como radicais (a que me referi brevemente no capítulo 01) que não somente são hostis às pessoas trans, à transgeneridade, mas fazem da desidentificação, objetificação, negação da agência e patologização um ponto de vista “crítico” (2013).

Considero o conceito de transfobia adequado para a análise da violência contra pessoas trans, para efeito da pesquisa. Eu reconheço, por um lado, que o conceito de transfobia não é indispensável para o tratamento teórico, tampouco é uma categoria analítica ou de conhecimento imprescindível para analisar as violências específicas contra pessoas trans. Por outro lado, reconheço também que o conceito tem uma densidade interessante para esses objetivos, considerando-se que normalmente ele se refere a um conjunto heterogêneo de violências contra pessoas trans, como a violência moral, sexual, física, discursiva, simbólica, etc. O conceito de transfobia também se refere a violências muito específicas que atingem pessoas trans, como a exposição genital para verificação do gênero, uma violência correlata à generalização (imposição forçada do gênero) e o desrespeito ao nome social, escolhido pela pessoa trans. Assim como homofobia, o conceito de transfobia remete a processos violentos em níveis massificados ou coletivos, não apenas reportando-se a comportamentos individuais ou à literalidade do sufixo “fobia”, e também remete a modos específicos de fazer e pensar ciência, a exemplo do feminismo que se autodenomina radical transfóbico, epítome da transfobia epistêmica.

A transfobia é uma sanção normalizadora à transição de gênero e à violação das normas de gênero que se inscrevem no corpo. A violência transfóbica atua em um nível discursivo, por discriminações sutis, de modo que a rejeição à transgeneridade circula nos discursos, entre as pessoas antes mesmo que elas iniciem suas transições e entendam-se pessoas trans. Igualmente, a transfobia participa do grupo de violências de gênero, com sua especificidade característica, alcançando gravíssimas agressões físicas e assassinatos. Socialmente generalizada e acompanhada de crimes de ódio, a transfobia é um componente do genocídio trans no Brasil.

Tanto a homofobia quanto a transfobia têm uma raiz comum – o sistema de gênero – e cada uma delas toma certas especificidades. Nele, qualquer rompimento da continuidade e da coerência do sexo, corpo, eu e desejo sujeita a pessoa transgressora a variadas formas de violência. A divergência da norma da heterossexualidade sujeita a pessoa à homofobia, bem como a divergência da norma de gênero sujeita a pessoa à transfobia. Frequentemente a

homofobia e a transfobia são definidas como associadas ao medo e ao ódio ao diferente (SMIGAY, 2002; MOTT e CERQUEIRA, 2003; JESUS, 2014b).

Em razão do compartilhamento da vivência da transgeneridade entre todas as pessoas trans de qualquer gênero, agrupo no conceito de transfobia todas as formas de violência contra pessoas trans, aí incluídas mulheres transexuais, travestis, pessoas andróginas, pessoas não binárias, homens trans, etc. A partir dos conceitos que desenvolvi no trabalho, apresento o seguinte fluxograma para apresentar a relação entre a transgeneridade e a transfobia. O fluxograma não indica causalidade nem uma sucessão, nem relação necessária, mas um desdobramento do conceito como um fenômeno ou fato:

TRANSGENERIDADE

↓

ESTIGMATIZAÇÃO

↓

ABJEÇÃO

↓

TRANSFOBIA

Não coincidentemente, aos privilégios conferidos às pessoas que se comportam conforme o regime cis correspondem aos tipos de violências que atingem pessoas trans (LANZ, 2015⁴⁸): generalização (imposição forçada do gênero), leitura equivocada do gênero, reenvio forçado aos símbolos da cisgeneridade⁴⁹, exclusão social nas instâncias privilegiadas de sociabilidade e socialização (família, escola, centro espiritual, trabalho, rua, órgãos públicos etc.), recusa do reconhecimento da identidade trans reivindicada, com as consequências legais negativas, interdição ao uso normal de ambientes (rua, banheiros, órgãos públicos, praia, cinema, clube, delegacias, hospitais, etc.), patologização, medicalização, genitalização da identidade, perturbação psicológica, assédio, violência discursiva no uso do nome, eliminação física através da morte, redução da expectativa e qualidade de vida, etc. A cisgeneridade também pode ser entendida como um modo de conhecer o mundo, porque permite e incentiva a ignorância cis de todas as violências que as pessoas trans sofrem para que se sustente assim um regime de corporalidade forçado.

48 São 35 privilégios da cisgeneridade os listados por Letícia Lanz em seu livro.

49 Nas biografias de João W. Nery e Roberta Close, tanto ele quanto ela narram episódios de reenvio forçado à cisgeneridade, em suas vidas em que sentiram necessidade de construir o volume do pênis com meias (NERY, 2011) e de marcar uma menstruação com miúdos de galinha (RITO; CLOSE, 1998).

Para o conceito de transfobia não importa a orientação sexual; não se trata da manifestação do desejo erótico ou do afeto que violem a heterossexualidade compulsória⁵⁰. Da mesma forma, para sofrer a violência transfóbica, adianta que não é necessário que alguém se identifique como pessoa trans. Sabemos que o agressor não pergunta se a pessoa trans reivindica alguma identidade de mulher transexual, travesti, pessoa não binária, *queer* ou homem trans (ou não é pessoa trans), ele apenas a ataca.

Agora quero argumentar mais sobre a necessidade de haver identidade trans para a vitimização por transfobia, usando o fluxograma que apresentei. Em sua teoria, Erving Goffman (1988) explica que pessoas “normais” analisam pessoas estigmatizadas ou “estranhos”, no contato face-a-face, coletando uma série de informações, “primeiros aspectos”, para formar a imagem da identidade social da pessoa. Alguém que lê uma pessoa quando pela primeira vez a conhece em carne e osso, analisa o seu corpo e analisa sua expressão de gênero, e faz alguma imaginação sobre ela, usando os estereótipos disponíveis, que são os parâmetros de masculinidade e feminilidade. O conjunto das *supostas* qualidades e atributos de alguém é chamada *identidade social virtual*; quando esse alguém “prova possuir”, nas palavras de Goffman, todas essas qualidades e atributos, ela tem uma *identidade social real*.

Amara Moira Rodovalho (2017) aponta uma problematização para a ideia de autoidentificação: ela “segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser” (RODOVALHO, 2017, p. 368), ou seja, para desnaturalizar o gênero e para visibilizar a transgeneridade. A autora afirma que “na maioria das interações sociais não haverá tempo hábil para você dizer o que é, seu corpo tendo que se fazer capaz de transmitir a mensagem da forma mais inequívoca possível” (RODOVALHO, 2017, p. 368), e é aí que surge a busca da pessoa trans em parecer cis (passabilidade) e diminuir todos os constrangimentos, preconceitos e violências que ela sofreria caso se apresentasse simplesmente como é, trans.

O problema é que apresentar-se e autoidentificar-se como qualquer coisa não é um ato unilateral (Ibidem). No processo de leitura há um emissor e os destinatários da mensagem. O processo de *ler o gênero de alguém* envolve o acesso menor ou maior aos repertórios culturais do que seja o gênero, do que sejam a masculinidade ou a feminilidade e de quais fronteiras podem existir entre uma e outra.

50 Isso não elimina ou perturba as imbricações que a transfobia tem com outros tipos de violências derivadas das normas de gênero, como a lesbofobia, a bifobia, a homofobia ou a misoginia.

O ‘parecer mulher’ é fundamento do ‘ser mulher’: a trans que seja lida como cis estará ao abrigo da *transfobia* nas situações em que esta leitura não for posta em dúvida, ao passo que a cis lida como trans sofrerá transfobia ainda que não se entenda, não se identifique como trans (RODOVALHO, 2017, p. 369, grifo meu).

Concordo com Amara Moira e tomo essa afirmação da autora e suas consequências para pensar a violência contra pessoas trans e o conceito de transfobia.

O homem cis afeminado e a mulher cis masculinizada, qualquer que seja sua orientação sexual, podem sofrer transfobia, porque *representam mal* a cisgeneridade. A transformista, a drag queen, o drag king e outras artistas que fazem montagem rompem ocasionalmente o gênero e perturbam a leitura linear do corpo e podem estar sujeitas à transfobia. Para mim, parece não ser necessário reivindicar-se pessoa trans ou, para usar Goffman, ter uma identidade social real trans, para sofrer transfobia. Talvez seja bastante apenas a aparência trans, ou seja, uma identidade social virtual trans, como veremos no caso seguinte. Para sofrer a sanção no sistema de gênero/sexualidade, ao transgressor basta apenas transgredir a regra, qualquer que seja sua identidade.

Transpor o limite da cisgeneridade é também transpor o limite do gênero. A transfobia então pune as pessoas cis que violam a norma da cisgeneridade. Reconheço que essa é uma defesa arriscada de um conceito amplo de transfobia.

Conhecemos o caso⁵¹ de Luiz Carlos Ruas, homem cis, vendedor ambulante, que, ao defender uma travesti e um gay de um ataque de dois homens cis, no dia 25/12/2016, no Metrô de São Paulo/SP, foi assassinado covardemente em razão de tê-las defendido. Em relação à travesti, por defendê-la, Ruas morreu pela transfobia⁵². No caso de Luiz Carlos Ruas, que morreu ao defender uma pessoa trans, vejo que a violência é reservada a todas as pessoas cis que recusam reiterar o poder da cisgeneridade. A depreciação do estigma foi quebrada pela empatia⁵³ e voltou-se contra quem defendeu a travesti, e o contaminou, permitindo que uma pessoa cis fosse punida com transfobia, com a morte. Eu também posso apontar outros casos de violência, como já mencionei, não muito explícitos: como exemplo, as pessoas trans que permanecem armarizadas, fingindo uma cisgeneridade que

51 <<http://www.nlucon.com/2016/12/vendedor-ambulante-tenta-salvar.html>>, acesso em 01/06/2017.

52 Também lembro do caso de agressão contra um pai e um filho, que trocavam abraços em público em uma exposição em São João da Boa Vista/SP, em 15/07/2011. O caso por sua vez era de homofobia, e os agredidos eram dois homens heterossexuais. Notícia em <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/homofobia-a-agressao-a-pai-e-filho>>, datada de 19/07/2011, acesso em 01/06/2017.

53 Compreensão benévola da diferença e da multiplicidade humana, rompendo o ciclo de abjeção.

não querem ter, graças à coação de discursos e símbolos transfóbicos que circulam livremente entre nós.

Portanto, em síntese, há pelo menos dois casos de transfobia que podem atingir pessoas não trans: (1) a má representação da cisgeneridade e (2) a recusa do poder e da violência decorrentes da cisgeneridade.

3.4 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS PRODUZIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antes de dar início à abordagem direta do corpus, penso ser necessário fazer alguns apontamentos quanto aos procedimentos de pesquisa. Primeiramente, a adoção da análise de discurso como forma privilegiada de leituras dos relatórios guarda afinidade com meus principais referenciais teóricos no pós-estruturalismo, já discutidos nos capítulos precedentes. Para a análise do discurso, a linguagem não é neutra, nem se trata de um mero mecanismo de descrição ou representação da nossa realidade. Pelo contrário, o discurso e a linguagem tem uma importância capital nos processos sociais, no sentido de que eles transformam o real e participam diretamente da produção do real e do que se chame eventualmente verdade (GILL, 2015). O conhecimento deve ser analisado com criticidade, levando-se em consideração que a produção, reprodução e interpretação dele são realizadas dentro de determinadas contingências sociais e históricas e dentro dos processos sociais em que nos constituímos; discursos se dirigem às práticas e as práticas, aos discursos; o discurso em si pode ser analisado como uma forma de ação, sendo a linguagem construtiva e construída (Ibidem). A análise do discurso também tem o cuidado com aquilo que é óbvio e aquilo que é ausente.

Entre os critérios elegidos para a leitura dos relatórios de violência do movimento trans nacional, aponto os seguintes:

Nome da organização do movimento trans com período de existência (fundação mesmo que informal até extinção)? Quem compõe a diretoria ou dirige a organização? A pessoa diretora é pessoa trans? A organização se identifica como entidade que atua nos interesses da causa trans ou, mais amplamente, LGBT? Qual a sua área de atuação?

A organização tem como uma de suas finalidades institucionais produzir esse tipo de dado? Como ocorre a coleta de dados para a produção dos relatórios? Quais são as fontes privilegiadas para a coleta de dados (primárias, secundárias, etc.)?

Conceitualmente, o relatório mobiliza algum tipo de noção sobre violência? Mobiliza algum conceito de violência de gênero ou de violência contra LGBT? Mobiliza o conceito de violência transfóbica? Quais são os sentidos atribuídos a esse conceito ou noção?

Qual é o público-alvo do relatório? Em quais meios a publicação se faz presente? Qual seu formato? Quais são as facilidades e dificuldades quanto à acessibilidade da publicação? O relatório se reporta a alguma metodologia específica?

Meu corpus está constituído de todo o tipo de publicação em quaisquer meios de comunicação, cujo objeto seja a documentação da violência específica contra pessoas trans, em especial se nomeada através do conceito de “transfobia”, e cuja autoria seja necessariamente uma organização ou entidade do movimento trans, de âmbito ou projeção nacional, no Brasil contemporâneo (a partir dos anos de 2010).

O corpus da pesquisa ficou definido como as publicações em meio eletrônico⁵⁴ dos documentos com análise de violência contra pessoas trans das seguintes organizações: Rede Trans, ANTRA e Instituto Brasileiro Trans de Educação. Em virtude de se tratar de material conjugando elementos visuais extratextuais e texto, além de, em alguns casos, mapas, recorrerei a descrições visuais dos sítios eletrônicos (“mapa do site”) e o mecanismo de printagem⁵⁵.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)⁵⁶, conforme já vimos no capítulo anterior, é a maior e mais antiga organização do movimento trans brasileiro, articulando 127 entidades em defesa da população trans, fundada no ano de 2000 na cidade de Porto Alegre durante um dos encontros do ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na luta contra AIDS), a partir da mudança do nome da RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados). A ideia era que a organização que até então atuava com esse nome passasse a representar as novas identidades e organizações. Disputas quanto ao lugar e o significado de “transgênero” terminaram por excluir essa categoria do nome da organização, que ganhou personalidade jurídica em 2002 com o nome atual.

54 As publicações em meio eletrônico, e tenho para mim que este é o caso da minha dissertação, estão na contemporaneidade não apenas coexistindo com as publicações impressas em papel, mas substituindo-as largamente, em razão de sua economicidade e acessibilidade.

55 A printagem é um recurso próprio de computadores (notebooks, laptops, desktops, etc.) e microcomputadores (smartphones, netbooks, tablets, etc.) consistente na captura de instantâneo da tela exibida no aparelho no momento do uso, teclando Print-Screen ou PrntScr. Através da printagem, pretendo recolher imagens de locais específicos dos sites acessados para apenas facilitar a visualidade durante minha argumentação, sem prejuízo das remissões propriamente ditas. O recurso ou as imagens dele decorrentes não fazem parte dos objetivos do trabalho, tratando-se somente de um facilitador.

56 Todas as informações sobre a organização foram retiradas de seu sítio eletrônico, acessos em 07/07/18, 17/07/18: <<https://antrabrasil.org/sobre/>>; <<https://antrabrasil.org/historia/>>.

A ANTRA tem por objetivo o empoderamento de travestis e transexuais em todos os cantos do país, representando-as/os e promovendo sua cidadania plena e a isonomia de direitos. Entre suas linhas de atuação, estão a atuação para uma visibilidade positiva de travestis e transexuais, a atuação interdisciplinar (em especial na área de saúde e prevenção ao HIV/AIDS e melhora da qualidade de vida daquelas pessoas que vivem e convivem com a AIDS) e a promoção da educação sobre identidade de gênero e orientação sexual na mídia.

Sua página eletrônica contém inúmeras informações sobre a organização, abrangendo abas de dados sobre a história da entidade e suas relações com outras do movimento trans, de suas linhas de atuação, de objetivos e sua missão institucional (acima indicados), os conceitos adotados pela organização enquanto movimento social (definições de “travesti”, “transexual”, “identidade de gênero” e “orientação sexual”), de contato, de convite à filiação e de mapeamentos de candidaturas de “Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans” nas eleições do ano de 2018.

Figura 1 – Apresentação da página web da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)



Fonte: site da ANTRA⁵⁷

Ainda, uma aba veicula diversas notícias (todas datadas desse ano de 2018) sobre parcerias da ANTRA com outras entidades; ações para o dia da visibilidade trans; conquistas para o movimento trans (como o empossamento de pessoas trans em cargos políticos); informações sobre Paradas LGBT; editais de convocação para construção de um seminário (a respeito de assassinatos da população LGBT); denúncias de assassinatos de pessoas trans e

⁵⁷ Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

peças LGBT; notas sobre suicídios de pessoas trans; notas públicas diversas (repúdio à situação política do país; moção pela regulamentação da decisão do STF sobre retificação de nome/gênero de pessoas trans — já obtida em junho de 2018; repúdio por declarações transfóbicas de gestores políticos, apoio a militantes trans); chamadas para publicações voltadas para acadêmicas/os trans; nota sobre a entrega do “Relatório do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras” à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), produzido em 2017 pela organização em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (ao qual logo me reportarei), nota sobre as provocações ao IBGE sobre acréscimos de questões sobre identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento de 2020, entre outras.

O site apresenta uma aba de campanhas dirigidas pela ANTRA, entre as quais estão aquelas sobre o status do Brasil enquanto país que mais mata travestis e transexuais no mundo (com os dados de que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil e de que 45% das mortes de LGBT é de pessoas trans), exploração sexual, cerceamento da liberdade de expressão em redes sociais como o Facebook, direito ao nome social, acesso à proteção da lei do feminicídio, dia 8 de março como dia internacional de todas as mulheres, despatologização das identidades trans.

Figura 2 – Campanhas da ANTRA

CAMPANHAS



Fonte: site da ANTRA

A aba “Mapa de Assassinato” é uma ferramenta nova de geolocalização de homicídios contra pessoas trans, alimentados em um mapa arquivado e salvo nos servidores da empresa Google (serviço Google My Maps), a partir de notícias da mídia (ou seja, dados hemerográficos) compilados a partir de envios/coletas remotas. O acesso aos mapas é público e via internet⁵⁸. Os assassinatos são distribuídos nos locais onde os crimes ocorreram e cada

58 Links acessíveis aos mapas: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=-13.072303542292536%2C-42.23556529999996&z=5&mid=1yMKNg31SYJDAS0N-ZwH1jJ0apFQ>, mapa de 2017>; <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvhh30TAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-12.817286845466187%2C-47.43337159999999&z=5>>, mapa de 2018.

um deles recebe um número, lincado⁵⁹ com a notícia originária. Os números produzidos foram a base para a confecção já de dois Mapas de Assassinatos, de autoria da ANTRA em colaboração com o IBTE (destacam-se Bruna Benevides, secretária de articulação política da ANTRA, Keila Simpson, presidenta da ANTRA e Sayonara Nogueira, do IBTE - Observatório Trans). Existe um link direto do site da ANTRA para o site do IBTE, na aba de Observatório de assassinatos, revelando a importância do compartilhamento de dados.

O “Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017”, editado nesse ano e publicado em 2018, é o primeiro relatório de assassinatos de pessoas trans produzido por uma organização do movimento trans brasileiro, a ANTRA, representando mais de cem entidades do movimento trans, e é também o único hoje publicado e disponível. O Relatório conta com o formato semelhante ao de relatórios precedentes com documentação mais cuidadosa de mortes e agressões a pessoas LGBT, como a série histórica produzida pelo Grupo Gay da Bahia e os relatórios de violência homofóbica lançados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, com metodologia, escolha conceitual, objetivos, recorte, análise de casos e encaminhamentos.

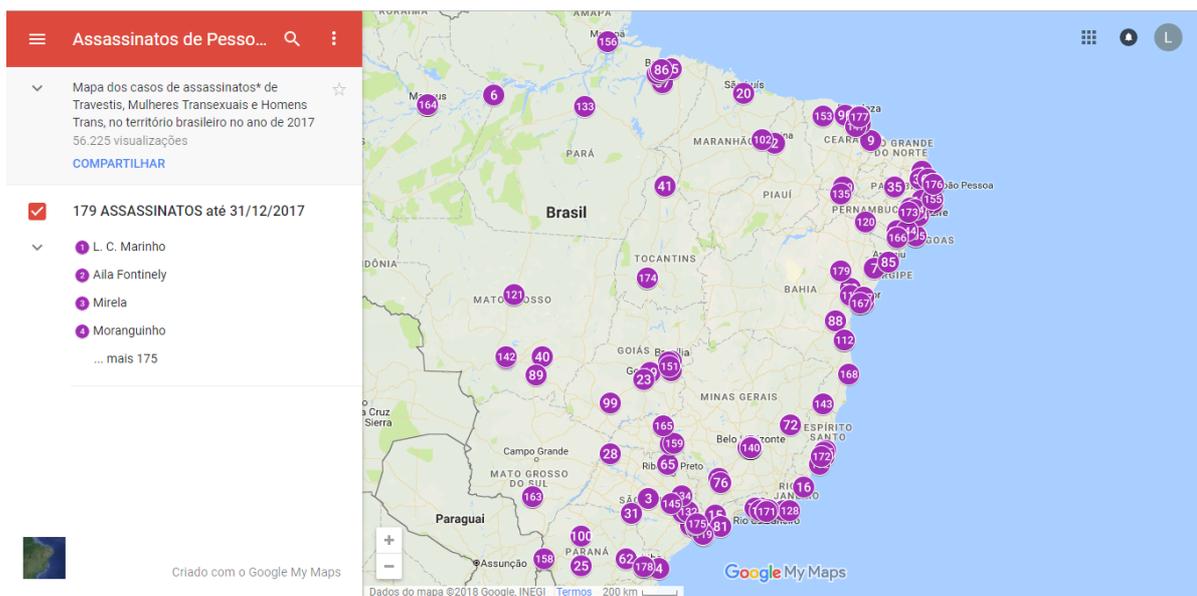
Figura 3 – Relação dos mapas de assassinatos da ANTRA



Fonte: site da ANTRA

Figura 4 – Visualização dos assassinatos no mapa até 31/12/2017

59 Utilizo "lincar" como neologismo a partir do anglicismo "link" (traduzido como "ligar", "criar um elo") para me referir à ligação existente entre dois endereços disponíveis e acessíveis na rede (internet, por exemplo), de maneira que um clique sobre um deles conduz a navegação ao outro (normalmente, caminho de mão única).



Fonte: Google My Maps⁶⁰

Em geral, esses relatórios baseiam-se na coleta e análise de dados hemerográficos (notícias de jornal ou relatos pessoais dos casos, separados cronologicamente) de assassinatos e mortes violentas de pessoas LGBT. O relatório da ANTRA tem um objeto específico, que são os assassinatos de pessoas trans e a diferença de autoria (uma organização do movimento trans) influencia o tratamento teórico que o fundamenta⁶¹.

No Relatório (ANTRA, 2017) se reconhece que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (a partir de um levantamento global da ONG Transgender Europe), sendo marcante a violência na vida dessas pessoas ainda em instâncias iniciais de sociabilidade: o desafio para uma pessoa trans não seria apenas viver, mas sobreviver. A realidade de violência contra pessoas trans é correlata à completa ignorância do Estado quanto a essa população e à ausência de uma legislação criminal para combater esses processos. A inexistência de lei específica impede que sejam notificados corretamente os inúmeros casos de violência contra LGBT

Percebe-se que no Relatório existe uma apropriação do discurso de direitos humanos como uma estratégia de convencimento, dentro da arena democrática, a respeito do sofrimento e da humanidade das pessoas trans. O endereçamento da publicação é difuso e pretende chamar a atenção para o que é invisibilizado sempre que um crime ou agressão

60 Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-13.072303542292511%2C-42.23556529999996&z=5&mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

61 Minha leitura se fará restrita ao Relatório, excluindo a parte veiculando os cinco artigos que o acompanham, considerando que entre uma parte e outra há uma ruptura de forma, objetivo, estilo, autoria e objeto textuais.

atinge uma pessoa trans (o sofrimento, a dor e a morte). A violação da vida e da integridade física das pessoas trans constitui uma violação a direitos democráticos. O Estado brasileiro é apontado como responsável por essas violações de direitos à conta de sua omissão. Porém, ele ocupa uma posição ambígua porque, conforme já vimos em outros contextos e veremos a seguir, ele é convocado a tomar providências diretas para combater esses processos violentos com a confecção de uma legislação criminal.

A humanização das pessoas trans passa pela valorização da experiência particular da transgeneridade (no sentido de que é compartilhada por uma coletividade de pessoas, não individual), em si mesma válida como qualquer experiência humana. A transgeneridade vai então oferecer a chave para a definição do crime (crime com motivação transfóbica) ou dos direitos sistematicamente violados que devem, contudo, ser respeitados (respeito ao nome, respeito à identidade de gênero, direito à saúde integral, direito à vida).

A transfobia está sempre presente de alguma forma nos casos de mortes onde são mais atingidas as travestis e transexuais, as prestadoras de serviço sexual, pessoas negras ou pessoas em vulnerabilidade social (ANTRA, 2017).

O mapeamento dos assassinatos e a confecção desse Relatório tem por objetivo denunciar a violência contra pessoas trans, que é amplamente tolerada em nosso país e não recebe a devida atenção dos poderes públicos. Segundo a ANTRA, os mapas também servirão para elevar a questão dos assassinatos trans a nível internacional e chamar a atenção de organismos de vigilância dos direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Foi o que ocorreu. Há uma notícia de 08/05/18⁶² narrando que o Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil produzido pela ANTRA foi entregue pelo secretário de relações internacionais da ABGLT à presidenta da Comissão de Direitos Humanos da OEA, durante suas audiências públicas. A entidade brasileira pretende provocar o órgão da OEA para que haja algum debate e talvez seja aberto algum procedimento investigativo sobre as violações de direitos humanos de pessoas trans no Brasil, de forma relativamente análoga ao processo político e jurídico que originou a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Historicamente, conforme Bandeira e Almeida (2015), as questões de violência doméstica contra a mulher somente passaram a ter necessariamente um exame judicial rigoroso, com previsão de figuras criminais e processo específico, a partir da condenação do Brasil perante a OEA pela negligência no tratamento dessas violências de gênero. Por duas

62 <<https://antrabrasil.org/2018/05/08/entrega-do-relatorio-da-antra-a-cidh/>>, acesso em 22/07/18.

décadas, Maria da Penha Fernandes foi duplamente vítima: das violências de seu ex-companheiro⁶³ e do descaso de agentes policiais e da justiça. Durante as tentativas de vê-lo condenado, conseguiu que duas entidades de direitos humanos postulassem uma petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A condenação sobreveio em 2001, em razão de o Brasil ter descumprido, por omissão, dois tratados de proteção e promoção dos direitos das mulheres, de que é signatário. Somente em 2006, após sanções e pressões internacionais, o congresso aprovou a legislação hoje conhecida por Lei Maria da Penha.

Como outros relatórios sobre violência do movimento social, o contexto de produção é a iniciativa exclusiva de ativistas e militantes trans, sem apoio financeiro, a partir da leitura de dados hemerográficos, eventualmente com a contraprova da palavra de pessoas trans residentes no local, para ir além do enviesamento da cobertura jornalística. Algumas vezes, intencionalmente, as matérias associam pejorativa e/ou ficticiamente o trabalho com serviço sexual a diversos crimes (como tráfico de drogas, furto, roubo) ou mesmo justificam a crueldade dos homicídios. Não é incomum que o jornal traga imagens gráficas dos corpos trans brutalizados e se refiram ao nome de registro civil. A subnotificação dos casos é sempre uma constante. Segundo a entidade, “a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e (...) a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos” (ANTRA, 2017, p. 16).

O Relatório traz os números de assassinatos (2017): foram 179 em 2017, divididos em 169 mortes de travestis e mulheres transexuais e 10 de homens trans, representando a cifra de 10% apenas dos casos estimados. Em números absolutos, o estado de Minas Gerais nesse ano foi onde mais morreram pessoas trans assassinadas; em números relativos, a Paraíba; em números absolutos, a região mais periclitante para pessoas trans é a região Nordeste. Quase 68% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos de idade. Quanto ao tipo de assassinato, 85% distinguem-se pela hediondez, sendo 52% deles cometidos com armas de fogo, 18% com armas brancas e 17% com espancamento, asfixia e/ou estrangulamento (Ibidem).

A entidade estima que a média de idade em que uma travesti ou transexual é expulsa/o de casa é de 13 anos de idade, ainda adolescente. Conforme dados do Projeto Além do Arco Íris/AfroReggae (RJ), 56% delas/es não concluíram o ensino fundamental e 72% não concluíram o ensino médio. Apenas 0,02% conseguem chegar ao ensino superior; 90% de travestis e transexuais encontram sustento na prostituição, como trabalho frequentemente compulsório, dadas as múltiplas exclusões primeiramente da família, da escola e então do

63 Com múltiplas agressões, ela se tornou paraplégica após um tiro em suas costas de seu ex-esposo e, depois em cárcere privado, sofreu também por ele uma tentativa de homicídio por eletrocutamento.

mercado de trabalho. A maioria dos assassinatos ocorre nas ruas (55%), contra profissionais do sexo (70%), contra pessoas negras (80%) e contra pessoas trans do gênero feminino (94%).

O Relatório informa (2017) que de 2016 a 2017 houve uma discrepância de tratamento jornalístico quanto à identidade de gênero das vítimas: em 2016, 22% das matérias (aproximadamente 21) não respeitava a identidade de gênero das vítimas; em 2017, esse número escalou a 68% de matérias publicadas (aproximadamente 70).

De 2016 a 2017, seguindo aparentes tendências anuais, houve um aumento no número de casos, de 144 a 179, um acréscimo de 15%. Segundo a ANTRA, os dados de assassinatos de pessoas trans do Grupo Gay da Bahia em 2008 eram de 58 vítimas; em 2009, 68; em 2010, 99; em 2012, 128; em 2014, 134 e em 2016, 144.

Para algum entendimento sobre a extensão do genocídio trans no Brasil, ainda temos enormes dificuldades para lidar com as múltiplas variáveis envolvidas, em se tratando da produção de dados de violência por organizações do movimento social nos moldes dessa pesquisa. Aumentos anuais nos assassinatos de pessoas trans podem não significar explicitamente uma tendência de aumento em números absolutos, considerando que, se há uma crescente apropriação de conceitos e procedimentos dos estudos transgêneros em textos jornalísticos (“trans”, “transgênero”, “transexual”, “travesti”, com respeito à identidade de gênero feminina ou masculina), notas de mortes de travestis transmitidas antes como mortes de gays agora passam a identificá-las devidamente, fazendo “elevar” as cifras.

Uma maior visibilidade, uma maior quantidade de fala e exposição sobre as questões trans na mídia (na televisão, nas redes sociais virtuais, no rádio, etc.) talvez poderia também provocar um maior interesse tanto do lado de quem produz notícia como de quem a consome, causando igualmente essa “elevação”: assuntos nunca antes pautados passam a sê-lo e os que eram pautados em menor frequência recebem mais atenção dos editores.

O movimento social não conta nem com a estrutura policial e judicial nem a compulsoriedade da processualização da violência (me refiro à instauração obrigatória de procedimento público pelos órgãos de Estados quando existe registro de ocorrência, o que mesmo assim não garante a resolução do caso). Pelo contrário, muitas vezes depende do engajamento eventual de ativistas e de jornalistas para o conhecimento e publicidade dos fatos. Outro ponto a se considerar é a disponibilidade da internet como meio de comunicação de massa, que possibilitou, por exemplo, a existência do mapa virtual de assassinatos produzido pela ANTRA e o IBTE.

Por último, considero que pode haver uma onda de reação conservadora a essa maior quantidade de fala e exposição sobre as questões trans na mídia, a um maior debate, uma maior quantidade de eventos e passeatas organizadas pelos movimentos sociais, que porventura possa ter causado um aumento de violência transfóbica, inclusive em termos de sua visibilidade.

Os suicídios (ANTRA, 2017) não foram contabilizados no relatório porque não há um procedimento padrão para a coleta desses dados. Ademais, a publicação pode provocar a exposição desnecessária da memória, do corpo, do sofrimento pessoal e de familiares, além de haver o perigo de estimular pessoas em vulnerabilidade ao suicídio. Nem todos os suicídios de pessoas trans podem ser motivados pela transfobia. Entretanto, a questão é importante entre pessoas LGBT e pessoas trans considerando que, segundo pesquisa do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais, 85,7% dos homens trans ouvidos já tiveram alguma ideação suicida (NUH; DAA, 2015).

Por fim, na parte dos encaminhamentos, o Relatório propõe um esforço por uma legislação criminal de combate às discriminações e violência contra LGBT, visando dar visibilidade aos processos violentos que submetem pessoas LGBT, incentivar as denúncias, formar um banco de dados para examinar com mais profundidade tais processos e solucionar os casos, padronizar atendimentos, abordagens e procedimentos (com canais de denúncia específicos, enquadramento apropriado da motivação dos crimes, especificação correta da identidade de gênero e orientação sexual das vítimas, proteção das mulheres trans, transexuais e travestis dentro da legislação de combate à violência doméstica e ao feminicídio), inibir e punir a criminalidade contra pessoas LGBT. Ademais, propõe também a criação de grupos para discussão de novas políticas de segurança pública para pessoas LGBT e promover o diálogo com coletivos de travestis e transexuais que trabalhem com serviços sexuais, para aumentar a segurança em seu trabalho.

A respeito dos usos de “trans”, a leitura do Relatório parece sugerir que a ANTRA procura manter remissões constantes às pessoas representadas pela organização desde o início do ativismo. Nesse caso, as travestis e mulheres transexuais (especialmente quando se trata dos títulos dentro da estrutura do Relatório, falas de apresentação ou de afirmação das atividades institucionais). Contudo, durante algumas passagens, a linguagem do relatório se utiliza das expressões “população trans” (frequência muito grande), “Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans no Brasil” (algumas ocorrências), “existência trans” (uma ocorrência) e “pessoas trans” (pequena frequência), reportando-se

talvez a uma generalização com “trans”, no sentido de uma coletividade, não uma identidade. Mesmo assim, as identidades componentes permanecem marcadas no texto, a exemplo do uso permanente de “travesti” e “transexual” durante todo o documento e o uso especificado de “homens trans” (ANTRA, 2017). O uso de “trans” pode ser entendido como uma maneira de abraçar as identidades que não se identificam nem como travestis, nem como transexuais. Se buscamos a missão institucional da ANTRA⁶⁴ e os conceitos trabalhados⁶⁵, pode-se entender que o uso de “trans” não é conflitante com esse posicionamento teórico, porém ele não é fundamental.

A respeito dos usos de “transfobia”, percebe-se que as violências contra pessoas trans nem sempre são traduzidas imediatamente como transfobia, porém este aparece como um conceito para a compreensão delas. O conceito é mobilizado apenas algumas vezes no texto. Em algumas ocorrências, ele surge como parte da argumentação sobre a motivação dos crimes contra pessoas trans, junto à descrição do modo de execução dos mesmos, hediondos, cruéis, brutalizando os corpos trans, que tem a ver com o sentimento de abjeção à transgeneridade. Em outras, o conceito é mencionado como um sintetizador do conjunto de violências contra pessoas trans (ANTRA, 2017).

Para além do Relatório, outras publicações da ANTRA parecem ajudar a entender outros sentidos para o conceito de “transfobia”. Vemos que na Nota Pública datada de 11/06/18 (veiculada na aba de notícias), em que a ANTRA repudia declarações transfóbicas do diretor do Departamento Nacional de IST/AIDS e Hepatites, existe uma definição bastante simples de transfobia (“refere-se ao preconceito à sua real Identidade de Gênero das Travestis e das Mulheres Transexuais”).

A seguir, em uma notícia⁶⁶ de 02/07/18 a respeito da contagem de mortes trans no primeiro semestre de 2018, a entidade utiliza a expressão “transfobia socio-cultural” e afirma

64 "Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos". Disponível em: <<https://antrabrazil.org/sobre/>>, acesso em 23/07/18.

65 “TRAVESTIS: Pessoas que vivem uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. TRANSEXUAIS: Pessoas que apresentam uma Identidade de Gênero diferente da que foi designada no nascimento. ORIENTAÇÃO SEXUAL: Uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (Princípios de Yogyakarta). IDENTIDADE DE GÊNERO: Profunda e sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (Princípios de Yogyakarta)”. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/sobre/>>, acesso em 23/07/18.

66 Todas as notícias mencionadas foram extraídas da aba de notícias, que leva a uma barra de rolagem cujas datas vão de julho de 2018 a janeiro de 2018. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/noticias/>>, acesso em 23/7/18.

que a “transfobia está naturalizada e é permitida em nossa sociedade”. Pode-se interpretar que a transfobia nesse caso alude ao próprio funcionamento da norma de gênero, a respeito da coerência entre sexo, gênero e desejo. A transfobia poderia então ter relação com a sanção normalizadora a todas as pessoas que transgridem a norma de gênero – no caso das pessoas trans, quando iniciam suas transições ou divergem da generalização.

Na notícia de 29/6/18, sobre suicídios de pessoas trans, emprega-se a expressão “transfobia social”, tratando-se da invisibilização de identidades e a carência de dados sobre a população trans. Esse sentido poderia subentender as violências (talvez mais discursivas, como as dinâmicas nos aparelhos institucionais ou acadêmicos) que são empregadas para que outros tipos de violências (talvez mais materiais, como agressões, homicídios) continuem ocorrendo em um regime de visibilidade condescendente com a desumanização das pessoas trans e o seu apagamento.

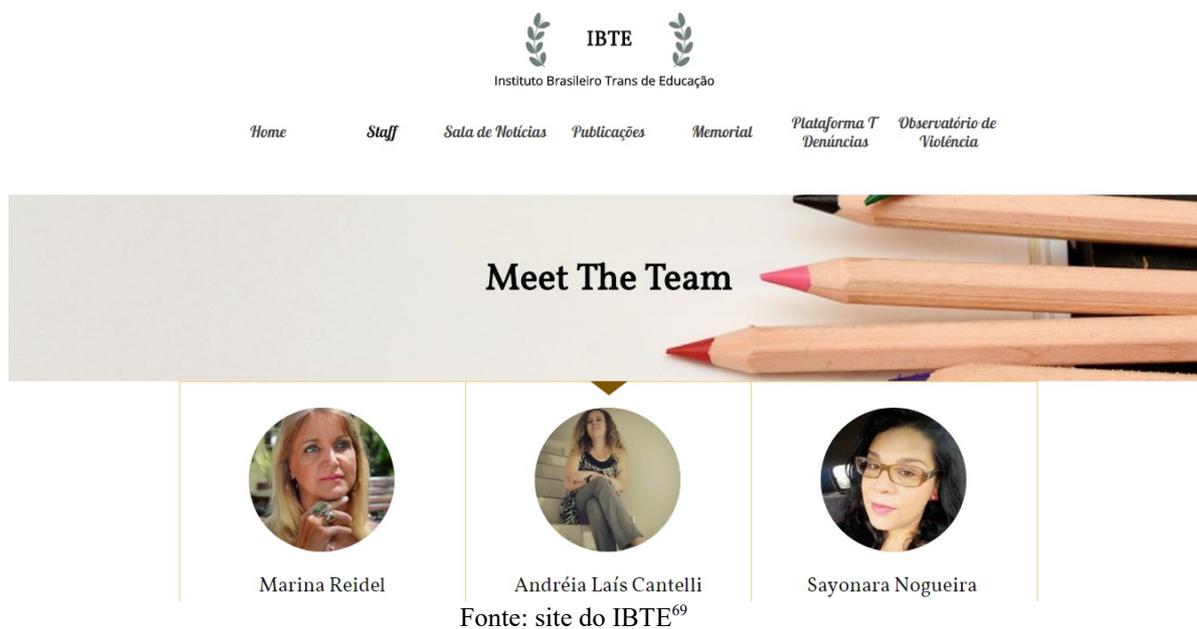
Apesar de o Instituto Brasileiro Trans de Educação⁶⁷⁶⁸ não ter produzido um relatório próprio, tendo colaborado, como eu disse, com a ANTRA, permaneço interessado nas notícias e relatos de violência veiculados em seu site, tendo em vista que é importante, seguindo os objetivos desta dissertação, entender o que a entidade considera como violência específica contra pessoas trans e de que maneira esse entendimento pode ter-se refletido no relatório editado por ela. Outras publicações, como artigos ou livros, não serão levados em conta porque não representam casos concretos de violência e, assim, não compõem o corpus.

O IBTE tem como missão institucional tomar medidas para o combate à transfobia no ambiente escolar. A entidade considera necessário romper as discriminações transfóbicas que impedem travestis, mulheres e homens trans de acessar a educação, bem como de receber denúncias de violações e discriminações nesse mesmo ambiente (Plataforma T de denúncias, em especial para casos de violação do direito ao nome) e capacitar os profissionais para a inclusão e o respeito. Igualmente, pretende para esses fins firmar parcerias grupos de pesquisas, universidades, governo e movimento social. Todas as pessoas do “staff” estão de alguma forma envolvidas com educação, sendo docentes e discentes de graduação ou pós-graduação.

67 Todas as informações coletadas sobre o IBTE foram extraídas do site <http://observatoriotrans.org/>, acesso em 25/07/18. Todos os cargos de direção são ocupados por pessoas trans. O IBTE aparentemente tem uma recente história de fundação. A vice-presidente Sayonara Nogueira em 2016 ou 2017 encabeçava uma outra entidade, a Rede Trans - Rede Nacional de Pessoas Trans Brasil, e hoje participa do IBTE. A Rede Trans foi mencionada como organização do movimento trans brasileiro colaboradora para a confecção do relatório "Transfobia e Transrespeito no mundo: um estudo comparativo da situação dos direitos humanos das pessoas trans", em 2016, da ONG Transgender Europe.

68 Optei por não analisar as notícias veiculadas e dados produzidos e pela Rede Trans considerando que encontrei diversos pontos de saturação, que tornariam meu texto repetitivo.

Figura 5 – Apresentação do site do Instituto Brasileiro Trans de Educação



Fonte: site do IBTE⁶⁹

Figura 6 – apresentação da aba de denúncias “Plataforma T”



Fonte: site do IBTE

69 Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

No documento nomeado “Mass Shooting”⁷⁰, de autoria da vice-presidenta do IBTE Sayonara Nogueira, há uma reunião de várias notícias de casos de violência contra pessoas trans datada de 2017. O maior número de notícias aponta, em ordem cronológica, para aquelas relacionadas a homicídios tentados e consumados, apresentando o nome da pessoa, causa mortis, idade, local de residência ou do crime, data da notícia, lincada com a publicação original.

É muito interessante notar que uma quantidade expressiva de notícias reconhece o gênero de mulheres transexuais e travestis como feminino e o gênero de homens trans, como masculino. Um segundo tipo de notícias é listado como “violações de direitos humanos”. Nesse rol, há um grupo bastante heterogêneo de violações (em algumas poucas ocorrências, pessoas trans não são exclusivamente vítimas), englobando: xingamentos, ameaças, agressões leves por desentendimentos, furtos, roubos, insultos verbais (na rua ou na internet), desaparecimentos, violação do corpo morto, discriminações variadas com desrespeito ao nome social (nome de registro em jornal, nome de registro de pessoas falecidas, demissão/desemprego), desavenças contratuais (não pagamento do “programa”, que é a sessão de serviço sexual), cerceamento do direito de locomoção (entrada e permanência em lojas comerciais, como shoppings e mercados), estupros, negativa de atendimento (corrida de táxi, serviços de cabeleireiros), impedimento no uso de banheiros, truculência policial, impedimento do acesso à educação (impedimento de renovação de matrícula).

As ocorrências do uso de “transfobia”, embora em pouca frequência, reiteram os usos descritos acima. Dentro da expressão “criminalização da homotransfobia”, a palavra pode ser lida como o conjunto de violências ou crimes que atingem as pessoas trans, constituindo violações de seus direitos, e que deveria ser combatido por uma legislação criminal.

A expressão “homotransfobia” pode render leituras muito interessantes. De um lado, ela aponta para a origem comum das violências de gênero específicas contra pessoas LGBT, ou seja, as violências sancionando comportamento humano classificado como desviado ou desviante quando o marcador é, ora a orientação sexual, ora a identidade de gênero. Por outro lado, parece indicar que talvez o crime devesse ser entendido a partir da pessoa LGBT vitimizada, não no ato violento em si. “Homotransfobia” parece também se reportar aos usos êmicos e não consensuais de categorias acadêmicas que são elas a homofobia e a transfobia, para as violências contra LGBT em conjunto, de modo dialógico. Essa menção também talvez

70 Traduzido literalmente do inglês, significa “tiroteio”, porém em nosso contexto remeteria à ideia das contínuas mortes de pessoas trans, contadas de um modo afinal disposto cronologicamente como diário, na metodologia adotada pelo movimento social para produzir os relatórios, ou à ideia de um genocídio trans.

sugira uma coalizão estratégica entre movimentos relativamente autônomos, inclusive para a finalidade da pauta do movimento social (criminalização das violências contra LGBT); não somente ativistas estariam falando da violência contra LGBT como sendo “homofobia”, mas agora também estariam reconhecendo outras violências igualmente específicas, como a “transfobia”.

Já as locuções com “motivado por transfobia” (e semelhantes), parece sugerir o sentimento mesmo de ódio ou de abjeção contra as pessoas trans e parece estar mais ligado diretamente ao agente do crime ou violação que a uma norma social. A expressão, lida sob a ótica de uma pauta pela criminalização da violência contra pessoas trans, parece fornecer o status legal do crime transfóbico, cometido com a vontade e o conhecimento pleno (o dolo) de violar uma tal lei de proteção às pessoas trans.

Por fim, “transfobia institucional” refere-se, por sua vez, talvez à norma naturalizada e invisibilizada que exclui sistematicamente as pessoas trans dos mais variados níveis de sociabilidade. A circulação de um documento produzido pelo movimento social de um canal ocupado para outros canais (talvez mais tradicionais, como rádio, tevê, jornal impresso, etc.) pode proporcionar uma extrapolação para atingir outros públicos (que não alcançam a internet) e divulgando o conhecimento sobre essas violências (a existência da transfobia, tipos de violências transfóbicas). Nesse instante, talvez haveria uma alteração nos regimes de visibilidade dessas violências no sentido de que, nas instituições/espacos em que se elas se (re)produzem, alguma nova conotação. Isto é, ao dar o nome de violência ou de transfobia para o fato de que docentes e discentes em ambiente escolar recusam e ridicularizam o uso do nome social por pessoas trans. Além disso, como eu já argumentei, atingindo instituições públicas, os relatórios de violência contra LGBT acenam indiretamente para a instalação efetiva de uma política pública de combate a essas violências. Voltando ao site do IBTE, na aba “Observatório de violência”, há novamente as sub-abas de notícias de assassinatos (tentados e consumados) e óbitos (essa categoria corresponderia a suicídios e complicações nas transições de gênero desamparadas pelo sistema de saúde), ordenadas cronologicamente, agora relativas ao ano de 2018.

A sub-aba “Transfobia” leva à página “Da violação dos direitos humanos das pessoas trans no Brasil”⁷¹. Essa opção de direcionamento do site parece reportar à ideia de que existe a transfobia é um tipo de violação específica de direitos humanos, apartada (ou diferenciada) dos óbvios atentados à integridade física e à vida.

71 <http://observatoriotrans.org/transfobia-e-viola%C3%A7%C3%B5es>, acesso em 26/07/18.

Figura 7 – Apresentação da aba “Observatório de Violência” no site do IBTE



Fonte: site do IBTE⁷²

Além das notícias que já conhecemos (como as agressões gratuitas e assassinatos), houve a preocupação de relatar novos casos de discriminação, aparentemente ligados à afirmação mais contundente (por parte de pessoas trans) de seus próprios direitos ou ao reconhecimento (por parte de poderes constituídos, como o judiciário) de direitos. Como exemplos, cito: negativa de um policial de registrar ocorrência de agressão a travesti; cerceamento de locomoção de artistas/ativistas trans conhecidas pelo público LGBT (como a cantora goiana Mel Gonçalves); negativa policial (em um caso) e judicial (em outro) da proteção das medidas protetivas da Lei Maria da Penha a mulheres trans; negativa judicial de permanência de mulheres trans em presídios femininos; condenação de rádio por ofensa a uma mulher transexual; ataques ao comunicador Pedro HMC (do “Põe na Roda”) por namorar um homem trans; iniciativas legislativas de proibição do uso de banheiro adequado ao gênero referente à identidade de gênero (com a penalidade de prisão) e do uso do nome social; e, por fim, negativa de cumprimento da decisão do STF que permite a retificação de nome e gênero em cartório.

⁷² Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/transfobia-e-viola%C3%A7%C3%B5es>>.

Portanto, em síntese, na produção do primeiro relatório nacional de assassinatos de pessoas trans pela ANTRA, em colaboração com o Observatório de Violência do IBTE, analisado em conjunto com outros dados produzidos por essas organizações (hospedados em seus sítios eletrônicos), observo que (1) existe uma apropriação em notável escala da expressão “trans” para referência ao sujeito político genérico do movimento social (“pessoa trans”, “pessoa que vive a transgeneridade”), sem afastamento das identidades dele participantes, como travestis, mulheres transexuais e homens trans; (2) existe uma indicação interessante do conceito de “transfobia”, porém não imprescindível, como relativa a uma violência específica contra pessoas trans, reportando-se muitas vezes a uma norma social naturalizada, difusa, generalizada (cada vez menos ligada à instância psicológica da "fobia", como medo), sancionando negativamente a vivência das pessoas trans, bem com traduzindo-se numa violação aos direitos humanos; (3) a dependência/ocupação dos meios eletrônicos de comunicação para a confecção e difusão do conhecimento sobre a vivência/experiência trans, em especial sobre as violências específicas; (4) a reiteração de um formato conhecido no movimento social de denúncias de violência contra pessoas LGBT: o relatório de denúncias de violência com base em dados hemerográficos de vitimização, reconhecendo-se sempre a subnotificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto eu finalizo este trabalho, a apresentação da peça em que uma travesti é Jesus (“O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”), no Festival de Inverno de Garanhuns (PE) dia 28/7/2018⁷³, foi alvo de diversos imbróglis judiciais, ora proibindo, ora permitindo sua exibição no citado festival. Escrito pela dramaturga escocesa trans Jo Clifford, adaptado e interpretado pela atriz igualmente trans Renata Carvalho, o monólogo que imagina a volta de Jesus como mulher afinal ocorreu a despeito do recolhimento forçado de aparelhos de som e iluminação, cadeiras e toldos, contra uma decisão favorável à peça, e com persistência e ovação do público. O fato nos chama atenção para a força das representações e dos discursos – lugares em que a todo momento se disputa o poder e se produz conhecimento a respeito da vida, do tempo, das pessoas, da história. Meu ponto principal aqui não se refere tanto à religiosidade, mas ao fato de que uma pessoa supostamente desumanizada no senso comum, uma travesti, não poderia representar, nem mesmo metaforicamente, a figura de um homem com o prestígio de Jesus Cristo, incorrendo assim num suposto insulto ao sagrado do cristianismo. O movimento trans, o conhecimento e a promoção da vivência trans são a respeito dessas intervenções em diversos regimes de visibilidade.

Feita essa pequena apresentação do fechamento, quero dizer que essa dissertação diz respeito, sobretudo, à escolha de fundamentos epistêmicos dentro do grande campo de conhecimentos do pós-estruturalismo, buscando focar zonas teóricas de tensão e discussão. Isso é visível em meus esforços por analisar brevemente a história de alguns conceitos acadêmicos, como corpo, gênero, transfobia, homofobia, e tentar perceber suas relações e limites entre si, quando apropriados alhures, em especial pelo movimento LGBT. O procedimento científico adotado reporta-se aos conceitos na sua face problemática, porque eles reverberam as questões da vida e não podem ser tomados a partir de um sentido ou pensamento único.

73 Consultei as páginas:

1) <https://www.revistaforum.com.br/apos-confusao-em-garanhuns-tpje-determina-exibicao-de-peca-com-jesus-travesti-no-fig-neste-sabado-28/>,

2) http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2018/07/30/internas_viver,758698/dramaturga-escocesa-que-escreveu-peca-com-atriz-trans-lamenta-retaliza.shtml e

3) http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2018/06/30/internas_viver,756278/peca.shtml, acessos em 05/08/18.

O corpo passa de um dado neutro a um conceito analítico, visto como um lugar de tensão entre norma e agência, bem como o lugar de entrecruzamento de relações sociais. Falar sobre gênero envolve aplicar atenção ao aspecto discursivo e à agência, podendo ele ser lido sob perspectivas diversas: norma social, construção psíquica, atividade, identidade de gênero e norma jurídica.

O sujeito generificado ou inscrito na relação de gênero no mundo contemporâneo é, em nosso campo, ontologicamente instável, considerando que cada vez mais se entendem como construções sociais as diferenças ou distinções do masculino e do feminino, e suas consequências, como a violência de gênero ou as desigualdades políticas, acadêmicas, econômicas, jurídicas, etc., entre homens e mulheres, cis e trans.

Também se tornam mais problemáticas a diferença sexual, historicamente um conceito disputado nos feminismos, e o status das informações biológicas. O corpo trans é um corpo que rompe coerências esperadas e desafia a norma em seus deslocamentos. Em nosso campo, biologia não é dado, biologia não é destino. Judith Butler tem razão ao dizer que há uma “permanente dificuldade de precisar onde começa e termina o biológico, o psíquico, o discursivo e o social” (2006, p. 262). O campo dos estudos transgêneros, em sua autonomização científica, elabora categorias mais específicas dentro dos estudos de gênero e dos estudos feministas, como cisgeneridade, transgeneridade e transfobia, como recurso em diversos níveis (argumentativo, analítico, epistêmico).

A vivência trans está na intersecção das formas individuais (de consciência e de subjetividade) e coletivas (de identificação com um grupo e organização política). Parece a mim que há um processo em curso de autonomização crescente do movimento de pessoas trans no Brasil, em razão, pelo menos nas minhas leituras teóricas, do surgimento e propagação de novos conceitos baseados em uma epistemologia trans. Esse processo teve início na década de 1990 e tem se mostrado mais evidente nessa década de 2010.

Conforme já venho argumentando, parte do processo de consolidação do movimento trans envolveu, primeiramente, um descolamento e afastamento (de maneira mais ou menos conflituosa) do movimento homossexual brasileiro predominante, originando formas de atuação e pautas específicas. Em comum, permanecem o paradigma identitário, a luta mais forte em torno de um aumento da institucionalização das questões trans (principalmente visando à instituição de políticas públicas e pela apropriação da linguagem de direitos humanos) e o interesse nas intervenções nos regimes de visibilidade (hoje fortemente ligados às mídias eletrônicas) para a humanização da vivência trans. Mais especificamente,

estamos vendo que o movimento trans também reitera uma estratégia antiga e produtiva do movimento LGBT de relatar a vitimização em razão das diversas violências contra pessoas trans. Alguns dos resultados desses processos foram a formação de novas redes regionais e nacionais, através do ciberativismo e as vitórias judiciais na corte constitucional.

Nesse contexto, tornam-se também importantes categorias para referência ao sujeito político genérico “pessoa trans” e a forma específica de violência “transfobia”, que vão tensionando as antigas categorias, como “travesti” e “homofobia”, em diversos níveis. Especificamente neste ponto, tenho que relatar um achado da pesquisa, na análise do relatório da ANTRA e a leitura dos escritos eletrônicos do IBTE, que ocorre uma apropriação mais clara e frequente de “trans”, reportando-se à pessoa trans, transgeneridade, pessoa que vive a transgeneridade ou transgênero, sem prejudicar as identidades existentes, como travestis, homens trans e mulheres transexuais. Da mesma forma, uma vocalização sem exclusividade ou imprescindibilidade, de “transfobia” como pertencente a um grupo variado de violências de gênero e como uma violação a direitos humanos.

Podemos entender a violência contra pessoas trans a partir da indagação sobre por que razão essa violência atinge um coletivo de pessoas, com uma marca distintiva, dotada de um regime de invisibilidade e de sistematicidade. A pessoa trans, em virtude de sua transição de gênero (inscrita no corpo), transgride frontalmente a norma de gênero, escapando ao regime da cisgeneridade e, desse modo, é sancionada negativamente. A violência contra pessoas trans é uma violência normalizadora e naturalizada, reservando graves taxas de violência fatal e hedionda a pessoas em lugar de vulnerabilidade social.

Considero importante minha escolha de chaves conceituais que unem, no enfoque dos estudos transgêneros, conceitos como “transgeneridade” e “transfobia”. Na vivência da *transgeneridade*, que seria essa fuga à generalização (imposição forçada do gênero), atraindo um determinado *estigma* sobre o corpo trans. A emoção caracterizada por um estranhamento a essa diferença, a esse marcador corporal, é chamada *abjeção*. A violência compareceria como um selo ou uma chancela da normalização – a violência ocorreria para sancionar negativamente as condutas transgressoras. Pode-se encontrar o nome dessa violência específica como *transfobia* (em lugar adequado eu discuto em que situações também pode ser mobilizado o conceito de homofobia). Transfobia vem ganhando algum prestígio haja vista que como conceito aponta para um conjunto muito heterogêneo de violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJAIME, Emmanoelle et al. Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida. *Gênero*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 65-100, 2003.

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, Agosto 2012.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. [s.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

AVELAR, Bruno Rezende de. Políticas públicas de segurança no Brasil: para pensar os direitos humanos da população LGBT. Goiânia, 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás.

ÁVILA, Simone Nunes. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. Florianópolis, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, 2015.

BARBOSA, Bruno César. Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo.

_____. Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de São Paulo.

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BETTCHER, Talia Mae. Evil deceivers and make-believers: On transphobic violence and the politics of illusion. In: Aizura, Aren Z.; Stryker, Susan. (Orgs.) The Transgender Studies Reader. Nova York: Routledge, vol. 2. Cap. 23, parte 05, p. 278-290, 2013.

BORNSTEIN, Kate. Gender terror, gender rage. In: Whittle, Stephen; Stryker, Susan. (Orgs.) The Transgender Studies Reader. Nova York: Routledge, vol. 1. Cap. 18, parte III, p. 236-243, 2006.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376. jan/jun 2006.

BRASIL. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção de Cidadania Homossexual. Brasília: 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria De Direitos Humanos. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos: 2012.

BRAZ, Camilo; SOUZA, Érica Renata de. A emergência de homens trans como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo – demandas, avanços e retrocessos. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 40, Caxambu. Anais. s.l.: s.n, s.d., 2016.

BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; MELLO, Luiz; AVELAR, Bruno Rezende de. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2012.

BUSIN, Valéria Melki. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.
BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. *Vida precária. Contemporânea*. *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p. 13-33, 2011.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas*. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

_____. *“Muito prazer, eu existo!”: Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

_____. *“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas*. In: *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 40, Caxambu. Anais. s.l.: s.n, s.d., 2016.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. *Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil*. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, Agosto 2013.

CRETTEZ, Xavier. *Las formas de la violencia*. Buenos Aires: Waldhuter, 2009.

CRUZ, Karla de Oliveira et al. *“Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010*. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.

DUMARESQ, Leila. *Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)*. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 121-131, maio-outubro 2016.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. Cadernos Pagu, Campinas, n. 46, p. 311-340, Abril 2016.

ESTEBAN, Mari Luz. Antropologia del cuerpo. Barcelona: Bellaterra, 2013.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FEINBERG, Leslie. Transgender Liberation: A movement whose time has come. In: Whittle, Stephen; Stryker, Susan. (Orgs.) The Transgender Studies Reader. Nova York: Routledge, vol. 1. Cap. 16, parte III, p. 205-220, 2006.

FIGARI, Carlos. Las emociones de lo abyecto: repugnancia e indignación. Cuerpos(s), subjetividad(es) y conflicto(s). Hacia una sociología de los cuerpos y las emociones desde Latinoamérica. Buenos Aires: CICCUS, p. 131-139, 2009.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: Gaskell, George; Bauer, Martin W. (orgs.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, cap. 10, parte II, p. 244-270, 2015.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDMAN, Márcio. Uma Categoria do Pensamento Antropológico: A Noção de Pessoa. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 83-109, 1996.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu, Campinas, n. 22, p. 201-246, Junho 2004.

HEYES, Cressida. Feminist solidarity after queer theory: The case of transgender. In: Aizura, Aren Z.; Stryker, Susan. (Orgs.) The Transgender Studies Reader. Nova York: Routledge, vol. 2. Cap. 16, parte 04, p. 201-212, 2013.

JAGGAR, Alison. “Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista”. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). *Gênero/corpo/conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 157-185, 1997.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

_____. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014a, p. 3-18.

_____. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, 2014b, p. 101-123.

JOEL, Daphna et al. Sex beyond the genitalia: The human brain mosaic. *PNAS*, Nova Iorque, vol. 112, n. 50, p. 15468-15473, Dez. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAMBLE, Sarah. Retelling racialized violence, remaking white innocence: the politics of interlocking oppressions in transgender day of remembrance. In: Aizura, Aren Z.; Stryker, Susan. (Orgs.) *The Transgender Studies Reader*. Nova York: Routledge, vol. 2. Cap. 02, parte 01, p. 30-45, 2013.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Curitiba, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias*

“travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAROJA, Daniela; MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MOTT, Luiz. Homo-afetividade e Direitos Humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2):509-521, maio-agosto/2006.

_____; CERQUEIRA, Marcelo. *Matei porque odeio gay*. Salvador, Grupo Gay da Bahia: 2003.

NERY, João W. *Viagem solitária. Memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

NUH e DAA. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-UFMG). Relatório descritivo. Projeto Transexualidade e Saúde Pública no Brasil: Entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Belo Horizonte: [s.n.], 2015.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. São Carlos, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

PRADO, D.; SANEMATSU, M (org.). *Femicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.19, n.1, pp.11-20, 2011.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

RITO, Lúcia; CLOSE, Roberta. *Muito prazer, Roberta Close*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1998.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, Abril 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SER-TÃO - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE. Relatório de pesquisa — Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás. Goiânia: [s.n.], 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Género e historia. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica - Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SIGNORELLI, M. C.; SOUZA, M. H. T.; MALVASI, P.; PEREIRA, P. P. G. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(4):767-776, abr 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. Cadernos Pagu, Campinas, n. 42, p. 75-98, Junho 2014.

_____; FACCHINI, Regina. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun. 2002, p. 32-46.

VÁLCARCEL, Amelia. Sexo y filosofía: sobre mujer y poder. Barcelona: Anthropos, 1991.

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sérgio. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no Município do Rio de Janeiro. PHYSIS: Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimneto. JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). Gênero/corpo/conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 101-125.